CAPÍTULO 1

Povos pré-colombianos e a colonização da América por espanhóis e ingleses

JORGE VILLEGAS/XINHUA PRESS/CORBIS/LATINSTOCK

Indígenas Mapuche marcham em protesto contra a celebração do "Dia de Colombo". Santiago, Chile, outubro de 2015. Além de protestarem contra a comemoração da chegada dos europeus na América, os Mapuche, maior grupo indígena do Chile, demandam a autonomia da região de Araucanía, local onde vivem aproximadamente 200 mil Mapuche.

Veias que continuam abertas...

"É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior [...]. Para cada um se atribuiu uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e se tornou infinita a cadeia de sucessivas dependências, que têm muito mais do que dois elos e que, por certo, também compreende, dentro da América Latina, a opressão de países pequenos pelos maiores seus vizinhos, [...] a exploração de suas fontes internas de víveres e mão de obra pelas grandes cidades e portos [...].

Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos [...]. A chuva que irriga os centros do poder [...] afoga os vastos subúrbios do sistema. Do mesmo modo, e simetricamente, o bem-estar de nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominadas de fora – é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de besta de carga."

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina.* Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 18-19. (Coleção L&PM Pocket)

Conversando sobre

1. Qual é a relação entre a imagem e o texto desta abertura?
2. Explique a afirmação do escritor uruguaio Eduardo Galeano: "o bem-estar de nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominadas de fora – é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de besta de carga". Você concorda com ela? Justifique.

O objetivo desta abertura é propor uma reflexão sobre o papel desempenhado pela América Latina no cenário internacional desde a colonização europeia iniciada no século XV (tema do capítulo). A imagem oferece um contraponto ao texto, uma vez que representa a luta pela valorização e manutenção da cultura indígena e fornece elementos para uma avaliação crítica sobre a predominância de referenciais e valores externos nessas sociedades, no caso, os eurocêntricos.

Civilizações agrícolas na Mesoamérica e nos Andes

Quando os espanhóis chegaram às terras que depois denominaram América, encontraram comunidades bastante organizadas, que viviam em grandes centros urbanos, bem maiores que Sevilha, a maior cidade da Espanha na época.

Esses povos haviam se desenvolvido em duas áreas distintas: a **Mesoamérica**, que compreendia terras dos atuais México e América Central, onde surgiram diversas civilizações, como a maia e a asteca; e a **região andina**, que compreendia os territórios dos atuais Equador, Peru, Bolívia, norte do Chile e oeste da Argentina, na qual floresceram várias culturas, como a inca.

Maias – senhores do tempo

A chamada **civilização maia** desenvolveu-se entre os séculos III e X, no atual território do México (especialmente na Península de Yucatán) e em algumas regiões da América Central. Os maias estavam organizados em cidades-Estado independentes, entre as quais se destacaram Palenque, Tikal, Chichén-Itzá e Copán. A sociedade maia estava dividida, de maneira geral, em dois grandes grupos: a população comum, que se ocupava principalmente da agricultura, e os setores privilegiados, formados pelos governantes, guerreiros e sacerdotes.

Os principais registros dessa civilização estão na arquitetura, na pintura, na escultura e nos diversos textos hieroglíficos deixados em estelas, códices, cerâmicas etc., que ainda não foram totalmente decifrados pelos pesquisadores.

Códice: registros (em tecido, pele de animais, papel produzido da casca da figueira e outros materiais) sobre temas diversos, como as ações das elites dirigentes, a fundação de cidades, os costumes, as guerras e celebrações religiosas.

Os maias possuíam conhecimento matemático e astronômico desenvolvido. Conheciam os eclipses solares e o movimento aparente dos planetas. Seus cálculos, que incluíam a noção do zero, permitiram-lhes elaborar calendários complexos que previam as estações do ano, o que permitia, por exemplo, a organização das atividades agrícolas. O conhecimento matemático também era utilizado na cobrança de tributos, na construção de templos, entre outras atividades cotidianas.

A civilização maia e outros povos da região começaram a declinar entre os séculos VII e X. Não se sabe os motivos que levaram à desintegração da organização política dessas sociedades e o porquê de muitas das suas cidades terem sido abandonadas. No caso maia, estudos indicam que essa transformação pode ter ocorrido em função de mudanças climáticas que causaram longos períodos de estiagem.

Vale retomar o conceito de cidades-Estado, estudado no 1º ano: cidades que, apesar de terem elementos culturais comuns, eram independentes entre si, com organização, governo e leis próprias.

A cultura maia não desapareceu com a sua desorganização política. Até os dias de hoje ela sobrevive em alguns países da América Latina. Segundo o Grupo Internacional de Trabalho sobre Assuntos Indígenas (IWGIA – International Work Group for Indigenous Affairs), por exemplo, atualmente 60% da população da Guatemala é indígena, e boa parte dela é de origem maia.

Civilizações da Mesoamérica

Fonte: FERREIRA, Graça Maria Lemos. *Atlas geográfico:* espaço mundial. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2013. p. 67; DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 236.

Os dados atuais sobre a população da Guatemala estão disponíveis no *link* <www.iwgia.org/regions/latin-america/guatemala>. Acesso em 2 fev. 2016.

MUSEU DA CIDADE DO MÉXICO

Construção de *chinampas* representada em detalhe de um manuscrito espanhol (século XVI). Museu da Cidade do México. As *chinampas* eram uma espécie de ilha construída de junco e terra fértil. Eram fixadas nos leitos de lagos com salgueiros e estacas de madeira, e nelas eram cultivadas flores e hortaliças. As *chinampas* foram desenvolvidas pelos povos mesoamericanos para a produção agrícola, convertendo lagos ou áreas pantanosas inférteis em enormes canteiros produtivos.

Astecas

No século XVI, quando os espanhóis pisaram em terras do atual México, se depararam com um poderoso Império existente na região: o **Império Asteca**. Seus habitantes, os astecas, souberam absorver a cultura de outras civilizações que habitaram a Mesoamérica: dos maias, por exemplo, apropriaram-se de conhecimentos em astronomia e matemática; e dos Olmeca, de técnicas de construção de grandes edifícios, principalmente religiosos.

Do ponto de vista político, o imperador asteca, ou *huey tlatoani* (grande orador), era quem comandava as tropas, decidia questões de justiça e tinha influência nos assuntos religiosos. As cidades-Estado submetidas aos astecas formavam uma confederação, em que podiam manter suas dinastias tradicionais, mas subordinavam as questões religiosas e econômicas ao controle do imperador.

A sociedade, dividida em estratos sociais, era encabeçada pela nobreza, camada social privilegiada composta pelos chefes militares, altos funcionários do Estado e sacerdotes. Logo abaixo estavam os comerciantes e artesãos mais especializados. Vinham, em seguida, os camponeses, os escravos e, finalmente, os prisioneiros de guerra, que em ocasiões especiais eram sacrificados aos deuses.

Tenochtitlán, capital do Império Asteca, era o centro administrativo, onde se encontravam as grandes construções, como palácios, praças, templos religiosos, mercados e canais utilizados para a irrigação e a circulação de pequenas embarcações utilizadas para o transporte de pessoas e produtos.

Os principais alimentos cultivados pelos astecas eram milho, feijão, abóbora e vários tipos de pimenta. Também criavam aves, principalmente peru, além de peixes e cachorros. Uma das técnicas agrícolas mais utilizadas pelos astecas foi a *chinampa* (veja a imagem ao lado). A agricultura sofisticada dos astecas possibilitou grande concentração humana nos domínios do Império.

O comércio também era outra característica importante da economia asteca, impulsionado sobretudo pelo consumo de alguns artigos utilizados pela nobreza e pelos sacerdotes. Papéis, instrumentos de madeira e de pedra, utensílios de cerâmica, roupas e objetos de luxo, por exemplo, chegavam a Tenochtitlán por meio do comércio ou como pagamento de tributos.

Olmeca: povo que começou a se desenvolver no final do século XII a.C., em uma região próxima ao Golfo do México. Três Zapotes, La Venta e San Lorenzo são os principais sítios arqueológicos que possuem vestígios dos Olmeca.

INAH/NOTIMEX/AFP

Ruínas do Templo Maior asteca no centro da Cidade do México. Foto de 2015. Quando os espanhóis chegaram a essa região no século XVI, estima-se que viviam em Tenochtitlán cerca de 300 mil pessoas. Sevilha, a maior cidade espanhola da época, tinha aproximadamente 100 mil habitantes.

Os dados sobre a população de Sevilha estão disponíveis no *site* oficial da cidade: <www.sevilha.es/historia.php>. Acesso em 3 fev. 2016.

Posteriormente, no século XV, o Império Inca estendeu-se ainda mais, ocupando parte dos atuais territórios do Chile e da Argentina.

Incas – filhos do Sol

O **Império Inca**, o mais extenso da América pré-colombiana, surgiu no século XII, nas terras em torno do núcleo quíchua de Cuzco, no Peru, e expandiu-se em várias direções. Viviam cerca de 15 milhões de habitantes num território que abrangia terras dos atuais Peru, Equador e Bolívia.

Formado por diversos povos, predominantemente por aqueles que falavam a língua quíchua, o Império constituía uma monarquia teocrática, na qual o governante, o Inca (ou *Sapa Inca*), era considerado descendente direto do Sol e adorado como um deus. Ele era também legislador e o comandante supremo do Exército. Podia ter várias mulheres, além da *coya*, a esposa principal, escolhida entre suas irmãs.

No Império, a agricultura era a principal atividade econômica, e o trabalho dos camponeses sustentava diretamente os setores privilegiados: a nobreza local, os funcionários, a família do imperador e o próprio Inca. Os camponeses plantavam abacate, batata, milho, quinoa, entre outros alimentos, e também forneciam dias de trabalho para a construção de canais de irrigação e das estradas que cortavam todo o território.

G. DAGLI ORTI/ DE AGOSTINI PICTURE LIBRARY/GLOW IMAGES - MUSEU NACIONAL DE ANTROPOLOGIA, ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA, LIMA

HENRI STIERLIN/BILDARCHIV STEFFENS/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - MUSEU REGIONAL DE CUZCO

Acima , faca cerimonial (século XIV) encontrada no Peru. Museu Nacional de Antropologia, Arqueologia e História do Peru, Lima. Ao lado, estatueta inca (entre os séculos XIII e XVI) encontrada em uma tumba na região de Cuzco. Museu Regional de Cuzco, Peru.

A prática da agricultura estava estreitamente ligada ao *ayllu*, uma forma de organização da população que, mesmo vivendo dispersa, estava unida por laços de parentesco, sociais e religiosos. Antes do domínio inca, as terras pertenciam a todos os membros do *ayllu* e eram cultivadas comunitariamente. O *curaca*, líder de cada *ayllu*, era responsável por dividir as terras para o cultivo e pelo armazenamento da produção. Com a dominação inca, os indígenas permaneceram organizados em *ayllus*, mas as terras passaram a pertencer ao Estado, que as dividia em terras do imperador, do Estado e do povo.

Em termos culturais, os incas destacaram-se como hábeis construtores de estradas e de cidades, com destaque para Cuzco e Machu Picchu. Utilizavam a alpaca e a lhama para transportar cargas, fornecer lã e alimento. Seus sacerdotes e sábios conheciam a astronomia e dominavam conceitos matemáticos, tendo desenvolvido um sistema numérico decimal. Os incas, que não conheciam a escrita, instituíram um método contábil singular, com base em um conjunto de cordões conhecido como *quipo*.

Quinoa, um superalimento da região andina

CONECTANDO COM A BIOLOGIA

Um dos vegetais mais antigos cultivados pelo ser humano, conhecido e consumido pelos incas, a quinoa (*Chenopodium quinoa*) tem origem andina e é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) um superalimento. Para promover seu consumo, a organização lançou uma campanha proclamando 2013 como o **Ano Internacional da Quinoa**.

A quinoa não pertence à família dos cereais nem das leguminosas. Integrante da família do espinafre, possui a aparência de um grão pequeno e pode ser encontrada na natureza nas cores branca, vermelha e preta. O alimento é rico em proteínas, e essas proteínas incluem uma combinação de muitos aminoácidos essenciais para a alimentação humana. Além disso, a quinoa é isenta de glúten e é rica em sais minerais, fibras, ômegas 3 e 6 e vitaminas.

Pesquisadores afirmam que o vegetal, além de altamente nutritivo, fortalece o sistema imunológico, previne doenças cardiovasculares, auxilia no crescimento infantil, ajuda a fortalecer ossos e dentes, entre outros benefícios.

Quipo: artefato utilizado por vários povos andinos, entre eles os incas, que reunia um conjunto de cordões de cores distintas com nós, que representavam números e categorias. O *quipo* era utilizado para registrar informações quantitativas. Os valores e os objetos "catalogados" variavam conforme a cor do fio e a espessura do nó presente no *quipo*.

Conquista da América e colonização espanhola

A conquista e a colonização espanholas abrangeram imenso território no continente americano. Esse território encontrava-se ocupado por numerosas sociedades ameríndias, que possuíam distintos modos de organização política e social.

Assim, todo o período de constituição e funcionamento da chamada "América espanhola" se caracterizará fortemente pelas interações entre espanhóis e indígenas, como veremos a seguir.

Espanhóis no Caribe

A ilha caribenha de Hispaniola (ou Espanhola) permaneceu sob domínio da Espanha até 1697, quando o país cedeu um terço da ilha à França, que já ocupava a região. Atualmente, a parte da ilha que ficou sob domínio espanhol corresponde ao território da República Dominicana, e a parte francesa, ao Haiti.

A região do Caribe foi a primeira porção da América a ter contato com os processos de conquista e colonização. A chegada de espanhóis e portugueses à América foi motivada pela busca de rotas marítimas ao Oriente, às "Índias". Com o tempo, os espanhóis passaram a estabelecer contatos e alianças com os povos indígenas para tentar explorar esses territórios em busca de riquezas.

Os tainos foram os primeiros a estabelecer alianças com os espanhóis. Certamente, movidos por interesses comerciais e políticos próprios: o acesso a objetos trazidos pelos espanhóis e eventuais parcerias para combater outros povos ameríndios do Caribe, uma vez que os povos da região se organizavam em unidades sociais autônomas e poderiam possuir interesses políticos comuns ou conflitantes. Ou seja, as diversas comunidades ameríndias poderiam manter relações amistosas ou alianças entre si, mas, também, poderiam demonstrar inimizades e rivalidades em outros casos. Nesse contexto, os espanhóis devem ser compreendidos como mais uma possibilidade de aliança para que uma população indígena prevalecesse sobre outra.

Tainos: populações indígenas do grupo aruaque presentes em muitas ilhas do Caribe.

Além disso, as alianças não devem ser consideradas permanentes. Com a convivência, muitos grupos tainos perceberam que os interesses dos espanhóis iam muito além do comércio, pois também visavam ao controle de territórios e ao uso da força de trabalho local. Desse modo, as relações iniciais, com base no escambo e nas alianças políticas, foram se tornando mais impositivas e violentas por parte dos espanhóis, envolvendo conquistas territoriais, trabalho compulsório e escravização de indígenas.

O pesado regime de trabalho bem como as epidemias de sarampo, varíola e gripe – doenças trazidas pelos espanhóis e para as quais os indígenas não possuíam imunidade – provocaram um declínio demográfico imenso e, em alguns casos, até a extinção de populações inteiras.

Calcula-se que na região do Caribe e na América Central havia aproximadamente 12 milhões de pessoas no momento do contato com os europeus e, em apenas um século, essa mesma população tinha declinado a cerca de um quarto desse total. A maior redução aconteceu nas ilhas que correspondem atualmente ao território de Cuba e da Jamaica.

Esse declínio demográfico indígena tornou possível aos espanhóis aumentar o número de colonos residentes nas ilhas caribenhas ocupadas e também avançar sobre outras ilhas para obter escravos indígenas e riquezas facilmente exploradas. Dessa forma, partindo da Ilha Hispaniola (atuais República Dominicana e Haiti), a conquista e a colonização espanholas atingiram outras ilhas e avançaram em direção à costa dos atuais Panamá, Colômbia e Venezuela.

BOLTIN PICTURE LIBRARY/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - MUSEU METROPOLITANO DE ARTE, NOVA YORK

Escultura em madeira representando divindade taino encontrada na República Dominicana. Museu Metropolitano de Arte, Nova York, Estados Unidos. No primeiro momento, os povos indígenas da região do Caribe relacionaram-se com os espanhóis de acordo com suas próprias conveniências. Os tainos, por exemplo, formalizaram uma parceria com os europeus para combater a expansão dos povos Caraíba ou Caribe, que estavam ampliando seus domínios territoriais e políticos sobre eles.

Fim do Império Asteca

Após o estabelecimento de colônias, fortificações e alianças nas ilhas do Caribe, os espanhóis começaram a explorar de forma recorrente a costa norte da América do Sul e da América Central. A partir de 1511, os espanhóis chegaram à Península de Yucatán em busca de contatos com sociedades indígenas do continente.

No momento da chegada dos espanhóis, os astecas encabeçavam a principal rede de dominação política da região, que abrangia centenas de outras cidades na parte central do atual México e imediações. E foi com o intuito de reconhecer e tentar conquistar as terras do Império Asteca que, em fevereiro de 1519, uma expedição espanhola partiu de Cuba liderada por Hernán Cortés.

Navegando pelo litoral, os espanhóis chegaram ao Golfo do México – região ocupada pelos Totonaca – e fundaram a Villa Rica de la Veracruz. Nos contatos com os povos maias e Totonaca, os espanhóis conheceram os detalhes sobre os conflitos existentes no Império Asteca. Em posse dessas informações, estrategicamente iniciaram alianças com os rivais políticos dos astecas, como foi o caso dos Totonaca e dos Tlaxcalteca, indígenas que habitavam a região de Tlaxcala, próxima a Tenochtitlán. Essas duas alianças foram responsáveis por agregar aproximadamente 10 mil indígenas aos 500 espanhóis que compunham inicialmente a expedição espanhola comandada por Cortés.

Ao chegarem a Tenochtitlán, em novembro de 1519, os espanhóis foram recebidos com cordialidade pelos enviados de Montezuma II, imperador asteca, que já sabia da aproximação dos estrangeiros e, ao que parece, pretendia estabelecer algum acordo com eles e evitar a guerra. Contudo, a paz mostrou-se inviável. Montezuma, refém em seu palácio, passou a seguir as ordens dos espanhóis. Para alguns, a atitude do imperador asteca visava evitar o combate e poupar seu povo; para outros, ele se submeteu ao domínio espanhol por fraqueza.

Independentemente da postura de Montezuma, a guerra entre espanhóis e astecas foi deflagrada em 20 de maio de 1520, quando soldados espanhóis invadiram uma cerimônia religiosa no Templo Maior em Tenochtitlán e assassinaram os participantes desarmados – episódio conhecido como **Matança do Templo Maior**.

Diante da matança, os astecas reagiram e partiram para o ataque. Em meio à guerra, Montezuma morreu em circunstâncias não esclarecidas. A resistência asteca, que conseguiu sitiar os espanhóis por semanas, não foi suficiente para evitar a tomada de Tenochtitlán. A conquista da capital asteca forneceu as condições iniciais para que os espanhóis e seus aliados indígenas partissem para o domínio da extensa região que antes estava dominada pelos astecas. A aliança entre os espanhóis e os Tlaxcalteca foi vista por muitos povos indígenas como uma oportunidade de rebelião e guerra contra os astecas, seus dominadores políticos e tributários.

As epidemias concluíram a matança iniciada pela guerra. Em meados de 1521, as mesmas epidemias que dizimaram grande parte da população ameríndia do Caribe haviam matado centenas de milhares de indígenas na região da Mesoamérica, uma das mais povoadas de nosso continente. No caso da cidade de Tenochtitlán, uma das maiores cidades do mundo em seu tempo, a população foi reduzida a um terço pelas guerras e epidemias.

Como pudemos ver, a queda do Império Asteca não se deu pela ação de algumas centenas de espanhóis, supostamente portadores de habilidades excepcionais que teriam lhes dado a vitória sobre um dos mais poderosos impérios da América indígena.

THE GRANGER COLLECTION/GLOW IMAGES - BIBLIOTECA MEDICEA LAURENZIANA, FLORENÇA

Astecas com varíola, detalhe da gravura presente no *Códice florentino* (1540-1585), produzido pelo frade espanhol Bernardino de Sahagún. Biblioteca Medicea Laurenziana, Florença, Itália. Em meados de 1521, data da conquista de Tenochtitlán, as epidemias já haviam matado centenas de milhares de indígenas na região da Mesoamérica. No caso da capital asteca, onde residiam pelo menos 300 mil habitantes antes da chegada dos espanhóis, sua população foi reduzida a um terço pelas guerras e epidemias.

Não há consenso sobre os motivos que deflagraram a Matança do Templo Maior. Segundo uma das versões, o conflito não foi premeditado e teria começado quando os indígenas tentaram retirar a imagem de uma santa que havia sido colocada no templo pelos espanhóis. Segundo o cronista Diego Durán, o ataque foi planejado e autorizado por Hernán Cortés. Da mesma forma, não se sabe ao certo quais foram as circunstâncias que levaram Montezuma à morte. Segundo uma das versões dos espanhóis, ele teria sido vítima de uma pedrada na cabeça, golpe de um asteca revoltado com a submissão do imperador. Outras versões afirmam o assassinato de Montezuma pelos espanhóis.

A luta dos maias e dos chichimecas contra os espanhóis

Após a vitória sobre os astecas, os espanhóis e aliados indígenas do centro do México chegaram às terras no sul do México e em parte da Guatemala, região ocupada pelos povos maias e marcada pela enorme diversidade linguística e política: havia mais de 20 línguas maias nessa região, faladas por populações que se distribuíam em centenas de vilas e povoados. Usando a mesma estratégia empregada contra os astecas, os espanhóis formaram alianças com alguns povos maias para derrotar outros.

Desse modo, em 1524, um desses grupos maias, os Quiché, foram atacados por uma coalizão formada por espanhóis, outros maias e aliados indígenas do centro do México. Os Maia-Quiché foram derrotados nesse mesmo ano, mas a aliança dos espanhóis com os grupos maias associados a eles não durou. Os indígenas revoltaram-se contra a tentativa dos espanhóis de lhes impor tributos em ouro e iniciaram uma rebelião ainda em 1524, que foi progressivamente derrotada, mas com focos de resistência que chegaram até 1547.

Dificuldades ainda maiores os espanhóis encontraram para conquistar o território que hoje corresponde ao norte do México e sul dos Estados Unidos. Essa região, conhecida como Aridoamérica (ver mapa da página 9), estava ocupada por enorme diversidade de povos ameríndios, genericamente chamados "chichimecas".

Os chichimecas organizavam-se em grupos relativamente pequenos e nômades, e suas principais atividades econômicas eram a caça e a coleta de frutos e raízes. Assim, eles não se conglomeravam em vilas ou cidades e não estavam habituados a pagar tributos ou a estar submetidos politicamente a um centro dominador. Desse modo, conseguiram empreender diversas formas de resistência às conquistas e à colonização, seja pela rejeição às tentativas espanholas de fixar as residências e catequisar os que eram derrotados ou capturados, seja pelo deslocamento de todo o grupo para regiões mais inacessíveis e distantes das vilas, fortes e missões religiosas espanholas.

Além disso, os chichimecas também empreenderam ataques aos assentamentos espanhóis durante todo o período colonial, fazendo com que o domínio espanhol fosse bastante instável e incompleto nessa região. Tanto na região dos maias quanto na dos chichimecas, também ocorreram diminuições populacionais bastante significativas, seja por conta das guerras, seja das epidemias, fato que, a médio e longo prazos, contribuiu para o progressivo controle político e comercial que os espanhóis estabeleceram nessas regiões.

Resistência maia

No território que compreende o atual norte da Guatemala, Belize e El Salvador, as conquistas espanholas sobre os maias foram extremamente demoradas e obtiveram resultados bastante frágeis e limitados. Nessa região, não havia um único e mais poderoso grupo maia a ser conquistado, mas muitos e pequenos reinos. Assim, a vitória sobre um reino maia não garantia o domínio pleno da região. E, como resultado disso, o processo de conquista durou quase dois séculos e nunca se realizou por completo, pois muitos povos maias conseguiram manter-se relativamente livres da dominação espanhola até o final do período colonial.

Antes da chegada dos espanhóis, uma aliança composta pelos Maia-Quiché, pelos Maia-Cakchiquele e pelos Maia-Rabinale dominava politicamente a região do sul do México e da Guatemala, e cobrava tributos sobre os outros povos maias dominados. Entretanto, um conflito entre os Quiché e os Cakchiquele teve como consequência a predominância dos Quiché. Assim, os Cakchiquele viram na aliança com os espanhóis uma oportunidade de vencer os rivais e barrarem seu avanço.

EDUCATION IMAGES/UIG/GETTY IMAGES

Mulheres com ascendência maia vendem roupas em um mercado na cidade de Antígua Guatemala, na Guatemala. Foto de 2015. Atualmente, mais de 6 milhões de indígenas de grupos linguísticos maias habitam regiões de Belize, Honduras, México e, principalmente, a Guatemala.

Queda do Império Inca

O Império Inca era uma rede de dominação efetivada por guerras e alianças que atingia quase a totalidade dos territórios dos atuais Peru, Bolívia e Equador, além de parte dos territórios atuais da Argentina e do Chile. As rivalidades e tensões entre os incas e os outros povos dos Andes eram constantes. Além disso, os incas organizavam-se em uma sociedade bastante hierarquizada e composta por estratos sociais e grupos políticos que também rivalizavam entre si, o que contribuiu para o sucesso espanhol no domínio da região andina. Desde 1524, os espanhóis realizaram expedições para a América do Sul, partindo do atual Panamá sob comando de Francisco Pizarro e Diego de Almagro. Em 1531, a terceira expedição saiu do Panamá com cerca de 30 cavalos e 180 homens com o objetivo de conquistar os incas. Atahualpa, imperador inca, que estava no norte do Peru e a caminho de Cuzco, recebeu uma comitiva espanhola que, de surpresa, o aprisionou em 1532.

Apesar de os incas terem pago o resgate, Atahualpa foi morto por eles em 1533. Os espanhóis logo se dirigiram para Cuzco para garantir seu domínio e firmaram um acordo com um rival de Atahualpa, Manco Capac II, que pretendia tornar-se o governante máximo dos incas e de seus domínios e, para isso, buscou o apoio dos estrangeiros.

Povos dos Andes Centrais

Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 238.

Esse acordo, no entanto, não durou diante das crescentes exigências dos espanhóis. Assim, as elites incaicas de Cuzco se rebelaram contra os europeus e, sob o comando do próprio Manco Capac, os expulsaram de Cuzco. A rebelião inca foi derrotada pelos espanhóis e seus aliados indígenas e, em 1536, Manco Capac e seus seguidores se refugiaram na cidade inca de Vilcabamba, de onde resistiram ao domínio espanhol por quase quatro décadas. Durante esse longo período, a resistência inca de Vilcabamba se intercalou com negociações políticas e tentativas de acordos de paz com os espanhóis, que voltaram a se estabelecer em Cuzco e a fazer alianças com outras linhagens de nobres incas dessa cidade.

De modo geral, os outros povos ameríndios da região, que antes eram dominados pelos incas, viam na queda dos dominadores a oportunidade de retomar a autonomia, e muitos deles, como os **reinos Aimará**, estabeleceram acordos políticos e tributários com os espanhóis, que progressivamente ampliavam seus domínios.

Os povos ameríndios ao sul do Império Inca

A derrota dos incas e o estabelecimento de um progressivo domínio espanhol na região dos Andes Centrais, onde estão os atuais Peru e Bolívia, não significaram o domínio de toda a porção da América do Sul que faria parte da América espanhola.

A região sul da América do Sul, por exemplo, foi tomada pelos espanhóis em um processo mais lento, difícil e, portanto, com mais espaço para a manutenção de autonomia política e de resistência por parte de muitos povos ameríndios, como os Chiriguano, da região do atual Paraguai, e os Araucano, da região do atual Chile. Esses povos resistiram ao domínio espanhol durante praticamente todo o período colonial e, portanto, de algum modo, não chegaram a ser conquistados.

A revolta dos incas contra os espanhóis, liderada por Manco Capac II, conseguiu muitos êxitos, tanto que os ameríndios quase tomaram Lima, cidade fundada pelos espanhóis em 1535, na costa do Peru.

Divisão político-administrativa da América espanhola (século XVIII)

Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 241.

Colonização espanhola: os vice-reinos

Após a consolidação de domínios no continente, a monarquia espanhola procurou implantar sua autoridade no Novo Mundo de modo mais efetivo. Assim, foi criada em 1503 a **Casa de Contratação**, sediada em Sevilha. Cabia a esse órgão a gestão dos negócios coloniais, o controle do exclusivo comercial metropolitano e a fiscalização da cobrança do quinto. Nesse mesmo ano foi instituído o **regime de porto único**, que estabelecia a exclusividade do porto de Sevilha no comércio com as colônias. Posteriormente, a Casa de Contratação autorizou a passagem de navios também pelo porto de Cádiz.

A instituição política e administrativa mais importante e poderosa implementada pela Coroa espanhola no regime colonial foram os **vice-reinos** ou vice-reinados, comandados por dois vice-reis, que deveriam ser considerados autoridades máximas depois do próprio rei da Espanha.

O Vice-Reino da Nova Espanha (1535) e o do Peru (1543), primeiros a serem criados, tinham como capitais, respectivamente, a Cidade do México e Lima. Mais tarde foram criados outros dois vice-reinos, o de Nova-Granada (1717) e o do Rio da Prata (1776).

Quinto: imposto real que recaía sobre a mineração e todas as transações comerciais feitas nas colônias espanholas.

Os vice-reinos espanhóis na América possuíam uma posição política inferior, mas bastante comparável à de outros reinos que compunham a monarquia espanhola, como Castela e Aragão. Ou seja, eram politicamente inferiores e subordinados, mas não eram considerados simples colônias. Desse modo, não havia proibições para que se fundassem escolas, universidades e imprensas na América, ou que se formassem nobrezas políticas nos vice-reinos.

Um dos grandes obstáculos para a consolidação do poder real espanhol foram os amplos poderes políticos que exploradores como Hernán Cortés e Francisco Pizarro haviam adquirido em troca dos serviços prestados ao rei ao empreenderem as guerras de conquistas.

Antigo porto de Sevilha, na Espanha. Foto de 2015. Atualmente, Sevilha é a capital da Andaluzia, no sul da Espanha, e a quarta maior cidade em população do país. Situada nas margens do Rio Guadalquivir, a 87 quilômetros do Oceano Atlântico, a cidade possuía o porto de ligação mais importante entre o Reino da Espanha e o Novo Mundo durante o período colonial na América.

Em sua maioria, o governo das vilas e cidades indígenas funcionava segundo modelos políticos antigos, com a escolha dos caciques e outras autoridades por meio de tradições de origem pré-hispânica. Apesar disso, algumas vilas e cidades indígenas adotaram o*cabildo* como forma de administração municipal.

Estruturas político-administrativas

A Espanha implementou uma série de instituições políticas e jurídicas nos vice-reinos, cada uma delas com funções específicas. As principais eram:

- **Governadoria**: os governadores eram os principais representantes da Coroa antes das fundações dos vice-reinos, e sua autoridade era militar, jurídica e administrativa. Com o crescimento da autoridade do vice-rei, as governadorias continuaram principalmente nas regiões mais distante dos centros de poder, como no norte do México ou no sul da América do Sul.
- **Audiência**: presidida por um juiz, era uma espécie de tribunal judicial supremo que, por vezes, também acumulava poderes administrativos. A aplicação da justiça em cada vice-reino estava dividida territorialmente entre várias audiências.
- ***Alcaldía mayor*** ou ***corregimiento***: subdivisão administrativa dos vice-reinos em grupos de vilas ou cidades que formavam conjuntos regionais, cada uma delas com suas respectivas capitais regionais.
- ***Cabildo*** ou **conselho**: governo municipal existente em cada cidade ou vila. Tinha por função regular a vida dos habitantes, fiscalizar as propriedades públicas, resolver conflitos com as vilas indígenas, organizar o pagamento dos tributos e cuidar do abastecimento e da administração pública.
- **República dos índios**: conjunto das cidades, vilas e povoados indígenas subordinado aos espanhóis. As repúblicas organizavam-se em grupos menores, compostos por uma cidade ou vila principal. Cada um desses grupos se relacionava com o governo espanhol por meio do *corregedor* de índios, cargo dado a uma autoridade da principal vila ou cidade espanhola da região.

Ao longo do tempo, as vilas e cidades indígenas foram se enfraquecendo politicamente devido ao acentuado declínio demográfico ameríndio. Assim, as comunidades indígenas ficaram cada vez mais vulneráveis à crescente exploração e exigências tributárias das autoridades espanholas.

Miscigenação e preconceito na América espanhola

A miscigenação e as uniões inter-raciais foram praticadas em todas as camadas da população na América espanhola. Esse processo, no entanto, foi acompanhado pelo preconceito social: formaram-se barreiras e resistências que até hoje dificultam a plena integração da população mestiça nas sociedades latino-americanas. Os filhos de índios e brancos, entre negros e brancos, entre índios e negros etc. engrossavam as fileiras dos excluídos sociais. Por conta do preconceito e até mesmo de algumas barreiras legais, a maioria das uniões inter-raciais não eram oficializadas pelo matrimônio católico, permanecendo na ilegalidade.

Grupos sociais

O poder nas colônias ficou a cargo dos altos funcionários enviados pela Coroa espanhola, os ***chapetones***, como eram conhecidos os nascidos na Espanha. O poder local, exercido nos cabildos, era de responsabilidade dos ***criollos***, filhos de espanhóis nascidos na América. Os *criollos* eram, em geral, proprietários de terras, de minas e criadores de gado. Abaixo deles estavam os ***mestiços***, filhos de espanhóis com índios. Eles não tinham direitos políticos e exerciam a função de artesãos, administradores e capatazes das propriedades. Depois deles vinham **indígenas** e **africanos escravizados**.

Os indígenas e seus descendentes formavam o maior grupo social na América espanhola. Sua presença era especialmente marcante nas regiões do México, do Peru e da Bolívia. A presença de escravos africanos foi menos significativa que a indígena na América espanhola. No entanto, na região do Caribe e no território que corresponde às atuais Venezuela e Colômbia, onde o declínio da população indígena foi acentuado, muitos africanos escravizados foram levados à região para substituir o indígena como mão de obra, constituindo, nesses locais, um grande grupo social.

MILLIE BAYER/ALAMY/GLOW IMAGES

Vendedora de frutas afro-colombiana posa para foto em Cartagena, na Colômbia, 2015. Calcula-se que cerca de 4,5 milhões de escravos foram levados para a região do Caribe durante todo o período colonial, contabilizando-se não apenas as colônias espanholas, mas também as colônias da Grã-Bretanha, França e Holanda nessa região.

Remessas de metais da América para a Espanha (1581-1630)		
Década	Ouro (kg)	Prata (kg)
1581-1590	12.101	2.103.027
1591-1600	19.451	2.707.626
1601-1610	11.764	2.213.631
1611-1620	8.885	2.192.255
1621-1630	3.889	2.145.339

Fonte: VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história*, 1450-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 237-238.

Atividades econômicas

A atividade econômica desenvolvida na América que mais gerou lucros e tributos à Coroa espanhola foi a **mineração**. Desde o início da colonização, os espanhóis recorreram ao trabalho compulsório de indígenas, principalmente o das mulheres, para extrair o ouro de aluvião na região do Caribe e na América Central. Eles também se apoderaram do ouro e das demais riquezas dos Impérios Asteca e Inca. Em meados do século XVI, a descoberta das minas de prata de Potosí, no Alto Peru (atual Bolívia), representou uma mudança no cenário da exploração de metais preciosos na América espanhola. A extração da prata tornou-se a atividade predominante da economia colonial espanhola e resultou na intensa ocupação da região mineradora.

Juridicamente, as minas não eram propriedade privada. O subsolo estava sob o poder exclusivo da Coroa. Os mineradores receberam, porém, em caráter permanente, concessões para explorar as terras desde que pagassem à Espanha os devidos tributos. Os impostos oriundos dessa atividade chegaram a render cerca de 20% de toda a receita do governo espanhol. Mais tarde, a necessidade de comprar equipamentos especializados para a extração dos metais no fundo das minas, que exigia investimentos elevados, eliminou os pequenos e médios concessionários, deixando a atividade mineradora nas mãos de grupos financeiros elitizados.

Aluvião: depósito de sedimentos (cascalho, areia, lama) formado na união de rios ou em planícies que sofrem inundações. Entre os sedimentos é possível encontrar ouro e outros minerais.

Além da mineração, desenvolveram-se outras atividades econômicas na América espanhola. As atividades agrícola e pecuária eram realizadas em grandes propriedades rurais chamadas ***haciendas***. No Caribe, o clima e solo adequados favoreceram o cultivo da cana-de-açúcar nas *haciendas* monocultoras que empregavam a mão de obra de escravos africanos. Os maiores centros açucareiros eram Cuba e a Ilha Hispaniola, onde também se cultivava tabaco. Na região da atual Venezuela, desenvolveu-se uma grande produção de cacau. O comércio desses produtos era exclusivo da metrópole. Os produtos enviados à Espanha ou abasteciam o mercado interno ou eram exportados para outros países da Europa.

Em complemento a essas atividades econômicas, que eram diretamente voltadas para o enriquecimento das elites e do governo espanhol, praticava-se a pecuária para a alimentação da população e o fornecimento de animais de tração para a produção agrícola e o transporte; e havia também uma série de outras atividades, como as desenvolvidas pelos pequenos comerciantes, que vendiam produtos oriundos das chamadas ***obrajes***, unidades produtivas que empregavam principalmente mão de obra indígena e produziam tecidos e outras mercadorias.

As atividades artesanais também eram parte importante da economia das cidades e vilas, como a produção de móveis, de roupas ou de objetos de metal e adornos, às quais se somavam o trabalho de construção civil.

TONY WALTHAM/ROBERT HARDING HERITAGE/ROBERT HARDING/AFP

Mineiros trabalhando na extração de prata e zinco no Cerro Rico, em Potosí, na Bolívia. Foto de 2015. A extração mineral na montanha mais explorada durante o período colonial continua ativa. Ainda hoje, a maioria dos trabalhadores é de origem indígena (Aimará) e recebem cerca de 1.500 pesos bolivianos (moeda oficial da Bolívia) por mês, que corresponde aproximadamente a 500 reais. A expectativa de vida de um mineiro de Potosí é de 45 anos em média.

Trabalho

A colonização espanhola na América foi caracterizada pelo emprego do trabalho forçado. Na maior parte do território colonial espanhol na América utilizou-se essencialmente a mão de obra indígena, submetida a dois regimes de trabalho forçado: a ***encomienda*** e o ***repartimiento***.

A *encomienda* era uma instituição jurídica por meio da qual um espanhol, o *encomendero*, tinha autorização da Coroa para cobrar tributos e explorar o trabalho de uma ou mais comunidades indígenas, comprometendo-se a assegurar a instrução cristã aos índios que ficariam sob sua responsabilidade. Frequentemente os *encomenderos* não cumpriam suas obrigações e, pela falta de controle, não eram penalizados por isso. Na prática, a maioria das populações indígenas era tratada com bastante violência e, apesar de proibida, a usurpação de suas terras era frequente pelos *encomenderos*.

O *repartimiento* era uma espécie de imposto pago na forma de trabalho pelos indígenas. Sistema utilizado em obras públicas e, principalmente, nas minas e nos setores de beneficiamento do minério. Em todos os casos, o trabalho era temporário (com duração variável) e obrigatório, e os índios poderiam ser levados para qualquer região da colônia. Ao líder de cada comunidade cabia a seleção dos homens adultos que pagariam o tributo pelo grupo. Esse imposto era uma adaptação de antigos tributos cobrados nos grandes impérios indígenas: a ***mita***, no antigo Império Inca, e o ***cuatequil***, no Império Asteca.

BIBLIOTECA NACIONAL DA ESPANHA, MADRI

Interior das minas de Potosí (século XVI), gravura de Theodore de Bry colorizada posteriormente. Biblioteca Nacional da Espanha, Madri.

A *mita* foi adotada principalmente no Vice-Reino do Peru. Por meio dela, os colonos encarregavam os chefes das comunidades indígenas de indicar homens para o trabalho obrigatório e de levá-los até o local determinado, onde permaneciam cerca de seis meses. No regime do *cuatequil*, aplicado sobretudo na Nova Espanha, o recrutamento de trabalhadores indígenas era feito pelos próprios espanhóis. Os dois sistemas ofereciam alimentação e uma baixa remuneração aos índios. Embora esse pagamento fosse individual, o *repartimiento* era um tributo coletivo, que recaía sobre a comunidade indígena.

Nas regiões do Caribe e no norte da América do Sul (atuais Colômbia e Venezuela), onde as populações indígenas foram praticamente dizimadas, predominou o emprego da mão de obra de escravos africanos, principalmente na agricultura. As relações sociais entre escravos de origem africana e espanhóis e as condições de trabalho foram marcadas por um alto grau de violência e pela resistência dos escravos.

Resistência indígena ao trabalho forçado

A brutalidade do *repartimiento* e a exploração das comunidades pelos *encomenderos* provocaram muitas revoltas indígenas. A resposta dos governos coloniais a essas revoltas foi violenta e, em muitos casos, dizimou comunidades indígenas inteiras.

No final de 1780, o indígena José Gabriel Condorcanqui Noguera liderou uma rebelião contra o Vice-Reino do Peru que reuniu cerca de 40 mil nativos. Noguera, cacique na região de Tinta, dizia que era descendente de Túpac Amaru, último imperador inca, executado pelos espanhóis no século XVI. Por isso, adotou o nome de Túpac Amaru II.

Túpac agiu inicialmente de forma pacífica, solicitando às autoridades que os indígenas da sua região não fossem obrigados a pagar a *mita* nas minas de Potosí. O governo do vice-reino negou o pedido, e os índios recorreram às armas e deram início à **Revolta de Túpac Amaru II**. Após vencerem algumas batalhas, no início de 1781, os índios foram derrotados e seus líderes, presos. Em maio, Túpac, sua mulher e seu filho foram condenados à morte e executados na cidade de Cuzco, e os restos mortais de Túpac foram exibidos publicamente para servir de exemplo e desencorajar novas revoltas indígenas.

A derrota de Túpac Amaru II não extinguiu os movimentos de resistência indígena. Ainda no ano de 1781 ocorreram novas revoltas no Vice-Reino do Peru, em La Paz e em Cuzco. As rebeliões, de modo geral, eram contra a exploração forçada e desumana do trabalho dos indígenas, especialmente nas minas.

Os puritanos do *Mayflower*

As famílias que vieram a bordo do navio *Mayflower* eram provenientes da pequena burguesia, de comerciantes e pequenos proprietários rurais ingleses que seguiam a doutrina reformista de Calvino, para quem o trabalho honesto, a poupança e o sucesso profissional eram sinais da bênção de Deus e da salvação. Os adeptos dessas crenças na Inglaterra, conhecidos como puritanos, sonhavam encontrar na América uma terra na qual pudessem viver de acordo com a moral calvinista, sem as perseguições do Estado. Eles também sonhavam com uma vida mais próspera; afinal, segundo sua crença, Deus abençoa os esforços dos eleitos para formar o seu rebanho.

Ingleses na América

Ao longo dos séculos XV e XVI, a Inglaterra enfrentou um período de guerras, disputas dinásticas e conflitos religiosos. A turbulência interna consumiu recursos e adiou a expansão colonial inglesa para fins do século XVI, quando Portugal e Espanha já haviam fundado vários núcleos coloniais na América.

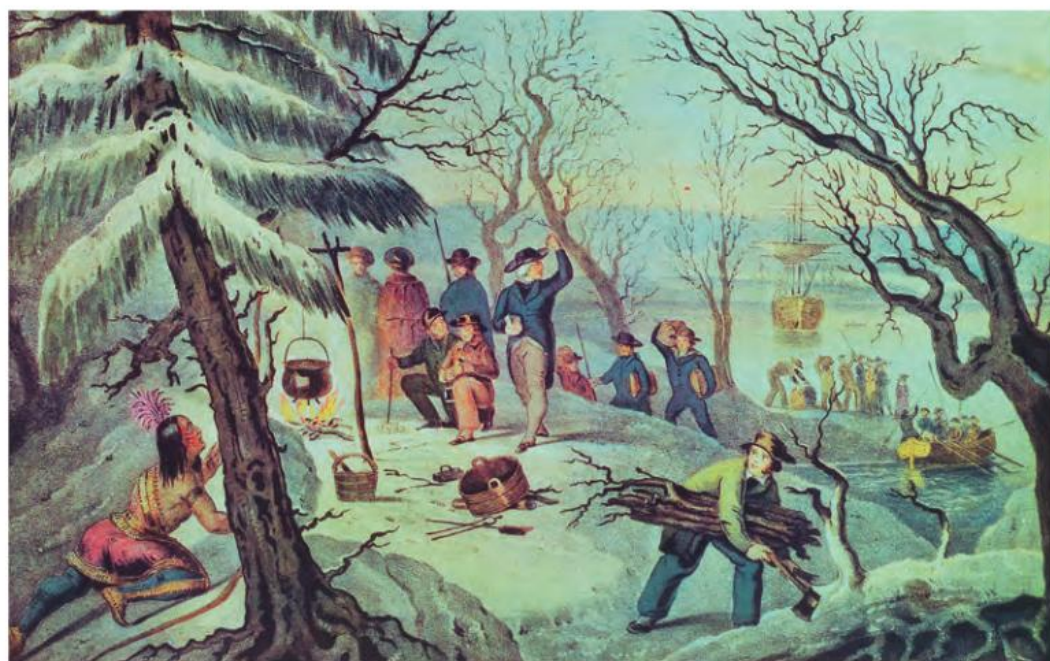
Em 1584, a rainha Elizabeth I concedeu permissão ao nobre inglês Walter Raleigh para que ocupasse vastas extensões de terras na América do Norte, em troca de parte do ouro e da prata que eventualmente fossem descobertos no território. Nas terras tomadas, Raleigh fundou a colônia da Virgínia. Porém, em dois anos, a fome, as doenças e os ataques indígenas acabaram com esse projeto de colonização inglesa.

No início do século XVII, a Coroa inglesa retomou as atividades colonizadoras. Dessa vez, a tarefa foi confiada às companhias de comércio de Londres e de Plymouth, que criaram os primeiros núcleos de povoamento permanente. Assim, em setembro de 1620, algumas famílias, a bordo do navio ***Mayflower***, deixaram a Inglaterra em busca de uma nova vida do outro lado do Atlântico.

Os protestantes calvinistas, ou puritanos, que viajaram a bordo do *Mayflower* foram para o Novo Mundo por iniciativa e recursos próprios. Desembarcaram na costa do atual estado de Massachusetts em dezembro de 1620, onde fundaram o núcleo de Plymouth, dando início à colonização da Nova Inglaterra, nome pelo qual as colônias do norte passaram a ser chamadas.

Os puritanos, no entanto, não foram o único grupo a viajar para a América. Além deles, muitos órfãos, miseráveis, mulheres sem posses e degredados foram enviados forçosamente para o Novo Mundo a mando das autoridades inglesas, que viam na colonização uma oportunidade para livrar-se das pessoas consideradas indesejáveis.

Grande parte dessas pessoas não tinha condições de arcar com os custos da viagem para a América. Como solução, comprometiam-se a trabalhar para um colono, em troca do financiamento da viagem. Essa modalidade de trabalho, conhecida como **servidão temporária**, ajudou a aumentar a imigração para a América. Geralmente, o período de servidão durava entre quatro e sete anos. No século XVII, a principal força de trabalho nas colônias eram os servos temporários.

BRIDGEMAN IMAGES/ KEYSTONE BRASIL - COLEÇÃO PARTICULAR

Desembarque dos pais peregrinos em Plymouth, 11 de dezembro de 1620 (século XIX), gravura de Nathaniel Currier. Os primeiros colonos ingleses na América ficaram conhecidos como *pilgrim fathers*, os pais peregrinos.

No início da colonização da América do Norte, as trocas de produtos entre indígenas e colonos eram constantes. Essas trocas eram realizadas na Companhia Hudson Bay, fundada em 1670 e detentora do monopólio do comércio de peles na área da Baía de Hudson, Nova Inglaterra.

Fundação das Treze Colônias

Após Plymouth, novos núcleos coloniais foram fundados na costa atlântica da América do Norte, alguns deles por suecos (centro) ou por holandeses (Nova Amsterdã, atual Nova York). Todos eles, a partir de 1664, passaram para o domínio inglês, formando, com os núcleos fundados no sul, as **Treze Colônias** da América inglesa (veja o mapa ao lado).

As Treze Colônias eram núcleos independentes, com bastante autonomia política e liberdade religiosa. A Inglaterra, enfraquecida pelas divisões político-religiosas, não conseguiu impor nas colônias o modelo implantado pelas monarquias ibéricas, que tinha como base a supervisão da produção e do acúmulo de riquezas e a centralização de todas as decisões.

Na América inglesa, ao contrário da ibérica, grande parte das decisões permaneceu na esfera local, reforçando o sentimento de autonomia dos colonos. Essa relativa independência favoreceu o surgimento de diferentes modelos de colonização nas diversas regiões do território.

As Treze Colônias inglesas

Fonte: *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 62.

Norte: a força puritana

Nas colônias do norte, uma região de invernos rigorosos que não permitia a produção de gêneros valorizados no comércio europeu, multiplicaram-se pequenas propriedades rurais que apresentavam uma produção diversificada, com base no trabalho familiar. Desde o início, protestantes puritanos predominaram nessa região.

Ao lado da policultura, a pecuária recebeu forte impulso com a criação de gado bovino e ovino, responsável pelo desenvolvimento das indústrias de carne, banha e têxtil. A pesca e a instalação de serrarias, nas quais a madeira local era utilizada para construir navios, também representaram atividades importantes.

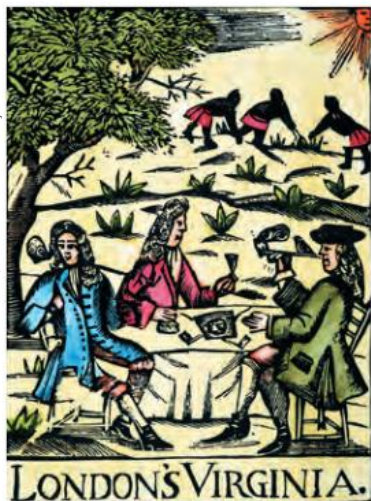
A produção manufatureira beneficiou-se da existência de mão de obra especializada e de matéria-prima disponível do setor primário. Nas oficinas e fábricas formou-se uma sociedade dinâmica, com os ricos empresários urbanos no topo da escala social, seguindo-se os pequenos proprietários rurais, os comerciantes, os artesãos e os trabalhadores braçais.

Você vai gostar de ler

HAWTHORNE, Nathaniel. **A letra escarlate.**
São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

O livro, publicado em 1850, tem como cenário a cidade de Boston durante o século XVII e narra a história de Hester Prynne, condenada por adultério a usar uma letra A escarlate costurada em seu vestido. A obra apresenta a mentalidade puritana do início da colonização dos Estados Unidos e a influência desse pensamento sobre toda a sociedade.

Hester é retratada pelo autor como uma mulher forte e independente, que por isso não se encaixava e não era aceita pela rígida sociedade puritana patriarcal, sociedade essa que tinha na *Bíblia* a fonte para a doutrina tanto espiritual quanto civil.

THE GRANGER COLLECTION/GLOW IMAGES - COLEÇÃO PARTICULAR

Plantação de tabaco (c. 1700), gravura inglesa que mostra plantadores de tabaco da colônia da Virgínia sentados à frente, enquanto, ao fundo, escravos cuidam da plantação.

Sul: monocultura e escravidão

Muito diferentes dos núcleos do norte, as colônias do sul ofereceram amplas possibilidades para a economia de exportação mercantilista. O meio geográfico, com planícies extensas cortadas por rios navegáveis, clima subtropical e solo fértil, propiciou a implantação do sistema de *plantation*, que consistia em grandes fazendas especializadas no cultivo de tabaco e, posteriormente, de arroz, índigo e algodão.

Nessas áreas empregou-se majoritariamente a mão de obra de escravos africanos. À medida que o escravismo passava a predominar nas relações de produção, muitas pequenas e médias propriedades foram sendo absorvidas pelas grandes, devido à falta de recursos para a compra de escravos.

Os ricos fazendeiros participavam da vida pública prestando serviços como juízes de paz, oficiais das milícias e membros dos órgãos legislativos locais. A maioria deles eram anglicanos, mas havia também católicos. Nas colônias do sul, o contraste entre o poder político e socioeconômico dos fazendeiros e a grande quantidade de escravos originou uma sociedade marcada pela desigualdade social e étnica.

Centro: diversidade cultural

As últimas colônias a surgir na América inglesa foram as centrais, localizadas entre a Nova Inglaterra e as colônias sulistas. O povoamento inglês dessa área teve início com a fundação, em 1681, da colônia da Pensilvânia.

No século XVIII, antes das lutas pela independência, a região contava com cerca de 30 mil habitantes de credos e línguas diferentes. Na Filadélfia, capital da Pensilvânia, predominavam os *quakers*, grupo religioso fundado na Inglaterra por volta de 1640. Pacifistas, os *quakers* defendiam a liberdade religiosa e o retorno à espiritualidade do cristianismo primitivo.

Índigo: planta da qual se obtém o anil, substância utilizada no tingimento de tecidos.

Comércio triangular

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: NARO, Nancy Priscilla S. *A formação dos Estados Unidos*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Unicamp, 1987. p. 15.

Em alguns casos, o comércio triangular também envolvia a Europa. Os navios da Nova Inglaterra abasteciam algumas regiões europeias com o açúcar antilhano e retornavam para a América com diversos produtos manufaturados.

Comércio triangular

A autonomia concedida pela Inglaterra às suas colônias na América facilitou o surgimento de relações comerciais diversificadas, como o chamado **comércio triangular**, que consistia em negociações comerciais diretas entre as Treze Colônias, as Antilhas e a África.

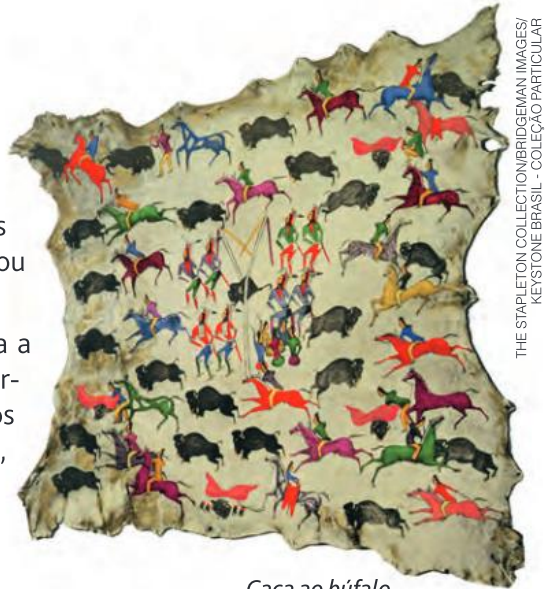
Os colonos da Nova Inglaterra compravam açúcar e melaço nas Antilhas, transformavam o melaço em rum e trocavam a bebida por escravos na costa africana.

Por sua vez, os africanos escravizados eram vendidos para as Antilhas e as colônias do sul, onde eram utilizados como mão de obra nas grandes propriedades monocultoras.

Parte dos altos lucros obtidos pela Nova Inglaterra era reinvestido na compra de mais melaço e açúcar das Antilhas, dando continuidade ao ciclo mercantil e garantindo grande poder econômico para os mercadores das Treze Colônias.

A administração nas Treze Colônias

Cada colônia tinha um governador, que podia ser nomeado pela Coroa, como era costume no sul, ou ser eleito, prática utilizada no norte e no centro. Em cada território havia um Conselho, ou Câmara Alta, geralmente composto de indivíduos nomeados pelos segmentos mais influentes. Esse Conselho funcionava como um órgão de apoio ou assessoramento do governador nos assuntos coloniais.

As Câmaras Legislativas ou dos Representantes existiram em toda a América inglesa. Eleitas pelos donos de terras ou possuidores de determinada renda, eram responsáveis pela elaboração de leis e fixação dos tributos. Na prática, todas as colônias gozavam de grande autonomia, experiência que não ocorreu na América espanhola nem na portuguesa.

THE STAPLETON COLLECTION/BRIDGEMAN IMAGES/ KEYSTONE BRASIL - COLEÇÃO PARTICULAR

Caça ao búfalo (século XIX), pintura em pele animal produzida pela nação Comanche, Estados Unidos. A maioria dos povos nativos dos Estados Unidos praticava a caça como forma de subsistência, o que lhes obrigava a percorrer longas distâncias.

Povos indígenas

Antes da chegada dos europeus, a região era habitada por diferentes povos indígenas, como os Pequot, os Cherokee, os Iroque, os Algonquino e os Apache. Viviam em suas aldeias, organizados de acordo com seus costumes, que variavam de povo para povo.

Com a chegada dos europeus, principalmente ingleses, muitos territórios indígenas foram violentamente invadidos e tomados para a fundação de núcleos de povoamento. Apoiados na ideia de que possuíam uma missão civilizatória no Novo Mundo, os colonos trataram os indígenas como um obstáculo que deveria ser removido a qualquer custo.

Considerados selvagens e primitivos, os nativos americanos passaram a ser expulsos de suas terras ou, em alguns casos, acabaram reduzidos à condição de escravos. Na Carolina do Sul, por exemplo, no ano de 1708, havia aproximadamente 1.400 nativos escravizados. Os puritanos também adotaram medidas para cristianizar os indígenas, mas elas não foram tão comuns como na América ibérica.

As populações indígenas resistiram muito às investidas dos colonizadores, um dos motivos que explicam o fracasso das primeiras tentativas da Coroa inglesa de colonizar o território. A luta dos nativos para manter suas terras e seu modo de vida continuou por todo o período colonial. Em 1622, por exemplo, no povoado de Jamestown, na Virgínia, aproximadamente 350 colonos foram mortos por ataques indígenas.

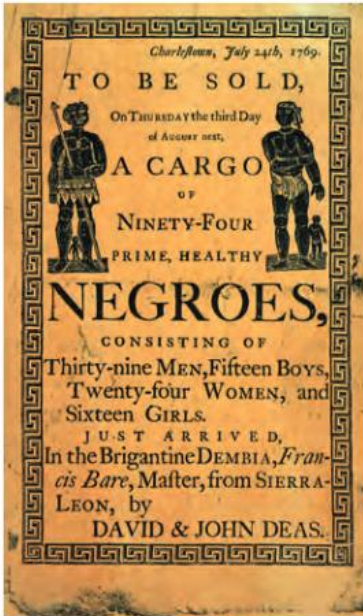
Além das guerras e dos deslocamentos forçados, as epidemias também colaboraram para a redução drástica da população nativa norte-americana.

ROBERT ARIAIL © 2015 ROBERT ARIAIL/DIST. BY UNIVERSAL UCLICK FOR UFS

O humor consiste na ironia do chargista expressa na inocente fala do índio: "Que mal poderia acontecer?!", que acreditava que o contato com os ingleses não traria nenhum malefício, quando sabemos que grande parte dos indígenas norte-americanos foi exterminada no processo de colonização.

Eu digo: deixe-os entrar! Que mal poderia acontecer?! (2015), charge de Robert Ariail.

- Explique em que consiste o humor da tirinha.

Charlestown, July 24th, 1769.
TO BE SOLD,
On THURSDAY the third Day of AUGUST next,
A CARGO
OF
NINETY-FOUR
PRIME, HEALTHY
NEGROES,
CONSISTING OF
Thirty-nine MEN, Fifteen BOYS,
Twenty-four WOMEN, and
Sixteen GIRLS.
JUST ARRIVED,
In the Brigantine DEMBIA, Francis Bare, Master, from SIERRA-LEON, by
DAVID & JOHN DEAS.

Panfleto publicado por traficante de escravos anunciando a venda de cativos em Charleston, Carolina do Sul, em 1769. Embora o número de escravos nas Treze Colônias não representasse 20% do total da população, nos territórios do sul a maioria da população era formada de escravos.

Os negros nas Treze Colônias

A prática de escravizar negros africanos, similar às práticas dos países ibéricos, também se deu na América inglesa, principalmente nas colônias sulistas, e manteve-se após a independência dos Estados Unidos, em 1776. Os africanos eram transportados para a América em navios superlotados e em péssimas condições de higiene. No continente americano, eram vendidos nos mercados, como relata o escravo nigeriano batizado de Gustavus Vassa, trazido aos Estados Unidos em 1794:

> "Conduziram-nos imediatamente ao pátio... como ovelhas em um redil, sem olharem para idade ou sexo. Como tudo me era novo, tudo o que vinha causava-me assombro. Não sabia o que diziam, e pensei que esta gente estava verdadeiramente cheia de mágicas... A um sinal de tambor, os compradores corriam ao pátio onde estavam presos os escravos e escolhiam o lote que mais lhes agradava. O ruído e o clamor com que se fazia isso e a ansiedade visível nos rostos dos compradores serviam para aumentar muito o terror dos africanos... Dessa maneira, sem escrúpulos, eram separados parentes e amigos, a maioria para nunca mais voltarem a se ver."

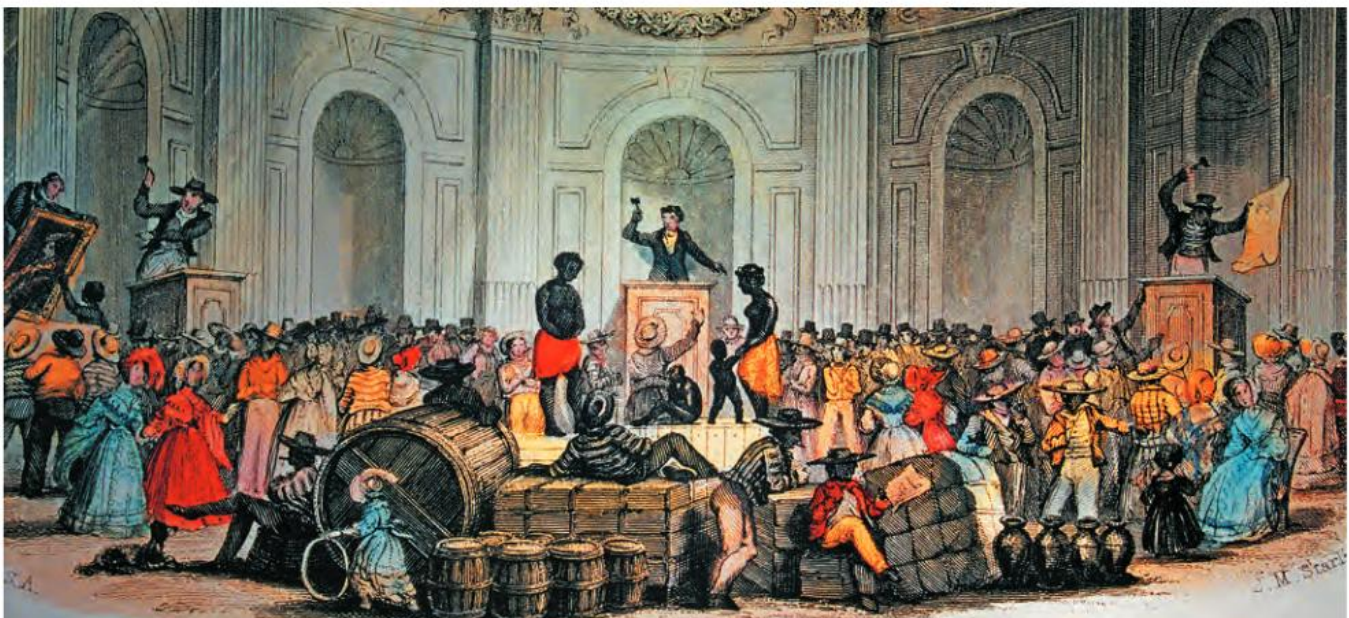
Gustavus Vassa [1794]. In: KARNAL, Leandro e outros. *História dos Estados Unidos:* das origens ao século XXI. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 63.

Redil: nesse contexto, curral para gado.

Diversas leis foram criadas para manter a escravidão nas Treze Colônias. Em 1662, por exemplo, uma lei na Virgínia estabelecia que filhos de mãe africana seriam escravos. Sete anos depois, uma nova lei determinava que, caso algum escravo morresse por maus-tratos, seus donos seriam absolvidos. Na Carolina do Sul, criou-se um código que estabelecia normas e condutas referentes à vida dos escravos.

Assim como os indígenas, os negros africanos também resistiram diante da violência da escravidão de diversas formas, como assassinatos de colonos, fugas das fazendas, promoção de revoltas, trabalho lento, simulação de doenças, automutilação etc. Em Nova York, no ano de 1740, escravos tentaram envenenar o sistema de abastecimento de água da cidade.

Entre 1619 e 1860, estima-se que cerca de 400 mil africanos foram trazidos para os Estados Unidos para serem escravizados, trabalhando principalmente nas plantações sulistas.

Mercado de escravos na Louisiana (século XIX), gravura de autor desconhecido. Museu de Arte da Louisiana, Nova Orleans, Estados Unidos.

Os dados numéricos referentes às Treze Colônias tiveram como fonte: KARNAL, Leandro e outros. *História dos Estados Unidos:* das origens ao século XXI. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

Texto complementar

Exploração × Povoamento

Atualmente, a ideia de que a diferença econômica existente entre os Estados Unidos e a América Latina decorre de seus distintos modelos de colonização é questionada, como no texto a seguir.

"Por que os Estados Unidos são tão ricos e nós não? [...] Desde o século XIX a explicação dos norte-americanos para seu 'sucesso' diante dos vizinhos da América hispânica e portuguesa foi clara: havia um 'destino manifesto', uma vocação dada por Deus a eles, um caminho claro de êxito em função de serem um 'povo escolhido'.

No Brasil sempre houve desconfiança sobre a ideia [...]. Porém, criou-se aqui uma explicação tão fantasiosa como aquela. A riqueza deles e nossas mazelas decorriam de dois modelos históricos: as colônias de povoamento e as de exploração. [...]

As áreas colonizadas por Portugal e Espanha existiriam apenas para enriquecer as metrópoles. [...] A América ibérica seria um local para suportar um certo período, extrair o máximo e retornar à pátria europeia. [...] O oposto das colônias de exploração seriam as de povoamento. Para lá as pessoas iriam para morar definitivamente. [...]

Há uma ideia associada a essa que versa sobre a qualidade dos colonos. Para as colônias de exploração, as metrópoles enviaram o 'refugo': aventureiros sem valor [...]. As colônias de povoamento receberiam o que houvesse de melhor nas metrópoles, gente de valor [...] trazendo na bagagem apenas honradez e a *Bíblia*.

Pronto! A explicação é perfeita! Somos pobres porque fomos fundados pela escória da Europa! Os Estados Unidos são ricos porque tiveram o privilégio da colonização de alto nível da Inglaterra. [...]

No século XVII, quando a América espanhola já apresentava universidade, bispados, produções literárias e artísticas de várias gerações, a costa inglesa da América do Norte era um amontoado de pequenas aldeias atacadas por índios e rondadas pela fome.

A Península Ibérica enviava ao Novo Mundo homens de toda espécie. [...] Imaginar o Brasil povoado só por ladrões [...] é tão falso como supor que apenas intelectuais piedosos foram para as Treze Colônias. [...]

A falta de um efetivo projeto colonial aproximou os Estados Unidos de sua independência. As Treze Colônias nascem sem a tutela direta do Estado. [...] Quando a Coroa britânica tentou implantar um modelo sistemático de pacto colonial, o resultado foi o desastre. Em suma, quando Londres tentou imitar Lisboa, já era tarde demais.

O mundo ibérico dá a ideia de permanência. Construir e reformar ao longo de três séculos uma catedral como a da Cidade do México não é atitude típica de quem quer apenas enriquecer e voltar para a Europa. [...]

No limite do cômico, aqueles que apelam para a explicação de colônias de povoamento e exploração parecem dizer que, caso um colono em Boston no século XVII encontrasse um monte de ouro no quintal, diria: 'Não vou pegar esse ouro porque sou um colono de povoamento, não de exploração; vim aqui para trabalhar e não ficar rico e voltar'. Quando os norte-americanos encontraram, enfim, ouro na Califórnia e no Alasca, o comportamento dos puritanos não foi muito distante do dos católicos das Minas Gerais. A cobiça, o arrivismo e a violência não parecem muito dependentes da religião ou da suposta 'raça'."

KARNAL, Leandro. Comparações incômodas. In: KARNAL, Leandro e outros. *História dos Estados Unidos*: das origens ao século XXI. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 25-29.

Refugo: o resto, os rejeitados.

Arrivismo: nesse caso, comportamento de indivíduo determinado a triunfar a qualquer preço, mesmo em prejuízo de outros.

Compreendendo o texto

Registre as respostas em seu caderno.

1. Identifique as duas explicações que tentam justificar a superioridade econômica dos Estados Unidos em relação à América Latina, mas que são criticadas no texto. Que argumentos o autor utiliza em sua crítica?
2. O autor apresenta alguma hipótese que explique essa diferença econômica? Justifique utilizando trechos do texto.
3. Apesar de ser a maior economia do mundo, os Estados Unidos possuem muitos moradores de rua e pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Em 2015, apesar da economia em crescimento, estimava-se que meio milhão de pessoas viviam como sem-teto no país. Pesquise sobre o tema e, com base nos dados levantados, elabore uma breve dissertação sobre essa contradição.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa e para a elaboração de dissertação.

Registre as respostas em seu caderno.

Explorando o conhecimento

1. Os povos indígenas pré-colombianos eram muito diferentes uns dos outros. Dê exemplos de povos e aponte as principais diferenças entre eles.

2. Identifique e descreva os regimes de trabalho presentes na América espanhola no período colonial.

3. Caracterize a estrutura político-administrativa das Treze Colônias inglesas, diferenciando-a do tipo de administração que se desenvolveu na América espanhola.

CONECTANDO COM A MATEMÁTICA

4. Qual era a importância da matemática para os maias, bem como para outros povos da América pré-colombiana, como os incas?

Pensando criticamente

5. Relacione o texto a seguir ao que você estudou neste capítulo para responder às questões.

> "[...] parte dos povos indígenas mesoamericanos não foi vítima de um processo levado a cabo apenas pelos castelhanos e suas instituições. A participação das elites locais foi indispensável ao funcionamento das estruturas sociopolíticas e tributárias estabelecidas pelos castelhanos no século XVI."

SANTOS, Eduardo Natalino dos. Conquista do México ou queda de México-Tenochtitlán? Guerras e alianças entre castelhanos e *altepeme* mesoamericanos na primeira metade do século XVI. *Centro de Estudos Mesoamericanos e Andinos – USP*. Disponível em <http://200.144.182.130/cema/images/stories/Conquista_do_Mexico.pdf>. Acesso em 15 fev. 2016.

a) Explique a importância dos povos indígenas para a consolidação da conquista espanhola da América.

b) Qual foi a influência das elites indígenas sobre as estruturas sociopolíticas e tributárias instituídas pela Coroa espanhola na América?

c) Cite um exemplo de algum grupo indígena que escolheu resistir à dominação espanhola e exponha como se deu essa resistência.

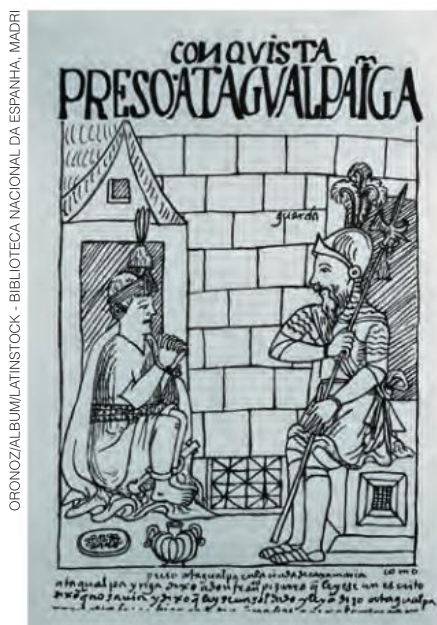
6. Releia o depoimento de Gustavus Vassa, reproduzido na página 24, e, considerando o que você estudou neste capítulo, responda às questões.

a) Segundo Vassa, como era realizada a venda de escravos na América? O que acontecia com suas famílias?

b) "Como tudo me era novo, tudo o que vinha causava-me assombro. Não sabia o que diziam, e pensei que esta gente estava verdadeiramente cheia de mágicas." O que essa frase revela?

c) Como os escravos africanos resistiam ao cativeiro na América inglesa?

7. Observe a imagem a seguir para responder às questões.

ORONOZ/ALBUM/LATINSTOCK - BIBLIOTECA NACIONAL DA ESPANHA, MADRI

Atahualpa preso em Cajamarca. Gravura da obra *Nova Crônica e Bom Governo* (1615), de Felipe Guamán Poma de Ayala. Biblioteca Nacional da Espanha, Madri.

a) Descreva o acontecimento retratado pela imagem.

b) Quais foram as consequências desse acontecimento para o Império Inca?

c) Qual é a ideia transmitida por essa gravura? Justifique.

Investigando

8. A principal causa da morte dos mineiros que atualmente trabalham em Potosí é uma doença chamada "silicose". A doença não tem cura, mas existem tratamentos para amenizar seus efeitos. Em grupo, façam uma pesquisa contemplando os seguintes tópicos:

- Causa e sintomas da silicose e as formas de tratamento disponíveis.
- Dados atuais sobre a doença na cidade de Potosí: número de casos diagnosticados, de óbitos etc.

Ao final da pesquisa, montem um painel com as informações coletadas e discutam em sala de aula propostas para amenizar essa situação.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

A leitura e a interpretação do poema são fundamentais para resolver a questão selecionada. Por isso, essa questão está associada prioritariamente ao **Eixo cognitivo I** (dominar linguagens) da **matriz de referência do Enem**. O **Eixo cognitivo II** (compreender fenômenos) também está contemplado, pois os alunos deverão ter conhecimentos sobre os mecanismos da conquista espanhola para escolher a alternativa correta. As habilidades associadas à questão são: **H1** (interpretar histórica e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura), **H11** (identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço) e **H15** (avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história).

Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

(ENEM-MEC/2013)

"O canto triste dos conquistados: Os últimos dias de Tenochtitlán

Nos caminhos jazem dardos quebrados;
os cabelos estão espalhados.
Destelhadas estão as casas
Vermelhas estão as águas, os rios, como se alguém as tivesse tingido,
Nos escudos esteve nosso resguardo,
mas os escudos não detêm a desolação..."

PINSKY, J. e outros. *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2007. (Fragmento)

O texto é um registro asteca, cujo sentido está relacionado ao(à)

a) tragédia causada pela destruição da cultura desse povo.
b) tentativa frustrada de resistência a um poder considerado superior.
c) extermínio das populações indígenas pelo Exército espanhol.
d) dissolução da memória sobre os feitos de seus antepassados.
e) profetização das consequências da colonização da América.

Analisando

A questão acima explora o tema da conquista espanhola da América sob o ponto de vista indígena. A elaboração da questão teve como base os fragmentos de um poema atribuído aos astecas, escrito no século XVI. A resolução dependerá, portanto, da leitura atenta do documento e de seus conhecimentos sobre o assunto.

Os versos foram extraídos do *Manuscrito Anônimo de Tlatelolco* (1528), escrito em língua nativa (*nahuatl*), com caracteres do alfabeto latino. O nome de seu autor é desconhecido. No entanto, sabe-se que foi escrito por um asteca que sobreviveu à conquista espanhola e narrou a queda de Tenochtitlán, capital do seu Império, em 1521. Constitui, portanto, uma fonte extremamente importante para a história da conquista espanhola e para a história indígena; um precioso testemunho da visão indígena dos acontecimentos.

Leia novamente o poema e reflita: qual momento da conquista de Tenochtitlán é descrito? Quais são os sentimentos evocados pela leitura dos versos? Qual é o ponto de vista do narrador: aquele dos vencedores ou aquele dos vencidos? O que significa o fato de o poema ter sido escrito em língua indígena, mas com caracteres europeus (alfabeto latino)?

O enunciado solicita que você escolha a alternativa que expressa o **sentido** do poema. Vamos analisar cada uma delas.

- Alternativa **a**: A cultura asteca sobreviveu durante muito tempo após a conquista espanhola, ainda que modificada pela influência dos colonizadores. Até a atualidade, a cultura asteca está presente na vida do povo mexicano, como indicam seus hábitos alimentares, o rico artesanato, a Festa do Dia dos Mortos, entre outros exemplos.
- Alternativa **b**: O poema faz referência ao momento imediatamente posterior à queda de Tenochtitlán. As cinco primeiras linhas descrevem o cenário de destruição e morte após as batalhas (dardos quebrados e cabelos espalhados pelo chão; casas destelhadas, águas tingidas de sangue). Os dois últimos versos referem-se à resistência indígena, que não foi suficiente para obter a vitória contra os espanhóis.
- Alternativa **c**: O cerco a Tenochtitlán não foi obra exclusiva dos soldados espanhóis, que estavam nessa ocasião em pequeno número. Cortés soube aproveitar as rivalidades entre os diferentes povos do Vale do México para obter o apoio de aliados locais, como os Tlaxcalteca e os Totonaca, rivais dos astecas, agregando milhares de indígenas às forças espanholas.
- Alternativa **d**: "*O canto triste dos conquistados: os últimos dias de Tenochtitlán*" é um documento produzido por um asteca que registra a memória do cerco e da queda da capital asteca. Esse e outros documentos astecas estão preservados até hoje, disponíveis em universidades, bibliotecas e na internet.
- Alternativa **e**: O autor dos versos narra e lamenta fatos que, no momento em que escreveu, já pertenciam ao passado. O texto contém previsões sobre o futuro?

Agora é com você!

Qual alternativa interpreta corretamente o poema? A alternativa correta é a letra **b**.

Comentários adicionais sobre esta seção encontram-se no Suplemento para o professor.

Questões do Enem e de vestibulares

Considerando que o livro é reutilizável, alguns enunciados foram adaptados para que os alunos registrem as respostas em seus cadernos.

Registre as respostas em seu caderno.

1. (ENEM-MEC/2012)

> "Mas uma coisa ouso afirmar, porque há muitos testemunhos, e é que vi nesta terra de Veragua [Panamá] maiores indícios de ouro nos dois primeiros dias do que na Hispaniola em quatro anos, e que as terras da região não podem ser mais bonitas nem mais bem lavradas. Ali, se quiserem podem mandar extrair à vontade."
>
> Carta de Colombo aos reis da Espanha, julho de 1503. In: AMADO, J.; FIGUEIREDO, L. C. *Colombo e a América:* quinhentos anos depois. São Paulo: Atual, 1991. (Adaptado)

O documento permite identificar um interesse econômico espanhol na colonização da América a partir do século XV. A implicação desse interesse na ocupação do espaço americano está indicada na

a) expulsão dos indígenas para fortalecer o clero católico.

b) promoção das guerras justas para conquistar o território.

c) imposição da catequese para explorar o trabalho africano.

d) opção pela policultura para garantir o povoamento ibérico.

e) fundação de cidades para controlar a circulação de riquezas.

2. (UFRGS/2015) Considere as afirmações abaixo, sobre o Império Espanhol nas Américas, nos séculos XVI e XVII.

I. O Peru e o México, conquistados, respectivamente, dos incas e dos astecas, foram as regiões mais importantes desse Império.

II. Uma das principais atividades econômicas foi a mineração, centrada principalmente na região de Potosí, na atual Bolívia.

III. A política econômica da metrópole privilegiou o livre-comércio entre as possessões espanholas e outras regiões europeias, com suas colônias.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas I e II.

c) Apenas I e III.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

3. (UFG/2014)

> "A riqueza dos incas e astecas foi assim devorada num relance, os impérios eliminados e, dentro em pouco, não estava ali, de toda a riqueza sonhada, senão o solo, prodigiosamente rico de ouro e prata, e restos de tribos selvagens, apavoradas, combalidas, desmoralizadas. O espanhol [...], por essa forma depredadora, adaptou logo as suas tendências e apetites naturais às condições novas que se lhe ofereciam. Enquanto houve riqueza acumulada, ele foi depredador, guerreiro, conquistador. Esgotaram-se as riquezas, ele fez-se imediatamente sedentário. Colheu os restos de populações índias sobreviventes às matanças, escravizou-as e fê-las produzir riquezas para ele – cavando a mina ou lavrando a terra."
>
> BOMFIM, Manoel. *A América Latina:* males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p. 103. (Adaptado)

Ao analisar as relações entre as metrópoles ibéricas e as suas colônias americanas, o pensador brasileiro Manoel Bomfim fez uma analogia entre sociedades humanas e organismos biológicos, prática recorrente entre inúmeros intelectuais brasileiros no início do século XX. A partir da análise do texto, considerando o contexto histórico e os conceitos de interações biológicas, conclui-se que o conquistador espanhol

a) depredou, escravizou e explorou os povos incas e astecas sobreviventes, estabelecendo com eles uma relação análoga ao predatismo.

b) interagiu com o que restou do solo, das terras e das populações incas e astecas sobreviventes, numa relação análoga ao mutualismo.

c) devorou, com seu apetite natural, as riquezas dos povos incas e astecas, mantendo com eles uma relação análoga ao comensalismo.

d) sobreviveu e se alimentou à custa das populações incas e astecas, mantendo com elas uma relação análoga à interação do parasitismo.

e) viveu à custa das populações incas e astecas, na condição de hospedeiro, por meio de uma relação análoga à interação do inquilinismo.

4. (UFRGS/2014) Leia o enunciado abaixo.

> "O comércio marítimo triangular deu uma contribuição enorme ao desenvolvimento industrial da Inglaterra. Seus lucros fertilizaram todo o sistema de produção do país."
>
> WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 157.

Considere as seguintes afirmações sobre o comércio triangular.

I. O comércio triangular inglês consistia, principalmente, no envio de produtos manufaturados ingleses para a América; de escravos africanos para o Caribe; e de produtos coloniais, especialmente o açúcar, para a Inglaterra.

II. Os lucros obtidos pelo comércio triangular forneceram um dos principais fluxos de acumulação de capital que financiaram a Revolução Industrial britânica.

III. A utilização de mão de obra livre nas *plantations* produtoras de açúcar garantia altos níveis de lucratividade para seus proprietários.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas III.
c) Apenas I e II.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

5. **(UERJ/2013)**

"Os fazendeiros, donos de loja, proprietários de estâncias e compradores de gado costumam vender seus trabalhadores juntamente com as propriedades. – O quê? Esses trabalhadores indígenas e empregados são livres ou escravos? – Não importa. Pertencem à fazenda e devem continuar nela a servir. Este indígena é propriedade do meu senhor."

PINSKY, Jaime (Coord.). *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 1989. (Adaptado)

"Os esforços realizados, principalmente na Inglaterra, para recrutar mão de obra no regime prevalecente de servidão, intensificaram-se com a prosperidade de negócios. Por todos os meios procurava-se induzir as pessoas que haviam cometido qualquer crime ou mesmo contravenção a vender-se para trabalhar na América em vez de ir para o cárcere. Contudo, o suprimento de mão de obra deveria ser insuficiente, pois a prática do rapto de adultos e crianças tendeu a transformar-se em calamidade pública nesse país."

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1987. (Adaptado)

A servidão como forma de trabalho compulsório foi empregada nas experiências colonizadoras espanhola e inglesa na América. Com base nos textos, apresente a principal diferença na utilização dessa forma de trabalho nas colônias espanholas e inglesas.

6. **(UCS/2012)** Relacione os povos pré-colombianos, apresentados na COLUNA A, às características que os identificam, elencadas na COLUNA B.

COLUNA A	COLUNA B
(1) Maias	Destacaram-se por erigir grandes construções de pedra e adobe. Merecem destaque as cidades de Machu Picchu e Cuzco, onde se erguiam grandes pirâmides em degraus.
(2) Incas	Destacaram-se na arquitetura, pela organização urbanística das cidades, construídas em torno de praças matematicamente calculadas, onde se erguiam pirâmides e edifícios religiosos. Como exemplo, podemos citar a capital Tenochtitlán (atual Cidade do México).
(3) Astecas	Desenvolveram a escrita hieroglífica, deixando uma grande quantidade de documentos. Tinham conhecimento dos eclipses solares e do movimento dos planetas. Viviam na Península de Yucatán, na América Central.

Identifique a alternativa que faz a relação correta entre as colunas, de cima para baixo.

a) 1 – 3 – 2.
b) 1 – 2 – 3.
c) 2 – 3 – 1.
d) 2 – 1 – 3.
e) 3 – 2 – 1.

7. **(UECE/2011)** Estima-se que quando os espanhóis chegaram ao continente americano, a capital asteca, Tenochtitlán, contava com uma população com cerca de 300 mil habitantes. Rica e bela, possuía vários canais, por onde navegavam barcos carregados de mercadorias, e aquedutos apropriados para conduzirem as águas das montanhas até a cidade. Sobre essa cidade é correto afirmar-se que

a) era considerada a morada sagrada dos deuses e tornou-se rica graças às doações recebidas de todos os povos.
b) cresceu e manteve-se economicamente afluente graças aos pesados impostos que eram pagos em mercadorias pelos povos vencidos.
c) teve uma arquitetura exuberante graças à contribuição do povo maia então submetido.
d) cresceu significativamente a partir da chegada dos espanhóis.

CAPÍTULO 2

A colonização portuguesa na América

AILTON DE FREITAS/AGÊNCIA O GLOBO

Indígenas Guarani-Kaiowá protestam diante do Supremo Tribunal Federal pela demarcação de terras no Mato Grosso do Sul. Brasília (DF), 2014.

Desde a publicação do Estatuto do Índio, em 1973, o Estado brasileiro reconhece o direito dos indígenas sobre as terras que habitam e prevê sua demarcação. A Constituição de 1988 consagrou o princípio de que os indígenas são os primeiros e naturais habitantes dessas terras, reconhecendo seu direito sobre elas.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) é o órgão responsável por promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas. Após as diversas etapas de trabalho coordenadas pela Funai, o processo segue para a homologação da Presidência da República. No entanto, em 2015, a Câmara dos Deputados iniciou a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere a decisão sobre a demarcação de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Quilombos do Poder Executivo para o Congresso Nacional, conferindo-lhe, ainda, o poder de ratificar demarcações já homologadas. Essa PEC foi duramente criticada por indígenas, ambientalistas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, sob o argumento de que, na prática, dificultaria o acesso dos povos tradicionais à terra e colocaria em risco as áreas já demarcadas.

O que é Terra Indígena?

"Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada.

O direito dos povos indígenas às suas terras de ocupação tradicional configura-se como um direito originário e, consequentemente, o procedimento administrativo de demarcação de Terras Indígenas se reveste de natureza meramente declaratória. Portanto, a Terra Indígena não é criada por ato constitutivo, e, sim, reconhecida a partir de requisitos técnicos e legais, nos termos da Constituição Federal de 1988.

Ademais, por se tratar de um bem da União, a Terra Indígena é inalienável e indisponível, e os direitos sobre ela são imprescritíveis. As Terras Indígenas são o suporte do modo de vida diferenciado e insubstituível dos cerca de 300 povos indígenas que habitam, hoje, o Brasil."

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Terras indígenas*: o que é? Disponível em <www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em 13 fev. 2016.

Conversando sobre

1. Segundo o texto, o que é Terra Indígena? Qual é a importância da demarcação dessas terras?
2. Você tem conhecimento sobre alguma Terra Indígena em seu estado? O que você sabe sobre o(s) povo(s) que vive(m) ali?
3. Atualmente, o direito dos povos indígenas à terra tem sido respeitado?

Os números referentes à população indígena foram apresentados pelo historiador Ronaldo Vainfas, no texto “História indígena: 500 anos de despovoamento”, publicado no livro *Brasil*: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

Antes dos portugueses: os povos Tupi

O número de indígenas que habitavam o atual território do Brasil antes de 1500 é incerto. Enquanto alguns pesquisadores sugerem que o território era habitado por cerca de 1 milhão de pessoas, outros calculam que esse número seria de 6,8 milhões apenas para a região amazônica.

Divididos em diversos povos, esses indígenas foram classificados em dois troncos linguísticos principais: o **Tupi** e o **Macro-Jê**, divididos em várias famílias linguísticas que, por sua vez, agrupam várias línguas indígenas diferentes.

Os povos Tupi, pertencentes à família linguística Tupi-Guarani (do tronco Tupi), dividiam-se em vários povos, como os Tupinambá e os Caeté. Mais numerosos do que os povos de qualquer outra família linguística da América do Sul, eles podiam ser encontrados desde o litoral norte do Brasil até o Rio da Prata, no sul, assim como em algumas áreas do interior do continente. Foi com os povos Tupi que os portugueses estabeleceram os primeiros contatos ao desembarcar nessas terras.

Os registros produzidos pelos cronistas europeus informam que os Tupi viviam em aldeias instaladas temporariamente em determinado local. Cada uma delas abrigava uma população de aproximadamente 500 a 750 habitantes, repartidos entre seis e dez grandes casas. Além de serem exímios caçadores e coletores, os Tupi cultivavam mandioca (aipim ou macaxeira), milho, batata-doce, amendoim, abacaxi e abóbora, entre outros artigos. O cultivo desses alimentos, assim como as tarefas domésticas, ficava a cargo das mulheres. Os homens dedicavam-se à confecção de ferramentas e armas, à caça e à guerra.

Nas aldeias não existia uma autoridade formal, mas os guerreiros mais valorosos tinham grande prestígio, assim como os pajés. Os Tupi acreditavam na vida futura e na reencarnação dos antepassados. Temiam os espíritos do mal e as almas dos mortos, responsabilizados pelas doenças, acidentes, derrotas nas guerras e fenômenos meteorológicos, como tempestades e trovoadas.

O **ritual antropofágico** – costume indígena que horrorizou os europeus – era praticado entre muitos povos Tupi, como os Tamoio e os Tupinambá. O ritual passava por várias etapas, com grandes banquetes, cantos e danças, das quais participavam toda a aldeia e o próprio prisioneiro. A antropofagia era uma expressão da importância que a guerra tinha para os povos Tupi. Comer a carne de um guerreiro inimigo capturado em combate continha um significado místico arraigado na cultura das comunidades ameríndias: era a maneira de vingar os parentes mortos e adquirir a bravura e as virtudes dos guerreiros capturados.

Grafia dos nomes dos povos indígenas

Nos livros desta coleção, os nomes dos povos indígenas do Brasil foram grafados de acordo com a Convenção para a grafia dos nomes tribais, aprovada em 1953, na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia:

- Sem flexão de número ou gênero.
- Com inicial maiúscula, quando usados como substantivo, sendo opcional quando usados como adjetivo.

Além das famílias linguísticas agrupadas nos troncos Tupi e Macro-Jê, há 19 famílias que não apresentam semelhanças suficientes para serem agrupadas em troncos. Há, ainda, famílias de apenas uma língua, as “línguas isoladas”, que não se assemelham a nenhuma outra língua conhecida. No *site* do Instituto Socioambiental há mais informações sobre as línguas indígenas brasileiras. Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/troncos-e-familias>. Acesso em 15 mar. 2016.

BRIDGEMAN IMAGES/ KEYSTONE BRASIL - ARQUIVO HISTÓRICO DA MARINHA FRANCESA, VINCENNES

Uma celebração bárbara, gravura de Theodore de Bry publicada na obra *Navigatio in Brasiliam Americae* (1592), colorizada posteriormente. Arquivo Histórico da Marinha Francesa, Vincennes, França.

Os relatos dos cronistas, viajantes europeus que vieram ao Brasil e registraram suas impressões a respeito do território, dos povos indígenas e da ação dos missionários europeus, são fontes importantes para o estudo do período. No geral, os viajantes ficavam muito impressionados com a natureza local. Tanto a vegetação como os animais causavam estranhamento e eram considerados exóticos por eles. Os principais cronistas da história brasileira são Pero Vaz de Caminha, Hans Staden, Jean de Léry, Pero de Magalhães Gândavo e Fernão Cardim.

Aprenda mais

Comentários adicionais sobre esta seção encontram-se no Suplemento para o professor.

Caminhos indígenas

Recomendamos que a leitura deste infográfico seja feita por blocos, que estão diferenciados pelas cores dos títulos das frações de texto.

Muito antes da chegada dos europeus, existia no sul do continente americano uma ampla rede de circulação com intensas trocas entre os povos nativos.

Estudos recentes da arqueologia têm decodificado parte dos caminhos e dos vestígios das atividades deixados pelos povos indígenas na América do Sul e revelado formas variadas de intercâmbio e de manejo do ambiente por esses povos.

Caminhos fluviais

A ilustração a seguir representa a densa malha fluvial do continente sul-americano. Os rios tradicionalmente foram caminhos naturais para muitos povos ameríndios.

Durante a estação das cheias, pode-se navegar do Rio da Prata ao Amazonas, que se ligam por outros rios.

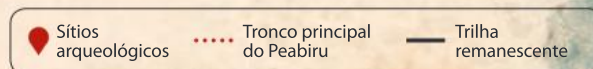
Agricultura na floresta

Diferentemente de espécies que se dispersam de forma gradual e homogênea, as castanheiras estão concentradas em pequenos bosques (castanhais) pela Amazônia (veja ilustração ao lado), sempre associadas a vestígios da ocupação indígena. Cacau, guaraná e abacaxi são outros exemplos de espécies vegetais domesticadas pelos povos indígenas, que as selecionavam, transplantavam e cultivavam antes da chegada dos europeus.

Caminhos do Peabiru

O Peabiru era uma rede de caminhos que cruzava o continente americano. Acredita-se que o tronco principal, com aproximadamente 3 mil quilômetros de extensão, estivesse conectado a vários ramais secundários.

Achados arqueológicos

Nos anos 1970, cerca de 30 quilômetros de trechos remanescentes do Peabiru foram descobertos no estado do Paraná, próximos a assentamentos dos povos Jê. Aldeias eram interligadas por essas trilhas, verdadeiras valas com 1,4 metro de largura e 0,4 metro de profundidade.

Questões

Registre as respostas em seu caderno.

1. Por que a dispersão da castanha-do-pará é um indício da comunicação entre diferentes povos indígenas da América?
2. Compare e avalie os efeitos, para o ambiente e para a vida humana, de um meio de comunicação e de transporte como o do Peabiru com os desenvolvidos pela sociedade industrial dos dias atuais.

Cultivo sem fronteiras

Análises científicas comprovaram que muitos castanhais, distantes às vezes até 3 mil quilômetros uns dos outros, são geneticamente idênticos e da mesma idade. Por meios naturais, a castanha demoraria milhares de anos para se dispersar em uma área tão extensa.

Como o coco que protege as sementes da castanha é muito duro, a dispersão da espécie sem a intervenção humana seria difícil até mesmo em áreas próximas.

moi'di
tiihi
mowi
mïxi
xiwiwi

Nomes para a castanha

As semelhanças fonéticas entre essas palavras de cinco famílias linguísticas diferentes são outro indício do provável intercâmbio entre diversos povos indígenas da América.

Professor, sugira aos alunos a leitura em voz alta das palavras destacadas no mapa para que reconheçam a semelhança entre os sons.

Fenômeno Aruaque

Por volta do ano 1000, povos da família linguística Aruaque ocuparam as margens de grandes rios da Região Amazônica, introduzindo seus padrões de habitação e estilos cerâmicos. Essa ocupação teria facilitado o intercâmbio de espécies vegetais, como a mandioca e a castanha-do-pará.

Oceano Atlântico

Acredita-se que o trecho principal do Peabiru ligasse o Oceano Atlântico, na região do atual município de São Vicente (SP), à costa do Peru, no Oceano Pacífico.

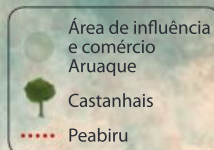
Área de influência e comércio Aruaque
Castanhais
Peabiru

Oceano Pacífico

Caminho de índios e colonos

No decorrer dos séculos XVI e XVII, o Peabiru foi utilizado por missionários jesuítas, bandeirantes e exploradores da América portuguesa como via de acesso às possessões espanholas no continente.

Origens do Peabiru

Apesar do consenso sobre a existência do Peabiru, não se chegou a uma conclusão sobre sua origem. Acredita-se que os Tupi-Guarani e indígenas quíchuas tenham utilizado o ramo principal e que outros povos teriam construído caminhos secundários para ligar suas aldeias ao Peabiru.

CHMYZ, I.; SAUNER, Z. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas no Vale do Rio Piquiri. *Dédalo*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. n. 7(13). São Paulo, 1971. p. 7-36; NEVES, E. O velho e o novo na arqueologia amazônica. *Revista USP*. n. 44. São Paulo, dez.-fev. 1999-2000. p. 86-111; SHEPARD, G.; RAMIREZ, H. Made in Brazil: Human Dispersal of the Brazil Nut (*Bertholletia excelsa, Lecythidaceae*). *Economy Botany*. n. 65(1). Nova York: The New York Botanical Garden Press, 2011. p. 44-65; ERIKSEN, L. *Nature and culture in prehistoric amazonia*. Lund: Lund University Press, 2011; CLEMENT, C. e outros. Origin and domestication of native amazonian crops. *Diversity Journal*. n. 2, 2010. p. 72-106; KOK, G. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Anais do Museu Paulista*. n. 2, v. 17, São Paulo, jul.-dez. 2009. p. 91-109.

ILUSTRAÇÕES: LIGIA DUQUE

Para facilitar a compreensão dos alunos, optamos por citar um trecho da carta de Caminha publicada em português moderno.

Os portugueses na América

A esquadra de Cabral chegou a terras americanas em 22 de abril de 1500. Inicialmente, os contatos com os indígenas foram marcados pelo estranhamento mútuo. Os europeus espantavam-se com a aparência dos indígenas e não compreendiam o seu modo de vida, da mesma maneira que os indígenas estranhavam os hábitos dos europeus.

Pero Vaz de Caminha – escrivão que acompanhava a frota portuguesa, responsável por informar o rei de Portugal sobre os acontecimentos da viagem – descreveu da seguinte maneira um dos primeiros encontros entre indígenas e portugueses, ocorrido na embarcação de Cabral, poucos dias após a chegada dos europeus:

> "A feição deles é parda, um tanto avermelhada, com bons rostos e bons narizes, benfeitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas, e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam o lábio de baixo furado e metido nele seus ossos de verdade [...].
>
> Os seus cabelos são lisos. E andavam tosquiados, de tosquia alta, e rapados até por cima das orelhas. [...]
>
> Quando eles vieram, o capitão estava sentado em uma cadeira, bem-vestido, com um colar de ouro muito grande no pescoço, e tendo aos pés um grande tapete como estrado. [...] Eles entraram. Mas não fizeram nenhum gesto de cortesia, nem sinal de querer falar ao capitão ou a alguém. Um deles, porém, reparou no colar do capitão e começou a acenar para a terra e depois para o colar, como se nos quisesse dizer que na terra também havia ouro. [...]
>
> Deram-lhes comida: pão e peixe cozido, doces, bolos, mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada disso e, se alguma coisa provavam, logo a cuspiam. Trouxeram-lhes vinho numa taça. Mal o puseram na boca; não gostaram. Trouxeram-lhes água numa caneca. Não beberam. Apenas bochechavam e logo a lançaram fora."

TUFANO, Douglas. *A carta de Pero Vaz de Caminha: comentada e ilustrada*. São Paulo: Moderna, 1999. p. 31-33.

Tosquiado: cortado.

Apesar das diferenças culturais, o relato revela que, nesse primeiro momento, o contato entre os dois povos foi pacífico. Contudo, desde o início, o olhar eurocêntrico fez que os portugueses se considerassem "superiores" aos nativos, entendendo que eles precisariam ser catequizados e "civilizados".

Embora o artista tenha se baseado em uma fonte histórica, não podemos afirmar que a obra é um retrato fiel do acontecimento. Trata-se apenas da interpretação do artista a respeito dessa fonte. Além disso, o relato de Caminha expressa o ponto de vista dos portugueses sobre o encontro, e não aquilo que "realmente" aconteceu. No mais, é possível perceber diferenças entre o relato e a pintura. Por exemplo, os indígenas, que segundo Caminha andavam nus, foram representados vestindo tangas por Oscar Pereira da Silva.

OSCAR PEREIRA DA SILVA - MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO

Nau Capitânia de Cabral (início do século XX), pintura de Oscar Pereira da Silva. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). Nesta imagem, Pedro Álvares Cabral (sentado, à esquerda) recebe dois indígenas (no centro) em sua caravela.

Para realizar esta pintura, Oscar Pereira da Silva baseou-se no relato escrito por Pero Vaz de Caminha. Podemos dizer que a pintura é um retrato fiel do encontro entre Cabral e os indígenas? Justifique.

Detalhe do mapa Terra Brasilis, publicado no *Atlas Miller* (1519), de Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinel. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro (RJ). Nesse mapa, além de aspectos geográficos, foram representados elementos da fauna e da flora e os habitantes do Brasil. No detalhe, é possível observar dois grupos de indígenas: o primeiro, vestido e adornado com penas, porta arcos e flechas; o segundo, nu, corta e recolhe toras de madeira.

A exploração do pau-brasil

A princípio, Portugal não se interessou em colonizar o território americano. O alvo dos portugueses eram os lucros com o comércio das especiarias orientais, e não as terras do Novo Mundo. Enquanto muitas frotas portuguesas eram enviadas ao Oriente, ao Brasil vinham somente algumas expedições de reconhecimento e exploração do litoral.

Nesse mesmo período, alguns países europeus que se preparavam para iniciar sua expansão ultramarina reagiram às determinações do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, que dividia as terras conquistadas ou por conquistar entre portugueses e espanhóis. Os franceses, em especial, promoveram incursões à costa da colônia, questionando o domínio luso sobre terras que permaneciam desocupadas. O questionamento do governo francês tinha como base, juridicamente, o chamado *uti possidetis*, ou seja, o direito sobre um território dependia de sua ocupação e exploração efetivas.

A Coroa portuguesa, interessada em garantir a posse do território, eliminar a concorrência francesa, explorar geograficamente a região e pesquisar o litoral em busca de riquezas a serem aproveitadas, decidiu intensificar as expedições de exploração do território e promover a ocupação efetiva do Brasil.

O primeiro empreendimento de exploração econômica ao qual os portugueses se dedicaram foi a extração do **pau-brasil** (*Caesalpinia echinata*), encontrado numa larga faixa litorânea que se estendia dos atuais estados do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro, com ocorrências também em trechos de Goiás e de Minas Gerais. As propriedades dessa madeira faziam dela um valioso produto comercial. Da sua casca extraía-se um corante vermelho que servia para tingir tecidos e fabricar tinta de escrever. Além disso, sua grande durabilidade tornava-a muito apreciada na construção de móveis e navios.

O escambo foi o sistema utilizado pelos portugueses para assegurar o trabalho indígena na extração do pau-brasil. Esse sistema viabilizou a exploração da madeira de acordo com interesses mercantis portugueses, que conseguiam obter um produto de elevado valor comercial a baixo custo. Os indígenas extraíam o pau-brasil e transportavam a madeira, pela mata até os navios europeus em troca de produtos como enxadas, roupas, espelhos, entre outros objetos.

A extração do pau-brasil era feita mediante uma concessão da Coroa a particulares. Os contratantes recebiam o monopólio da exploração da madeira em troca da obrigação de entregar à Coroa parte dos lucros com a comercialização do produto e de construir, na costa, **feitorias**, que eram armazéns fortificados onde era guardada a madeira que seguiria para a Europa.

Escambo: troca de mercadorias sem a utilização de dinheiro.

A criação das capitanias hereditárias

Corsário: indivíduo que recebia uma carta de corso da Coroa, autorizando-o a navegar a serviço do rei e até mesmo a promover saques a navios de outras nações.

Engenho: conjunto de instalações utilizado na produção de açúcar.

As expedições enviadas pela Coroa portuguesa, no entanto, demonstraram ser incapazes de repelir a constante presença de corsários franceses na costa brasileira, que vinham principalmente contrabandear o pau-brasil. Diante da ameaça externa, Portugal decidiu iniciar efetivamente a colonização das terras americanas, enviando para a colônia, em 1530, a expedição de Martim Afonso de Sousa. O enviado do rei chegou com a tarefa de proteger a costa da colônia, fundar vilas e fortificações no litoral e iniciar o cultivo de cana-de-açúcar no território, atividade que visava fazer da colônia uma área geradora de lucros para a metrópole.

Em 1532, Martim Afonso fundou o primeiro núcleo colonial, a vila de São Vicente, no litoral do atual estado de São Paulo. Lá também iniciou o cultivo de cana-de-açúcar e mandou construir o primeiro engenho em terras brasileiras, lançando as bases da agroindústria açucareira na América portuguesa.

Dois anos depois, em 1534, seguindo o princípio de transferir para terceiros as despesas com a colonização, a Coroa introduziu no Brasil o sistema de **capitanias hereditárias**. Pelo sistema, as terras que cabiam a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas foram divididas em lotes e entregues aos **capitães donatários**.

Os capitães donatários formavam um grupo heterogêneo, composto de membros da pequena nobreza, burocratas e comerciantes ligados à Coroa. Recebiam a capitania pela **Carta de Doação**, um documento que lhes concedia a posse da terra. Como não tinham a propriedade plena desse bem patrimonial, mas apenas a concessão, não podiam vender nem doar a capitania. Esse direito cabia exclusivamente ao rei de Portugal.

Os direitos e deveres dos capitães donatários estavam descritos em um documento denominado **Foral**. No tocante à administração, os donatários tinham o direito de fundar vilas, exercer a justiça e cobrar impostos. Por outro lado, assumiam o compromisso de doar **sesmarias** (lotes de terra), construir engenhos e garantir os impostos reais.

Capitanias hereditárias (século XVI)

Fonte: *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 16.

Pelo Foral, os donatários também tinham o direito de apresar e escravizar índios. Ficavam com a vintena (a vigésima parte) dos lucros do pau-brasil, o dízimo (a décima parte) dos metais preciosos, a metade do dízimo do pescado, a redízima (um centésimo) das rendas da Coroa e, ainda, com os direitos de passagem em rios, portos e "outras águas".

No entanto, a falta de recursos financeiros, a inexperiência de alguns donatários, o precário sistema de transporte e comunicação e o relacionamento hostil entre portugueses e indígenas levaram a maior parte das capitanias ao fracasso. As exceções foram Pernambuco e São Vicente, que prosperaram graças à implantação da agroindústria do açúcar.

O fracasso e o abandono das capitanias não significaram, contudo, o fim desse sistema. Progressivamente incorporadas pela Coroa, só foram extintas em meados do século XVIII.

Estudos desenvolvidos recentemente pelo engenheiro Jorge Pimentel Cintra questionam a divisão territorial das capitanias do norte do Brasil como conhecemos hoje. Segundo ele, a divisão era feita com base nos meridianos, e não nos paralelos. Para saber mais sobre o assunto, recomendamos a seguinte leitura: CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. *Anais do Museu Paulista*, n. 2, v. 21. São Paulo, jul.-dez. 2013. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142013000200002&script=sci_arttext>. Acesso em 14 fev. 2016.

Chegada de Tomé de Sousa ao Brasil (2003), painel de azulejos portugueses produzido por Eduardo Gomes. Praia do Porto da Barra, Salvador (BA). Foto de 2013.

O governo-geral

Ao constatar os problemas do sistema de capitanias hereditárias, a Coroa instituiu, em 1548, o **governo-geral**, centralizando a administração na América portuguesa.

Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral, chegou ao Brasil em 1549, numa expedição que trazia de Lisboa mais de mil pessoas, entre elas jesuítas, funcionários, soldados, degredados etc. Coube a ele a fundação da cidade de Salvador, a primeira capital do Brasil e sede do governo, em 1º de novembro do mesmo ano.

Visando assentar definitivamente os colonos, os governadores-gerais incentivaram a instalação de engenhos, promoveram o agrupamento de índios junto aos povoados e às vilas, estabeleceram feiras regulares, combateram o comércio ilegal de pau-brasil e organizaram e garantiram as rendas da Coroa. Para assessorá-los no desempenho dessas atribuições, foram criados alguns cargos político-administrativos. Entre eles, os mais importantes eram: **ouvidor-mor**, responsável pela justiça; **provedor-mor**, que supervisionava as finanças e a arrecadação de impostos; e **capitão-mor**, que cuidava da defesa da colônia.

No final do livro, na seção Técnicas de trabalho, há orientações para análise de filmes.

Você vai gostar de assistir

Desmundo

Direção: Alain Fresnot. Brasil, 2003. 110 min

Na segunda metade do século XVI, um grupo de órfãs portuguesas é enviado ao Brasil para casar-se com colonos que aqui viviam, mas uma delas se apaixona por um comerciante. Por meio dessa narrativa, o filme aborda o papel da Igreja, a escravidão indígena e as dificuldades de comunicação, entre outros aspectos do Brasil colonial.

Impactos da presença portuguesa para a população indígena

Com a ampliação da presença portuguesa em terras americanas, a relação entre portugueses e indígenas tornou-se mais conflituosa. O interesse dos portugueses em obter mão de obra para seus empreendimentos na América os levou a escravizar grande número de nativos e gerou violentos conflitos. Milhares de indígenas morreram em virtude das guerras e também das doenças disseminadas pelos colonizadores, como gripe, varíola, sarampo e tuberculose. Outros milhares fugiram do litoral, avançando para o interior do território em busca de refúgio contra a escravização. Com o tempo, a caça aos indígenas transformou-se em uma empresa lucrativa, como explica o texto a seguir.

> “Inicialmente, os portugueses não afetaram a vida dos indígenas e a autonomia do sistema tribal. Enfurnados em apenas três ou quatro feitorias dispersas ao longo do litoral, dependiam dos nativos, seus ‘aliados’, para sua alimentação e proteção [...]. Mas, a partir de 1534, aproximadamente, tais relações começaram a se alterar. [...] O estilo de vida e as instituições sociais europeias, como o regime de donatarias ou de capitanias hereditárias, entranhavam-se na nova terra. [...] Ao substituir o escambo pela agricultura, os portugueses começaram a virar o jogo. O indígena passou a ser, simultaneamente, o grande obstáculo para a ocupação da terra e a força de trabalho necessária para colonizá-la. [...] Começava, assim, a rendosa empresa de caça ao indígena, e com ela o tráfico de negros da terra – termo utilizado para diferenciá-los dos negros africanos [...] a fim de abastecer os núcleos de colonização [...]. Já em 1548, o regimento do governador Tomé de Sousa instruía o governo para dobrar os índios hostis aos portugueses, dando-lhe carta branca para destruir aldeias, matar e punir rebeldes como castigo exemplar.”

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Uma breve história do Brasil*. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2010. p. 24-26.

Inicialmente, qualquer pessoa interessada em se estabelecer no Brasil poderia receber uma sesmaria. Mais tarde, no regimento entregue a Tomé de Sousa, em 1548, adicionou-se um dispositivo que restringia a doação de sesmarias somente aos portugueses com recursos suficientes para tornar a terra produtiva, ou seja, para desenvolver a agroindústria açucareira.

Os portugueses combatiam duramente o intercâmbio dos índios Caeté com os franceses no escambo com o pau-brasil. Além da invasão de suas terras, esse foi mais um motivo pelo qual os Caeté tornaram-se grandes inimigos dos colonizadores em Pernambuco.

Trabalhando com fontes

Embora a edição utilizada tenha-se referido ao povoado como Igaraçu, o nome correto é Igarassu (hoje um município de Pernambuco); por isso, fizemos a opção de adaptar o texto corrigindo o nome.

Hans Staden e os conflitos entre indígenas e europeus em Pernambuco

Hans Staden foi um alemão que realizou duas viagens ao Brasil, entre 1548 e 1555. Na primeira, passou cerca de dez meses na capitania de Pernambuco, onde colaborou com o governador-geral no combate contra índios Caeté. O relato sobre o cerco de Igarassu faz parte do livro *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens*, de 1557, considerado uma das primeiras fontes escritas para o estudo dos indígenas e do início da colonização portuguesa na América.

"Embora não fosse de sua índole, os selvagens de Pernambuco haviam-se tornado revoltosos por culpa dos portugueses. O governador daquela terra pediu-nos, pelo amor de Deus, que corrêssemos para ajudar o povoado de Igarassu, assaltado pelos selvagens. Igarassu ficava à distância de cinco milhas do porto de Marin, nosso ancoradouro. Os moradores de Marin não podiam ir em auxílio a Igarassu, já que eles mesmos temiam um ataque dos selvagens.

Fomos ajudar os moradores de Igarassu com quarenta homens de nossa tripulação. [...] Devíamos ser uns noventa defensores cristãos, contando ainda com trinta negros e escravos brasileiros, que pertenciam aos moradores de Igarassu. Os selvagens que nos sitiavam eram estimados em 8 mil. Nossa única proteção era uma paliçada ao redor do povoado.

[...] O povoado sitiado era cercado pela floresta. Ali, os selvagens ergueram duas fortificações feitas de troncos grossos de árvore, para onde recuavam à noite a fim de ficar seguros contra nossas investidas. Em volta do povoado tinham feito buracos na terra, nos quais permaneciam durante o dia, e de onde saíam para combates menores. Quando atirávamos na direção deles, jogavam-se no chão para escapar dos disparos. Era assim que nos sitiavam, tornando impossível entrar ou sair do povoado.

Também chegavam bem perto do povoado, atirando para o alto muitas flechas que deviam atingir-nos na queda. Com a ajuda de cera e algodão, faziam também flechas incendiárias, com a intenção de atear fogo em nossos tetos, e ameaçavam devorar-nos, caso nos apanhassem.

[...] Percebendo a necessidade urgente de mantimentos, abrimos caminhos com dois barcos para o povoado de Itamaracá, a fim de fazer nosso abastecimento. Mas os selvagens quiseram impedi-lo, e para isso tinham derrubado árvores grandes por sobre o estreito braço de mar, sendo que as duas margens estavam ocupadas por muitos deles. Justo quando havíamos rompido a barreira, usando de violência, veio a hora da maré baixa e deixou-nos encalhados no seco. Já que os selvagens não podiam apanhar-nos nos barcos, empilharam entre estes e a margem muita lenha seca. Quiseram atear fogo na lenha e então jogar nas chamas uma pimenta que crescia em grande quantidade naquela terra para nos expulsar do barco com a fumaça. Mas não conseguiram. Nesse intervalo a água voltou a subir, de modo que pudemos ir até Itamaracá, cujos habitantes nos deram mantimentos. Isso feito, retornamos para o povoado sitiado de Igarassu. [...]

Conseguimos levar os mantimentos para o povo e, quando os selvagens perceberam que não podiam fazer nada, pediram trégua e retiraram-se. O cerco durara quase um mês. Os selvagens tinham alguns mortos para lamentar, mas nós, cristãos, não tínhamos nenhum."

STADEN, Hans. *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens* (1548-1555). 2. ed. Rio de Janeiro: Dantes, 1999. p. 25-27.

Paliçada: cerca feita com estacas fincadas na terra.

Questões Registre as respostas em seu caderno.

1. Identifique o tipo de documento. Anote o nome do autor e a data de publicação do texto original.
2. Como o autor se refere aos indígenas? Comente.
3. Segundo o texto, quem foi o responsável pelo conflito? Levante hipóteses sobre as possíveis causas do combate.
4. Redija um pequeno texto sintetizando as estratégias adotadas pelos indígenas e o resultado dos conflitos para eles.

Comentários adicionais sobre esta seção encontram-se no Suplemento para o professor.

Os “homens-bons” das Câmaras Municipais

A partir da fundação da vila de São Vicente, os núcleos de povoamento começaram a se desenvolver na América portuguesa. Deles surgiram vilas e cidades que se transformaram em bases da administração metropolitana, bem como do poder da elite colonial.

O modelo português de administração implantado nas vilas e cidades coloniais resultou na criação de diversos órgãos político-administrativos. Destes, o mais significativo foi a **Câmara Municipal**. Entre as funções habituais das Câmaras Municipais nas esferas política, social e econômica, destacavam-se: a administração municipal; a regulamentação das feiras e dos mercados; a execução de obras públicas, como estradas e fontes; a construção de edifícios; a conservação de ruas; a limpeza urbana e a manutenção das fontes; a regulamentação dos ofícios e do comércio local. A renda utilizada para gerir os negócios públicos provinha do patrimônio municipal, em geral obtida com o aluguel de prédios, o arrendamento de pastos e os impostos arrecadados da população.

A relação entre a administração municipal e o governo-geral ajudou a alimentar as relações de **clientelismo**, ou seja, de troca de favores entre as elites locais e as autoridades portuguesas. Enquanto, de um lado, a elite colonial obtinha favores do Estado; de outro, vários administradores portugueses usavam seu poder para aumentar suas riquezas particulares.

Os cargos das Câmaras Municipais eram ocupados por homens nascidos na comunidade local. Mas, para votar e ser votado, era necessário ser “qualificado”, isto é, ser “**homem-bom**”, o que significava não estar ligado a nenhuma atividade manual. Dessa forma, o voto ficou restrito aos proprietários de terras e de escravos, com a exclusão, durante muito tempo, de comerciantes, camponeses e artesãos.

Com o tempo, a metrópole portuguesa criou mecanismos para diminuir o poder local das Câmaras Municipais, como a nomeação de **juízes de fora**. O juiz de fora era um magistrado nomeado diretamente pelo rei de Portugal e tinha a tarefa de presidir os trabalhos das câmaras. Assim, estabelecia-se um vínculo direto entre o governo local e a Coroa portuguesa.

O trabalho manual no mundo ibérico

A visão de que o trabalho manual era um fator de depreciação do homem marcou a colonização portuguesa na América. Essa visão, advinda da cultura clássica greco-romana e preservada pela nobreza medieval, só começou a ser questionada na Europa no contexto das reformas religiosas do século XVI, principalmente pela burguesia em ascensão, e, por esse motivo, não teve grande disseminação no mundo ibérico, extremamente católico. Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda, até o século XIX, predominava no Brasil a opinião de que o trabalho manual era pouco dignificante.

ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Palácio de La Ravardière, sede da prefeitura de São Luís (MA). Foto de 2015. Durante o período colonial, esse edifício abrigou a Casa de Câmara e Cadeia da cidade.

ANDRÉ DE BARROS - ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, LISBOA

Padre Vieira convertendo os índios do Brasil, gravura publicada no livro *Vida do Apostólico Padre Antonio Vieira*, de André de Barros (1746). Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal. Os indígenas reunidos nas missões ficavam subordinados à administração dos jesuítas.

Os jesuítas na América portuguesa

Quando os portugueses desembarcaram na América, uma missa comemorativa foi realizada para celebrar a tomada de posse da nova terra. Em seguida, o escrivão Pero Vaz de Caminha comentou em um dos trechos de sua carta ao rei de Portugal sobre a pertinência da catequização dos indígenas, gente que aos olhos do colonizador não tinha nenhuma crença. Tal preocupação explica-se pela estreita ligação da Igreja com o Estado, uma vez que as duas instituições defendiam interesses comuns nas esferas religiosa, política e econômica.

Aliada ao governo de Portugal, a Igreja Católica dedicou-se à tarefa de evangelizar e colonizar os habitantes do Novo Mundo. Para isso, recorreu ao trabalho das ordens religiosas, em especial da Companhia de Jesus.

Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil com a comitiva de Tomé de Sousa, em 1549. Liderados pelo padre Manuel da Nóbrega, estabeleceram os primeiros núcleos de ação evangelizadora nas capitanias da Bahia e de São Vicente. Posteriormente, a área de atuação jesuítica foi ampliada, estendendo-se do Maranhão a São Vicente (litoral e interior), além da Amazônia. No sul do continente, no início do século XVII, os jesuítas espanhóis organizaram a atividade missionária em terras hoje correspondentes aos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a alguns países, como Argentina, Paraguai e Uruguai.

As missões jesuíticas

Os jesuítas fundaram igrejas, escolas para o estudo elementar dos colonos e seminários para a formação de sacerdotes. Também criaram estratégias de aproximação com indígenas: aprenderam o tupi e elaboraram uma gramática dessa língua; utilizaram o canto e o teatro no ensino do português e dos dogmas católicos às crianças indígenas; e aliaram-se aos nativos na luta contra sua escravização pelos colonos.

Além disso, fundaram **missões** ou **reduções**, aldeamentos que reuniam milhares de indígenas subordinados à administração jesuítica. Nas missões os índios plantavam mandioca, frutas, hortaliças e outros vegetais; criavam cavalos, bois, porcos, galinhas, ovelhas e perus. Todos os índios a partir dos 13 anos trabalhavam. Nas horas vagas, dedicavam-se ao artesanato e à música. Nas escolas dos aldeamentos, as crianças aprendiam a ler, a escrever, a tocar instrumentos musicais e tinham aulas de religião. Por meio desses métodos, os jesuítas pretendiam combater alguns dos costumes e das crenças indígenas, contribuindo para a desestruturação das sociedades nativas e para a ação colonizadora.

A Companhia de Jesus – criada no ano de 1534, no contexto da Contrarreforma – atuou para a expansão da fé católica, tornando-se um dos principais agentes da colonização portuguesa na Ásia, na África e na América.

Conflitos entre jesuítas e colonos

Os jesuítas eram contra a escravização dos indígenas. Por outro lado, as missões tornaram-se empreendimentos lucrativos, uma vez que tinham à disposição enorme contingente de mão de obra. Isso provocou diversos conflitos com os colonos, que se queixavam da falta de trabalhadores e acusavam os religiosos de monopolizar o trabalho indígena em benefício próprio. Ao longo do século XVII, por inúmeras vezes, bandeirantes invadiram missões para aprisionar e escravizar indígenas. A riqueza e o poder da Companhia de Jesus também incomodaram a Coroa portuguesa, resultando na expulsão dos jesuítas de Portugal e de todas as suas colônias em 1759.

No século XVII, aproveitando-se da União Ibérica, os bandeirantes avançaram muito além da Linha de Tordesilhas e encontraram os índios Guarani das missões jesuíticas. Entre 1619 e 1632, destruíram as aldeias da província do Guairá, no atual estado do Paraná, e seguiram suas investidas contra as missões do Itatim, no atual Mato Grosso do Sul, e do Tape (1635-1637), bem como a do Uruguai (1638), em terras do atual estado do Rio Grande do Sul.
Em 1682, os jesuítas espanhóis retornaram ao Rio Grande do Sul e fundaram aldeamentos conhecidos como Sete Povos das Missões, de onde foram definitivamente expulsos pela Coroa portuguesa em 1756.

ARCHIVES CHARMET/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS

Auto de fé em Lisboa (século XVIII), gravura de autoria desconhecida. Biblioteca Nacional da França, Paris. Os autos de fé eram eventos, realizados em espaços públicos, nos quais eram aplicadas as sentenças imputadas pela Inquisição, como a morte na fogueira.

A Inquisição

O Tribunal da Inquisição, ou Tribunal do Santo Ofício, foi outra instituição da Igreja Católica que esteve presente na América portuguesa. A Inquisição ibérica, ativa entre os séculos XV e XIX, tinha como características principais o comando do tribunal pelo Estado, e não pelo papa, e a perseguição aos judeus e aos cristãos-novos. Muitos judeus e cristãos-novos chegaram a imigrar para o Brasil, fugindo da perseguição religiosa portuguesa e buscando as riquezas que as diversas atividades econômicas na colônia poderiam proporcionar.

Os inquisidores iniciaram suas visitas à América portuguesa a partir de 1591, primeiro na Bahia e em Pernambuco, cidades cuja riqueza e prosperidade chamavam a atenção do governo.

Em geral, ao se instalar uma visita inquisitorial numa cidade, eram lidos nas praças e igrejas os **Éditos da Graça**, documentos nos quais se enumeravam todas as faltas que o inquisidor tinha por tarefa vigiar e se estabelecia um prazo para as pessoas confessarem suas próprias culpas, a fim de receberem penas mais brandas. No entanto, os territórios coloniais estavam sob a alçada do Tribunal da Inquisição de Lisboa, e os réus aqui interrogados eram encaminhados a Portugal para a proclamação e execução das sentenças. As punições variavam: multas, confisco de bens, penitências públicas, degredo, prisão perpétua e até mesmo a condenação à morte na fogueira.

O simples nome do "Santo Ofício" provocava temor entre a população local. Muitos confessavam e delatavam crimes de heresia temendo as sessões de tortura, mostrando-se subservientes e arrependidos diante do inquisidor.

Além de judeus e cristãos-novos, entre as vítimas da Inquisição na América portuguesa figuraram, em menor escala, os praticantes de rituais religiosos indígenas e africanos. Tanto as celebrações indígenas quanto os calundus e mandingas, trazidos à América pelos africanos escravizados, eram associados às práticas mágicas e de feitiçaria, muito fortes no imaginário europeu. O texto a seguir, escrito pela historiadora Maria Leônia Chaves de Resende, apresenta alguns casos de indígenas denunciados ao Santo Ofício.

> "O Tribunal [do Santo Ofício] foi [...] rigoroso com aqueles que se consagraram em [...] rituais gentílicos [...]. Vários índios foram acusados de beber jurema [bebida considerada sagrada pelos índios] e 'descer demônios', enquanto o mestre tocava o maracá entoando a dança embalada pela cantoria indígena. Uma dessas descrições é a de D. Souza e Castro, índio principal dos Tabajara, que foi dar conta pessoalmente à Mesa do Santo Ofício, em Lisboa, em 1720. Contava por meio de seu intérprete, o padre Antônio Leal, que a índia Antônia Guiragasu 'invocava os demônios que lhe respondiam várias perguntas do outro mundo'. Para isso, 'tomava umas grandes fumaças de tabaco de cachimbo até ficar como fora de si'. [...]
>
> Outra razão de delações foi a bigamia [...]. Custódio da Silva, em 1741 [...], prestou seu depoimento por meio de um intérprete. Foi julgado e qualificado como bígamo [...]. Sob o olhar de uma multidão, fez auto da fé na forma costumeira. Foi açoitado pelas ruas de Lisboa até a Igreja de São Domingos, onde, na presença do rei D. João V [...], foi sentenciado ao degredo por cinco anos para trabalhar nas galés de Sua Majestade."

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Os índios também foram perseguidos? *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, out. 2011. Disponível em <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/os-indios-tambem-foram-perseguidos>. Acesso em 14 fev. 2016.

Cristão-novo: judeu ou descendente de judeu convertido ao cristianismo.

Calundu: cerimônia afro-brasileira, de caráter religioso, caracterizada pelo curandeirismo e pela consulta às divindades sobre o futuro.

Mandinga: espécie de amuleto de origem africana. Acreditava-se que a bolsa de mandinga, que podia conter sementes, metais e orações, fechava o corpo de quem a usava.

Atividades

Registre as respostas em seu caderno.

Explorando o conhecimento

1. Em relação aos povos Tupi, identifique a(s) alternativa(s) incorreta(s) e corrija-a(s) em seu caderno.

a) Caçadores e coletores, os Tupi não praticavam a agricultura.

b) A antropofagia expressava a importância da guerra para os povos indígenas.

c) Os Tupi pertenciam à família linguística Tupi-Guarani, pouco falada entre os indígenas.

d) Não existia uma autoridade formal nas aldeias, mas os guerreiros mais valorosos e os pajés tinham grande prestígio.

2. A primeira iniciativa de exploração econômica pelos portugueses na América foi a extração do pau-brasil.

a) Cite as propriedades que fizeram do pau-brasil um valioso produto comercial.

b) Identifique e explique o sistema de trabalho utilizado pelos portugueses para a obtenção da madeira.

3. A Igreja Católica foi a principal aliada da Coroa portuguesa no processo de colonização da América.

a) Quais foram as duas principais instituições da Igreja Católica que atuaram no Brasil?

b) Diferencie os objetivos dessas instituições e os métodos empregados por seus membros.

Pensando criticamente

4. Observe o mapa “Capitanias hereditárias (século XVI)”, na página 36.

a) Com base no mapa, comente o funcionamento desse sistema administrativo.

b) Explique a saída encontrada pela Coroa portuguesa diante do insucesso das capitanias hereditárias.

c) Cite uma semelhança e uma diferença entre o mapa das capitanias hereditárias e o mapa político do Brasil atual.

5. Releia o texto dos historiadores Mary del Priore e Renato Pinto Venâncio, na página 37, e responda.

a) Segundo o texto, por que no início da colonização portuguesa na América a vida dos povos nativos não foi afetada? Quando essa situação começou a mudar? Por quê?

b) O que era feito com os indígenas hostis aos portugueses?

c) Nos dias de hoje, as populações indígenas no Brasil ainda sofrem com a ocupação de suas terras? Discuta essa questão com os colegas.

6. Em dupla, comparem as Câmaras Municipais do período colonial com as de hoje. A seguir, redijam um texto comentando as funções das Câmaras Municipais e os requisitos para ser membro da Câmara nos dois períodos.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a elaboração de dissertação.

Investigando

CONECTANDO COM A GEOGRAFIA E A ARTE

7. Entre o final do século XVII e o início do século XVIII, jesuítas espanhóis fundaram um conjunto de aldeamentos no Sul do Brasil. Ruínas de um desses aldeamentos, localizado no município de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, foram tombadas pelo Iphan em 1938 e reconhecidas pela Unesco em 1983 como patrimônio cultural da humanidade. Em grupo, pesquisem dados sobre esse patrimônio – consultem *sites* institucionais, como o da prefeitura de São Miguel das Missões (www.saomiguel-rs.com.br) e o do Iphan (www.iphan.gov.br). Organizem as informações encontradas na forma de um roteiro turístico de acordo com as orientações a seguir.

- Localizem em um mapa o município em que vocês moram e o de São Miguel das Missões. Tracem um roteiro de viagem, definindo o meio de transporte utilizado e estimando o tempo de deslocamento e possíveis paradas.
- O roteiro de visita deve conter um pequeno histórico sobre o município de São Miguel das Missões, além de dados atuais, como área do município, população e economia.
- Façam um mapeamento dos bens materiais do Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo, levando em consideração o Museu das Missões, e preparem um prospecto ilustrado da visita, com textos curtos sobre o local, seu acervo e sua estrutura.
- Por fim, preparem uma apresentação sobre as características da arquitetura e das obras de arte do sítio arqueológico, o que elas revelam sobre a ação jesuítica e, sobretudo, o significado e a importância desse patrimônio para a sociedade contemporânea.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

A questão selecionada associa-se ao **Eixo cognitivo I** da matriz de referências do Enem (dominar linguagens). O **Eixo cognitivo II** (compreender fenômenos) também está presente, pois os alunos deverão mobilizar seus conhecimentos sobre a atuação dos jesuítas junto aos índios, na época colonial, para resolver a questão. Quanto às habilidades, a questão pode ser associada a **H15** (avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história) e a **H21** (identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social).

Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

A questão a seguir discute as relações entre indígenas e colonizadores na América portuguesa. Leia o texto introdutório e procure estabelecer relações com o que você já sabe sobre o assunto.

(ENEM-MEC/2014)

> "O índio era o único elemento então disponível para ajudar o colonizador como agricultor, pescador, guia, conhecedor da natureza tropical e, para tudo isso, deveria ser tratado como gente, ter reconhecidas sua inocência e alma na medida do possível. A discussão religiosa e jurídica em torno dos limites da liberdade dos índios se confundiu com uma disputa entre jesuítas e colonos. Os padres se apresentavam como defensores da liberdade, enfrentando a cobiça desenfreada dos colonos."

CALDEIRA, J. *A nação mercantilista*. São Paulo: Editora 34, 1999. (Adaptado)

Entre os séculos XVI e XVIII, os jesuítas buscaram a conversão dos indígenas ao catolicismo. Essa aproximação dos jesuítas em relação ao mundo indígena foi mediada pela

a) demarcação do território indígena.

b) manutenção da organização familiar.

c) valorização dos líderes religiosos indígenas.

d) preservação do costume das moradias coletivas.

e) comunicação pela língua geral baseada no Tupi.

Analisando

O parágrafo inicial comenta o papel do indígena como mão de obra imprescindível para a colonização, dado seu conhecimento da terra. Devemos lembrar também que o número de europeus que se estabeleceu na colônia nos primeiros tempos era reduzido, e os portugueses, em geral, não manifestavam a intenção de se dedicar ao trabalho braçal, e sim de encontrar riquezas rapidamente e delas usufruir no retorno à metrópole.

Outro tema levantado pelo texto relaciona-se às polêmicas, travadas pelos europeus dos dois lados do Atlântico, a respeito das sociedades que encontraram nas Américas. Além do estranhamento provocado pelo contato com culturas tão diferentes, discutia-se se os índios eram seres humanos, se teriam alma, se poderiam ou não ser escravizados. Essas polêmicas envolviam questões religiosas, filosóficas e também jurídicas.

A Igreja Católica, num momento de retração na Europa devido à Reforma Protestante, tomou a defesa dos índios. Em 1537, o papa Paulo III reconheceu que os nativos da América eram "homens verdadeiros e livres", e isso implicava a necessidade de sua cristianização. Nesse mesmo contexto foi fundada a Companhia de Jesus, que tinha entre seus objetivos a expansão da fé cristã e que atuou intensamente na catequização dos índios das colônias portuguesas e espanholas. A Coroa portuguesa proibiu a escravização dos nativos em 1570, salvo nos casos de "guerra justa", quando era aceita a escravização de prisioneiros de guerras realizadas contra tribos hostis. Essas determinações levaram a muitos conflitos entre a Coroa, os jesuítas e os colonos, que estavam interessados na exploração compulsória da mão de obra local.

O enunciado solicita que você escolha a alternativa que apresenta um dos principais meios utilizados pelos jesuítas para aproximar-se dos indígenas, entre os séculos XVI e XVII. Vamos analisar cada uma delas.

- Alternativa **a**: A demarcação de territórios indígenas no Brasil foi prevista a partir do Estatuto do Índio, publicado em 1973, e regulamentada pela Constituição de 1988.
- Alternativa **b**: Nas missões jesuíticas, os indígenas deveriam adotar o modelo familiar cristão, ou seja, família nuclear e monogâmica, sendo indissolúveis os laços do matrimônio.
- Alternativa **c**: O prestígio de líderes religiosos indígenas, como os pajés, ameaçava a conversão dos nativos ao catolicismo.
- Alternativa **d**: O projeto das missões previa que cada família indígena morasse em uma residência e que houvesse a separação entre mulheres e homens solteiros.
- Alternativa **e**: Os jesuítas preocuparam-se em aprender as línguas indígenas. José de Anchieta sistematizou numa gramática a língua Tupi, que depois deu origem à "língua geral paulista".

Agora é com você!

Qual alternativa completa de maneira correta a frase do enunciado? A alternativa correta é a letra **e**.

Comentários adicionais sobre esta seção encontram-se no Suplemento para o professor.

CAPÍTULO 3

A economia na América portuguesa e o Brasil holandês

SHOTUP/ACIDUM PROJECT

Eva (2015), mural produzido pelo grupo de arte urbana Acidum Project para a fachada do prédio do Espaço Cultural dos Correios, em Fortaleza (CE). Foto de 2015.

Propomos iniciar o trabalho pela leitura do texto e, em seguida, passar para a análise da imagem. O texto explicita a humanidade por trás de números e estatísticas. O mural, uma produção artística contemporânea que valoriza a imagem de uma mãe negra, reforça a ideia de que eram pessoas reais, como todos nós, que formaram os números que compõem a história da escravidão.

Conversando sobre

1. Por que, para o autor, poucas vezes a humanidade foi capaz de cometer atrocidades como a escravidão moderna?
2. Relacione a imagem dessa abertura com a frase: "a utilização de dados frios para resumir o que é uma sociedade, sua riqueza ou sua pobreza é uma forma de dissociar-se do suor, da carne e do sangue de mulheres e homens".
3. Em sua opinião, qual é a função, em textos jornalísticos, do uso de dados numéricos e estatísticos para ilustrar acontecimentos? Justifique.

A realidade para além dos números

"Imagine ser arrancado da sua família. Imagine ser acorrentado, trancafiado, privado de luz, comida e água. Imagine ser negociado, jogado em um porão úmido, quente e superlotado, no qual permanecerá por semanas, sem ter ideia do seu destino. Imagine que aquele que agora o domina cogita jogá-lo ao mar por puro cálculo econômico. Imagine, por fim, que saiu vivo deste inferno e que agora tem a 'sorte' de fazer parte de um lote de mercadorias e que sua existência dependerá do interesse material de alguém que poderá espancá-lo até a morte. Agora multiplique isto por 12 milhões.

Comparar tragédias não é tarefa fácil, mas poucas vezes a humanidade foi capaz de atrocidades com a dimensão da escravidão moderna. [...]

Dos números da migração forçada ao tratamento dispensado à carga humana, percebemos uma racionalidade econômica que nos é muito familiar – lembrando que, em qualquer época, a utilização de dados frios para resumir o que é uma sociedade, sua riqueza ou sua pobreza é uma forma de dissociar-se do suor, da carne e do sangue de mulheres e homens que, no fim das contas, são os habitantes da história."

ELIAS, Rodrigo. Vende-se gente. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, set. 2014. Disponível em <www.revistadehistoria.com.br/secao/carta-do-editor/vende-se-gente>. Acesso em 20 fev. 2016.

A implantação da agroindústria açucareira conectou a América, centro da produção, e a África, fornecedora de mão de obra, e ajudou a contornar a crise da economia portuguesa, atingida pela perda do monopólio do comércio das especiarias para os ingleses e os holandeses.

O doce sabor da riqueza

A cana-de-açúcar é uma das principais culturas da economia brasileira. Atualmente, o Brasil é o maior produtor mundial de cana e, por isso, também lidera a produção mundial de açúcar e de etanol, biocombustível que vem conquistando espaço como alternativa aos derivados do petróleo – fonte de energia não renovável e extremamente poluente.

No início da colonização do território americano, os portugueses introduziram o cultivo da cana. Para promover a efetiva ocupação da colônia, Portugal optou, por volta de 1530, pela organização de um empreendimento agrícola que fosse rentável para a Coroa e também para os investidores metropolitanos. O produto escolhido foi o açúcar, de alto preço no mercado europeu. Além de seu comércio ser muito lucrativo, o açúcar era um artigo cada vez mais consumido na Europa. Em 1700, por exemplo, estima-se que cada britânico consumia cerca de 4 libras de açúcar por ano. Em 1800, esse número subiu para aproximadamente 18 libras anuais.

FERNANDO JOSÉ FERREIRA

Fonte: *IstoÉ Brasil:* 500 anos. São Paulo: Três, 1998. p. 18.

Libra: unidade de massa usada no sistema inglês de pesos e medidas. Uma libra corresponde a 0,45 quilograma.

Na América portuguesa, a produção do açúcar desenvolveu-se principalmente no Nordeste, região que apresentava as melhores condições para o cultivo da cana: solo fértil e clima quente e úmido, além de estar geograficamente mais próximo da Europa. A produção estava organizada no sistema de *plantation*, ou seja, na forma de grandes propriedades rurais monocultoras, com base no trabalho escravo e na produção em larga escala. Na *plantation*, a produção destinava-se ao mercado europeu, mas também havia atividades complementares voltadas para o consumo local.

De modo geral, a economia na América portuguesa caracterizou-se pela exploração da mão de obra escrava, pelo latifúndio monocultor e pela exploração de metais e pedras preciosas. No entanto, outras atividades também tinham papel importante, coexistindo com as mencionadas anteriormente, que interessavam mais diretamente à política mercantilista metropolitana.

Trabalhadores rurais cortando cana cultivada por irrigação do Rio Parnaíba. Teresina (PI). Foto de 2015. Na safra 2014/2015, o país produziu 634,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, e a estimativa para a produção seguinte, 2015/2016, era de 655,2 milhões de toneladas.

DELFIM MARTINS/PULSAR IMAGENS

Os dados sobre a produção da cana-de-açúcar foram retirados do *site* <www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/08/safra-2015-2016-de-cana-de-acucar-deve-crescer-3-2>. Acesso em 20 fev. 2016.

Havia outros trabalhadores livres nos engenhos de açúcar, como os caldeireiros, os carpinteiros, os lavadeiros, os purgadores, os cobradores de rendas, os caixeiros etc. Porém, é importante ressaltar que, aos poucos, algumas atividades exercidas por esses trabalhadores passaram a ser realizadas por indivíduos menos especializados, alforriados e escravos.

Engenhos de açúcar

As propriedades canavieiras dos senhores mais abastados possuíam **engenhos**, um conjunto de instalações utilizadas no processamento da cana e no fabrico do açúcar, em geral interligadas, que incluíam a moenda, a casa das caldeiras e fornalhas e a casa de purgar. Os fazendeiros que não possuíam engenhos usavam engenhos vizinhos para moer a cana de suas propriedades; em troca, cediam parte do açúcar produzido.

Nas propriedades, com engenhos ou não, havia a casa-grande (moradia do fazendeiro), as senzalas (moradias dos escravos), casas para trabalhadores livres (feitores, mestres de açúcar, entre outros), uma área de floresta (para o fornecimento de madeira) e áreas de pastagem e de agricultura de subsistência.

Nos engenhos, a **moenda** era o local onde se esmagava a cana para extrair o caldo (garapa). Os engenhos movidos por tração animal (trapiche) eram mais comuns que os de roda-d'água (reais), visto que a construção de uma represa era dispendiosa, sem contar as irregularidades no fluxo fluvial. O caldo, despejado em enormes tachos geralmente feitos de cobre, era cozido na **casa das caldeiras**. O beneficiamento completava-se na **casa de purgar**, com a retirada das impurezas do produto.

No Brasil, utilizava-se barro para branquear o açúcar. Esse processo, além de mais barato, também era empregado porque não havia refinarias de açúcar em Portugal ou no Brasil. Depois de pronto, o açúcar era enviado para Lisboa e, de lá, para a cidade de Antuérpia, na região de Flandres, de onde comerciantes flamengos distribuíam o produto na Europa. Posteriormente, no século XVII, a cidade de Amsterdã, na Holanda, passou a desempenhar esse papel. Nesses mercados, o açúcar branco atingia o maior preço de venda.

A produção e a comercialização do açúcar foram vitais tanto para consolidar o Império Português no Atlântico como para expandir a colonização portuguesa na América, originando restritos grupos de poder na colônia. Mais ainda, sua unidade produtiva, o latifúndio exportador e escravista, formou a base da sociedade colonial brasileira.

Feitor: responsável por administrar diversas atividades do engenho, como a moenda e a plantação da cana. Estava subordinado ao feitor--mor, que gerenciava todo o engenho.

Mestre de açúcar: responsável pela moagem, cozimento, temperatura e consistência do açúcar. Ele acompanhava todos esses processos para garantir a qualidade do produto.

Flamengo: pessoa natural ou habitante de Flandres, região que, historicamente, abrange o norte da atual Bélgica e partes da França e da Holanda. A região foi um dos principais centros mercantis europeus no século XVI.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

De acordo com a obra *Diálogos das grandezas do Brasil*, escrita em 1618, cuja autoria é atribuída a Ambrósio Fernandes Brandão, a capacidade do barro em clarear o açúcar teria sido descoberta por acaso. No diálogo travado entre as personagens Alviano e Brandônio, o segundo afirma ao primeiro que uma galinha com os pés sujos de barro pisou em uma das formas cheias de açúcar, e no entorno do local onde ficou marcada sua pegada se fez um círculo branco. Daí em diante, passaram a "barrear" o açúcar para clareá-lo.

À margem da *plantation*

O sistema de *plantation* não representou a única forma de organização econômica na América portuguesa. Outros produtos, como o algodão e o tabaco, foram cultivados em pequenas unidades de exploração. Mesmo a cana-de-açúcar, quando plantada para a produção de rapadura e aguardente, adaptou-se a esse modelo de exploração, que exigia pouco investimento.

O **algodão** já era um produto conhecido pelos indígenas. No início do período colonial, seu cultivo destinava-se ao consumo interno. A partir da segunda metade do século XVIII, o algodão passou a ser exportado em grandes volumes, devido ao aumento do preço do produto no mercado internacional e à guerra de independência dos Estados Unidos. As Treze Colônias eram as maiores produtoras de algodão, mas, com a instabilidade gerada pela guerra, suas exportações caíram sensivelmente. No início do século XIX, os Estados Unidos, já independentes, retomaram sua produção, o que ocasionou grande queda nas exportações da América portuguesa.

O **tabaco** era destinado aos mercados europeus, nos quais o número de consumidores era crescente. O produto também servia como "moeda" na compra de escravos na África. A principal área produtora era o litoral da Baía de Todos os Santos, região conhecida hoje como Recôncavo Baiano.

Os negócios nos mercados locais mobilizavam produtores e mercadores. Comercializavam-se alimentos produzidos na região e produtos importados (com fornecimento irregular e preços bastante elevados). Entre as mercadorias produzidas na colônia, destacaram-se as farinhas de mandioca e de milho, trigo, feijão, açúcar, rapadura, aguardente, toucinho, charque e carne fresca, fumo, couro, peixe seco e fresco. Entre os produtos importados mais procurados estavam o vinagre, o azeite, o vinho, o bacalhau, as azeitonas, a pimenta-do-reino, as especiarias, os tecidos finos e o sal.

Na imagem fica claro que os escravos eram responsáveis pelo trabalho pesado e braçal. Apesar de a gravura de Post não representar os castigos físicos e as longas jornadas de trabalho dos escravos nos engenhos, é possível observar a falta de segurança a que estavam submetidos, pois estão representados vestindo apenas uma espécie de calção, sem nenhum tipo de proteção, trabalhando nas diversas etapas da produção de açúcar.

Engenho de açúcar, gravura de Frans Post produzida para ilustrar detalhe de mapa de Pernambuco publicado em *História dos feitos praticados durante oito anos no Brasil* (1647), de Gaspar Barleus. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

- Que elementos da imagem abaixo podem ser usados para identificar quais eram as condições de trabalho dos escravos nos engenhos?

Fonte: VICENTINO, Cláudio. *Atlas histórico:* geral e Brasil. São Paulo: Scipione, 2011. p. 102.

Drogas do sertão

No final do século XVI, holandeses, franceses e ingleses tentaram ocupar o norte do Brasil. Temendo a concorrência, os portugueses iniciaram uma campanha militar que resultou na edificação do Forte de Belém e na expulsão dos invasores, em 1616.

Para garantir a ocupação do território, no início do século XVII a Coroa criou o Estado do Maranhão e Grão-Pará, colônia ligada diretamente a Lisboa que compreendia os atuais estados do Maranhão, Piauí, Ceará e parte do Pará. Porém a baixa fertilidade do solo amazônico e a ocupação holandesa em Pernambuco levaram Portugal a perder o interesse pela região, que permaneceu separada do restante da colônia até 1774.

Os colonos enfrentavam o isolamento com dificuldade. As famílias do Maranhão e Grão-Pará plantavam para a subsistência e aprisionavam indígenas para obter mão de obra. Nessas expedições, os colonos conheceram as **drogas do sertão**, produtos como cacau, baunilha, guaraná, canela, cravo, ervas aromáticas, entre outros. Muitas dessas plantas, também conhecidas como *novas especiarias*, passaram a ser muito apreciadas na Europa a partir do século XVIII. Por muito tempo, a base econômica da Amazônia consistiu no extrativismo desses produtos, com a utilização do trabalho indígena em regime de escravidão ou próximo a isso.

Os reis do laço: a pecuária

No início do século XVIII, a Coroa portuguesa proibiu a criação de gado numa faixa de 80 quilômetros da costa para o interior. O objetivo era impedir as invasões de animais nas plantações de cana e garantir mais espaço para a produção canavieira. Essa medida contribuiu para o desbravamento do "grande sertão" além do limite fixado pelo Tratado de Tordesilhas. Partindo do Rio São Francisco e penetrando pelos atuais estados do Piauí, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, os criadores chegaram aos rios Tocantins e Araguaia.

Inicialmente o gado era vendido vivo nos centros comerciais do Nordeste. Ele fornecia alimentos, como leite e carne, e couro para a confecção de vestimentas, calçados e outros artigos. O gado também era utilizado nos engenhos de açúcar para transportar pessoas e cana e movimentar as moendas. Mais tarde, o animal também passou a ser abatido para a produção de charque, carne salgada e seca ao sol. Dessa forma, a carne era comercializada sem o risco de estragar.

No sul da colônia, a criação de gado bovino para a produção de charque e de cavalos e burros para tração e transporte desenvolveu-se pouco tempo depois da expansão pecuária na região do São Francisco, ainda no século XVIII. O desenvolvimento da pecuária no sul favoreceu a ocupação local e também o abastecimento da região das minas.

Sertão: durante a colonização portuguesa na América, a palavra "sertão" era utilizada para designar o interior, os territórios afastados do litoral que ainda não tinham sido explorados e ocupados pelos colonizadores.

União Ibérica

Na segunda metade do século XVI, Portugal enfrentou uma crise de sucessão dinástica. Em janeiro de 1580, o então rei D. Henrique morreu sem deixar herdeiros. Aproveitando a oportunidade, o rei Filipe II da Espanha, neto de D. Manuel, que havia governado Portugal entre 1495 e 1521, invadiu o reino e assumiu o trono português meses depois. Iniciava-se, desse modo, a **União Ibérica**, que duraria até 1640.

A união das coroas ibéricas teve consequências importantes para o Brasil. Por um lado, tornou sem efeito a linha divisória do Tratado de Tordesilhas, o que estimulou o avanço dos portugueses em direção ao interior, tanto para o sul da colônia quanto para a Amazônia. Por outro lado, trouxe problemas para os domínios portugueses, uma vez que Portugal herdou os inimigos dos espanhóis, como a Holanda, que estava em guerra contra a Espanha para obter a independência. Assim, os laços comerciais entre portugueses e holandeses, na época envolvidos no comércio do açúcar brasileiro, foram rompidos.

Empenhados em conquistar a hegemonia dos mares, os holandeses criaram duas poderosas companhias comerciais, a **Companhia Holandesa das Índias Orientais**, organizada em 1602, e a **Companhia Holandesa das Índias Ocidentais**, formada em 1621. Organizados em torno dessas companhias, os holandeses dispunham dos instrumentos necessários para ocupar os entrepostos comerciais criados por espanhóis e portugueses na África e na Índia.

Em busca de lucros e de ações para enfraquecer os espanhóis, e na tentativa de manter sua participação no comércio do açúcar, os holandeses também se sentiram estimulados a empreender a conquista das zonas de produção açucareira na América.

A independência da Holanda

No século XVI, os Países Baixos estavam divididos entre as províncias do norte (de maioria protestante) e as províncias do sul (de maioria católica). A Holanda, província mais importante do norte, declarou independência em relação à Espanha em 1568.

O governo espanhol iniciou uma guerra para manter o território holandês sob seu domínio. O conflito durou até 1648, quando foi assinado um acordo de paz e os espanhóis reconheceram a independência da Holanda.

Holandeses invadem o Brasil

Organizados em torno da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, em 1624 os holandeses tomaram a cidade de Salvador. No ano seguinte, uma esquadra luso-espanhola bem armada retomou a capital da colônia.

Em 1630, numa nova investida, os holandeses atacaram a capitania de Pernambuco e ocuparam Olinda e Recife. Contudo, os invasores ficaram isolados nos núcleos urbanos, devido à resistência dos portugueses liderados pelo governador Matias de Albuquerque. Usando de estratégia, o governador organizou suas defesas no Arraial do Bom Jesus, uma elevação próxima das áreas invadidas, de onde lançou contínuos ataques e emboscadas, dificultando por cinco anos a expansão dos adversários.

Entre 1632 e 1635, com reforços vindos da Europa e a ajuda de moradores da terra, os holandeses conquistaram pontos decisivos como a Ilha de Itamaracá, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e, por fim, o Arraial do Bom Jesus, consolidando a ocupação de Pernambuco.

Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de e outros. *Atlas histórico escolar*. 7. ed. Rio de Janeiro: Fename, 1978. p. 26.

FERNANDO BUENO/PULSAR IMAGENS

Estátua de Maurício de Nassau na Praça da República em Recife (PE). Foto de 2011. Sob o governo de Nassau, a administração holandesa no Brasil caracterizou-se, principalmente, pela tolerância religiosa, pela realização de grandes obras públicas e pela concessão de empréstimos para a compra de engenhos abandonados.

Nassau: soldado e humanista

O conde João Maurício de Nassau-Siegen chegou ao Recife, em princípios de 1637, para administrar o território conquistado. Encontrou a produção açucareira totalmente desorganizada, decorrente da retirada de inúmeros proprietários rurais para a Bahia, da destruição de engenhos e canaviais e, em especial, das fugas de escravos.

Assim, os primeiros anos de administração de Nassau foram dedicados à reconstrução da economia açucareira. Para tal, determinou a concessão de empréstimos aos interessados em adquirir os engenhos abandonados e para a reconstrução dos que tinham sido destruídos. A iniciativa levou boa parte dos senhores de engenho a estabelecer vínculos cordiais com os holandeses. O desempenho militar de Maurício de Nassau foi expressivo: ocupou Alagoas e tomou o forte português que defendia a costa do Ceará, embora tenha fracassado em um ataque a Salvador em 1638. Mas foi como administrador que seu nome se imortalizou.

Para contornar as sucessivas crises de desabastecimento, Nassau obrigou os proprietários de terras a cultivar mandioca, na proporção do número de pessoas que teriam de alimentar dentro de seus engenhos. Instituiu um regime de liberdade relativa no comércio, ou seja, de livre-comércio para os moradores das capitanias conquistadas que tivessem capital investido em engenhos, e procurou, com habilidade, conciliar os interesses dos diferentes grupos sociais, étnicos e religiosos que conviviam no Recife: colonos nascidos no território, portugueses, holandeses, franceses e ingleses; católicos, calvinistas e judeus.

HANS VON MANTEUFFEL/PULSAR IMAGENS

Vista aérea do centro histórico do Recife (PE) e a ponte Maurício de Nassau. Foto de 2015. A administração de Nassau promoveu a urbanização de parte da Ilha de Antônio Vaz, que passou a ser chamada de Cidade Maurícia (Mauritsstad), para torná-la o centro do poder holandês no Brasil.

Arte no Brasil holandês

Além da reorganização administrativa da região açucareira, Nassau incentivou o trabalho de artistas e estudiosos trazidos da Europa para registrar e pesquisar a natureza e os tipos sociais da colônia. Artistas como Frans Post e Albert Eckhout produziram importantes registros do Brasil holandês, bem como o naturalista, cartógrafo e astrônomo Georg Marcgraf.

Com uma pintura de características naturalistas, descritivas e paisagísticas, Albert Eckhout nos deixou valiosos registros da visão europeia do Novo Mundo e dos tipos humanos do Nordeste colonial. Valendo-se da observação de espécimes encontrados nas possessões holandesas na América, o artista produziu cerca de 400 obras entre desenhos, esboços e pinturas. Contudo, Eckhout ganhou notoriedade pela produção de quatro pares de telas de grandes dimensões que retrataram os habitantes do Brasil no século XVII: *Mulher Tapuia* (1641) e *Homem Tapuia* (1643); *Mulher Tupi* (1641) e *Homem Tupi* (1643); *Mulher Mameluca* (1641) e *Homem Mulato* (sem data registrada); *Homem Negro* e *Mulher Negra* (ambos de 1641).

"Nessa série [...] de tipos raciais de costumes e *habitat* brasileiros [...], o pintor, aos trinta e poucos anos, atingia sua maturidade estilística. Inventa uma pintura composta de detalhes, sempre dominada pela figura temática secundada pelos elementos descritivos e se alongando, sem descuidar dos detalhes, até a fuga da perspectiva paisagística. Tudo caprichosamente delineado e definido. Se a figura parece a alguns em imobilidade, vale advertir que isto não é defeito e nem carência. Contenção de gesto, equilíbrio e harmonia de postura são virtudes."

VALLADARES, Clarival do Prado; MELLO FILHO, Luiz Emygdio de. *Albert Eckhout*: a presença da Holanda no Brasil – século XVII. Rio de Janeiro: Edições Alumbramento, 1990. p. 25.

ALBERT ECKHOUT - MUSEU NACIONAL DA DINAMARCA, COPENHAGUE

Mulher mameluca (1641), pintura de Albert Eckhout. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague. Atualmente, os retratos etnográficos dos habitantes do Brasil produzidos por Eckhout são tomados como documentos da visão europeia dos tipos retratados e não como retratos fiéis da realidade da época.

Analise a imagem e identifique elementos que justifiquem a afirmação.

Verifica-se na tela a reprodução de padrões renascentistas como o ideal de equilíbrio na composição e a perfeição na representação da forma humana. A mulher mameluca foi retratada com um vestido longo branco e joias, aproximando a imagem do ideal europeu do modelo de civilização.

Georg Marcgraf, por sua vez, trabalhou como astrônomo e cartógrafo no Brasil holandês. Os mapas produzidos por Marcgraf mostravam as regiões conquistadas pelos holandeses, a localização dos nativos e dos engenhos, os acidentes geográficos, os principais caminhos, os rios e as lagoas, as fazendas de gado, alguns frutos e animais da região, cenas de batalhas entre europeus e índios e outras imagens. Os mapas eram tão precisos que continuaram sendo utilizados nos séculos seguintes. A principal obra de Georg Marcgraf, realizada em conjunto com o médico e naturalista Willem Piso, é *Historia Naturalis Brasiliae*, de 1648.

Marcgraf e a ciência

O cientista alemão Georg Marcgraf foi responsável também por instalar o primeiro observatório astronômico da colônia, em 1639, no Recife, realizando diversos estudos sobre os eclipses. Além disso, catalogou diferentes espécies de animais e vegetais e realizou diversos estudos geográficos e hidrográficos do Nordeste colonial que resultaram em detalhados mapas da região.

VICTOR MEIRELLES - MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, RIO DE JANEIRO

Batalha dos Guararapes (1875), pintura de Victor Meirelles. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro (RJ).

Insurreição Pernambucana

Em 1640, Portugal libertou-se do domínio espanhol e assinou uma trégua com os holandeses na Europa. Nassau, entretanto, continuou sua campanha militar, com a conquista de Sergipe e a invasão do Maranhão. No outro lado do Atlântico, os holandeses conquistaram, em 1641, Luanda e outras localidades angolanas.

No início de 1644, desentendimentos entre Nassau e a direção da Companhia das Índias Ocidentais resultaram na demissão do governador e no seu retorno à Europa. Esse episódio encerrou o período da expansão holandesa no Brasil. Ao mesmo tempo, iniciou-se a chamada **Insurreição Pernambucana**, que levaria à rendição e à retirada dos holandeses em 1654.

De início, a insurreição contra os holandeses não teve apoio de Portugal. Envolvido na guerra de restauração contra a Espanha, o novo rei, D. João IV, estava disposto a manter a trégua que reconhecia o domínio holandês em partes da África e da América portuguesas.

Nesse período, porém, o açúcar brasileiro enfrentou dificuldades por causa da queda dos preços no mercado europeu e pela diminuição da safra. Tal conjuntura abalou as relações da Companhia com os senhores de engenho. De um lado, estavam os produtores, pressionados pela cobrança das dívidas atrasadas; de outro, estavam os credores, exigindo seu dinheiro. Nesse contexto, a insurreição eclodiu em junho de 1645.

As primeiras conquistas dos revoltosos ocorreram no interior de Pernambuco. Em seguida, tropas vindas da Bahia obtiveram outras vitórias e marcharam para o Recife. Posteriormente, os holandeses foram expulsos de Alagoas e Sergipe. As duas batalhas decisivas ocorreram nos Montes Guararapes, em Pernambuco. O primeiro combate foi travado em abril de 1648, e o segundo, em fevereiro de 1649. Os luso-brasileiros venceram nas duas ocasiões.

Nesse mesmo período, em 1648, uma expedição organizada no Brasil expulsou os holandeses do território angolano. A situação dos holandeses tornou-se insustentável, até que, em fins de 1653, uma armada portuguesa cercou Recife por mar, enquanto as tropas dos insurretos atacavam por terra. As forças holandesas renderam-se na Campina da Taborda, em 26 de janeiro de 1654.

A experiência adquirida no Brasil incentivou o aumento de investimento holandês na produção de açúcar nas Antilhas (ilhas localizadas na região da América Central). Lá os holandeses financiaram as instalações e a importação de escravos, propiciaram assistência técnica aos produtores e garantiram mercado para a compra do produto, competindo com o Brasil.

Durante a União Ibérica, Inglaterra e Holanda, adversárias da Espanha, atacaram e tomaram importantes domínios ultramarinos portugueses. Como a maior parte das receitas portuguesas era obtida à custa de suas colônias, sua situação econômica agravou-se ainda mais.

Escravidão: um negócio lucrativo

No início da colonização, muitos indígenas foram escravizados para trabalhar nas plantações de cana ou nas roças de subsistência. No entanto, alguns fatores contribuíram para que a mão de obra indígena fosse substituída pela do africano escravizado: baixa resistência dos indígenas às doenças de origem europeia; resistência armada de alguns povos à captura; e a fuga, sempre que possível, para os sertões. Além disso, contavam com a proteção dos jesuítas, o que provocava conflitos entre esses religiosos e os colonos.

Para alguns estudiosos, o fator mais importante para essa substituição era o alto lucro que o tráfico de escravos africanos proporcionava para a Coroa e para os traficantes. A administração portuguesa submetia o comércio negreiro a uma dupla taxação: quando os escravos eram embarcados na África e quando desembarcavam na América. O traficante, por sua vez, em troca de escravos, fornecia aos chefes africanos farinha de mandioca, barricas de fumo, caixas, barris e amarrados de açúcar, aguardente, búzios, fardos e caixões de tecidos de algodão, mosquetes, pólvora, espelhos e contas de vidro. Na colônia, os mercadores comercializavam os escravos e obtinham enormes lucros.

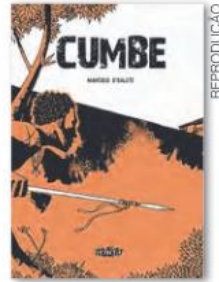
Esses aspectos contribuíram para a substituição do trabalho escravo nativo pelo africano na produção açucareira do Nordeste. No entanto, nas regiões onde os colonos tinham menos recursos, como São Paulo, Maranhão, Piauí e na Amazônia, a escravidão do indígena, o chamado "negro da terra", predominou até o século XVIII.

Os navios negreiros (ou **tumbeiros**), utilizados no transporte dos escravos vindos da África, demoravam em média 35 dias para chegar ao Recife, 40 dias para chegar a Salvador e 50 dias para chegar ao Rio de Janeiro. Durante a viagem, cada escravo tinha direito a uma pequena cota diária de alimentos e água, mas a superlotação e a falta de higiene levavam muitos à morte. As condições de viagem eram as piores imagináveis, como mostra o texto a seguir:

> "Espremidos nos porões dos navios negreiros, milhares de homens, mulheres e crianças suportavam calor, sede, fome, sujeira, ataques de ratos e piolhos, surtos de sarampo ou escorbuto. Muitos não resistiam, e acabavam jogados ao mar."
>
> FARIAS, Juliana Barreto. Senhora de si. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, jan. 2011. Disponível em <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/senhora-de-si>. Acesso em 23 fev. 2016.

Dessa forma, grande parte dos africanos embarcados na África não chegavam à América portuguesa, exemplificando a violência a que esses seres humanos eram submetidos antes mesmo de serem vendidos nas praças das grandes cidades no Brasil.

Você vai gostar de ler

REPRODUÇÃO

D'SALETE, Marcelo. **Cumbe**. São Paulo: Veneta, 2014.

Na língua quimbundo, a palavra *Cumbe* possui vários sentidos: é o Sol, o dia, a luz, o fogo e a maneira de compreender a vida e o mundo. *Cumbe* também é um sinônimo de quilombo.

A obra apresenta quatro histórias – *Calunga*, *Malungo*, *Cumbe* e *Sumidouro* – que mostram os negros escravizados como protagonistas da luta contra a opressão escravagista durante o período colonial brasileiro.

JOHANN MORITZ RUGENDAS - BIBLIOTECA MUNICIPAL MÁRIO DE ANDRADE, SÃO PAULO

Navio negreiro (1835), gravura de Johann Moritz Rugendas colorizada posteriormente. Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo (SP).

FABIO TEIXEIRA/DEMOTIX/CORBIS/LATINSTOCK

Grupo de mulheres oferece flores no memorial Zumbi dos Palmares, Rio de Janeiro (RJ), durante celebração do Dia da Consciência Negra. Foto de 2013.

Trabalho escravo e resistência

Na América portuguesa, os cativos eram separados de seus familiares, organizados por idade e sexo e vendidos nos mercados; em seguida eram encaminhados para trabalhar em diversas atividades, principalmente nos engenhos e nos canaviais. A maioria desenvolvia trabalhos braçais, mas também havia os escravos com habilidades artesanais e aqueles que executavam tarefas domésticas.

Os escravos africanos não tinham direitos, eram submetidos a extensas jornadas de trabalho e sofriam com os violentos castigos físicos. No entanto, havia uma resistência que se manifestava em fugas, abortos, assassinatos de feitores, furtos, sabotagem aos engenhos, formação de quilombos.

Formação de quilombos

Os quilombos, ou mocambos, eram locais onde se refugiavam escravos fugidos, índios, criminosos perseguidos pela justiça e até mesmo homens brancos pobres. Geralmente, eram construídos em locais de difícil acesso. Seus habitantes viviam da agricultura de subsistência, da pecuária, da caça, da pesca e da coleta de frutos, e muitas vezes organizavam grupos para auxiliar fugas e assaltar propriedades.

No início do século XVII, muitos cativos que haviam fugido para as matas da Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas, ajudaram a consolidar o maior, mais duradouro e mais bem organizado quilombo do Brasil: o **Quilombo dos Palmares**. Estima-se que Palmares concentrasse mais de 20 mil escravos fugitivos. Seu líder mais conhecido foi Zumbi.

Diversas expedições para destruir Palmares foram enviadas pelos portugueses e holandeses. Contudo, elas fracassaram e o quilombo só foi dizimado em 1694, sob o comando do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho. Zumbi foi assassinado em 20 de novembro do ano seguinte, transformando-se em um grande símbolo da resistência negra à escravidão e da luta pela liberdade. Em 2011, a data de sua morte foi oficializada como o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra no Brasil.

Zungu: moradia urbana onde negros livres e cativos se reuniam para festejar e compartilhar crenças e costumes de origem africana, como práticas religiosas e tradições alimentares. Zungu é uma junção de duas palavras kikongo, língua do Reino do Congo: *nzi* (casa) e *angu* (alimento).

Criação de uma cultura afro-brasileira

Apesar da diferença de condição jurídica entre os alforriados e os escravos e da diversidade étnica e cultural dos indivíduos vindos da África, a população negra construiu espaços de encontros como irmandades, festas, zungus, nos quais costumes africanos foram adaptados e recriados à realidade no Brasil.

Nesses locais, os negros reinventaram práticas religiosas, costumes e brincadeiras trazidos da África. Nos zungus, por exemplo, era possível encontrar um "sedutor", normalmente um alforriado que negociava com os negros escravos a fuga deles para um quilombo ou para a tutela de um novo senhor. A mobilidade e o contato entre negros livres e escravos criou uma rede de cumplicidade e espaços próprios dos negros. Encontros em moradias e pequenos comércios das cidades permitiam escapar temporariamente da escravidão.

Nos angus, onde as negras preparavam o alimento de mesmo nome, os laços de solidariedade e resistência contra a opressão das autoridades eram reforçados.

A "brecha camponesa"

Um mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista utilizado em grande escala na colônia foi a chamada "**brecha camponesa**", ou seja, a concessão de pequenos lotes de terra aos escravos para uma produção agrícola voltada ao mercado interno.

Os produtos cultivados variavam de acordo com a região, mas, de maneira geral, os escravos plantavam mandioca, feijão, milho, café, batata, banana, cará e hortaliças. A produção agrícola também podia estar associada à pecuária, que englobava desde pequenos animais (porcos e galinhas) até gado bovino e, às vezes, equino.

No Brasil, a "brecha camponesa" foi sancionada legalmente por meio de alvarás e ordens régias a partir do final do século XVII. As normas determinavam que os escravos tivessem direito a um dia livre (que podia ser sábado, domingo ou dias santos) para sua própria agricultura, em lotes que recebiam nas fazendas. Os escravos podiam alugar ou doar esse lote por testamentos informais. Além disso, o trabalho nos lotes de subsistência escapava à supervisão dos colonos, o que permitia a sua organização em moldes africanos.

Podemos dizer que a "brecha camponesa" cumpria a função de minimizar os custos de manutenção e de reprodução da força de trabalho para o dono do escravo, ao mesmo tempo que permitia ao cativo comprar suplementos à sua necessidade ou gosto: bebidas, roupas, tabaco e até mesmo sua alforria ou a de seus familiares, possibilitando melhores condições de vida.

As várias faces da família colonial

Normalmente, a sociedade colonial tem sido caracterizada, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas, como **patriarcal**. De acordo com esse modelo, a família colonial brasileira apresentava um núcleo central composto do chefe da família, sua esposa, seus filhos e netos, além de um núcleo de membros considerados secundários, formado por filhos ilegítimos ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, amigos, agregados e escravos.

O patriarca, na liderança dos dois núcleos, cuidava dos negócios e mantinha a linhagem e a honra familiar, procurando exercer sua autoridade sobre a mulher, os filhos e demais dependentes. Com frequência, o filho mais velho herdava o patrimônio, enquanto seus irmãos eram encaminhados aos estudos para tornar-se bacharéis em direito, médicos ou padres.

Todavia, pesquisas evidenciam que não houve um modelo único de família na América portuguesa. Ela variou de acordo com as heranças culturais, com a região e com a condição social e jurídica de seus componentes.

BRASILIANA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO

Uma família brasileira (1819), gravura de Henry Chamberlain. Biblioteca Brasiliana da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo (SP).

- Que aspectos da sociedade colonial brasileira você identifica nessa imagem?

À frente caminha o pai da família, seguido por crianças e mulheres, representando a liderança do homem neste núcleo familiar. Logo depois, três negros escravos acompanham a família. Dois dos escravos carregam uma criança de colo e um cachorro. A gravura representa características marcantes do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX: a sociedade patriarcal e escravista.

Educação na colônia

De maneira geral, o aprendizado das crianças na América portuguesa decorria da experiência dos seus pais, uma vez que o estudo era privilégio de poucos. Por isso, e especialmente nas famílias mais carentes, os filhos ingressavam muito cedo no mundo do trabalho. Os meninos de famílias com mais recursos financeiros estudavam em internatos jesuítas. O primeiro colégio do país foi criado na Bahia, em 1564.

Outros arranjos familiares

No Nordeste açucareiro, entre os grandes proprietários de terras, predominou a família extensa ou patriarcal, verdadeiro centro de poder econômico e político local. Dela faziam parte os parentes de sangue, os parentes simbólicos (padrinhos, compadres e afilhados), os agregados ou protegidos e até escravos. No entanto, também existiu na colônia a **família nuclear**, diferente da família extensa por ser formada por um núcleo principal, representado pelo marido, pela esposa e descendentes legítimos. Nesse modelo, o chefe da família não tinha o mesmo poder de mando que o patriarca, pois, quando seus descendentes casavam, constituíam família própria, em outro domicílio.

Em algumas partes da colônia, como em São Paulo, a mulher, figura destacada na família, desempenhava um papel de liderança no núcleo familiar e na administração dos negócios, devido ao grande período de ausência dos homens na cidade, comprometidos com as bandeiras no sertão da colônia.

Casamento: privilégio de poucos

O casamento, em geral realizado de acordo com as regras da Igreja Católica, era quase um monopólio da elite branca, interessada na manutenção do prestígio e da estabilidade social. Para os mais pobres, a maioria da população, o comum era a união simples, considerada ilegítima pelas autoridades eclesiásticas.

A Igreja não via com bons olhos essas relações afetivas, considerando-as um desrespeito ao sacramento do matrimônio e, por isso, pecaminosas. E, para tratar desses e de outros assuntos religiosos, elaborou-se o código **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**.

O Estado, porém, mostrou-se condescendente em relação a essas uniões afetivas. Até porque, no início da colonização, eram raríssimas as mulheres europeias no Brasil. Por exemplo, João Ramalho e outros portugueses que viveram entre os nativos tinham dezenas de mulheres indígenas. Mesmo quando o número de mulheres vindas de Portugal aumentou, o que interessava às autoridades era a reprodução da força de trabalho e, para tal, não se fazia necessário legitimar as relações afetivas por meio do matrimônio.

A ideia do marido dominador e da mulher submissa aparece em muitos registros históricos e nos romances ambientados no período colonial. Sem dúvida, muitas mulheres foram enclausuradas, espancadas e perseguidas por seus maridos e pais. Em contrapartida, várias mulheres também reagiram às violências que sofriam. Pelos relatos ou evidências da época, percebe-se que, de um lado, parte da população feminina livre esteve sob o poder dos homens, enquanto outra parte acabou desenvolvendo uma maneira própria de viver, criando cumplicidades ou alianças capazes de desordenar ou suavizar os obstáculos que encontravam na sociedade colonial. Assim, o comportamento feminino muitas vezes divergiu do estereótipo imposto pela história tradicional.

FRANS POST - INSTITUTO RICARDO BRENNAND, RECIFE

Igreja com pórtico (c. 1670), detalhe da pintura de Frans Post. Instituto Ricardo Brennand, Recife (PE). A maioria das uniões na América portuguesa não eram oficiais, ou seja, não eram realizadas na Igreja Católica, instituição responsável pelo matrimônio no período colonial.

Texto complementar

As transformações provocadas pelo açúcar

A produção de açúcar no Novo Mundo transformou a economia, a sociedade e o meio ambiente do período. Mais que isso, o advento do açúcar revolucionou de modo definitivo as sociedades, com consequências até os dias de hoje.

"A aceleração da produção de açúcar nas regiões de floresta tropical do Novo Mundo [...] está relacionada com um impacto social de enorme alcance: foi o principal estímulo para a construção do escravismo moderno. Foi nos territórios da América tropical que o modelo de produção de monoculturas e trabalho escravo gerou o maior impacto na ecologia das paisagens. Desde o início da agricultura, especialmente no contexto das civilizações complexas surgidas nos últimos 7 mil anos, o desflorestamento global concentrou-se nas florestas temperadas do hemisfério norte. O desmatamento tropical é um fenômeno moderno [...]. O Brasil e algumas ilhas do Caribe, como Cuba e Jamaica, tornaram-se os símbolos do desmatamento provocado pela cana.

[...] em 1711, o jesuíta Antonil já havia descrito a fórmula sintética do canavial como um impiedoso conquistador ecológico – 'feita a escolha da melhor terra para a cana, roça-se, queima-se e alimpa-se, tirando-lhe tudo o que podia servir de embaraço'. A floresta tropical, com toda a sua diversidade, aos olhos dos produtores, representava apenas um 'embaraço' para o avanço da cana. [...]

E o impacto nas florestas não se devia apenas à abertura de terras para o plantio. Para cada quilo de açúcar produzido, cerca de 15 quilos de lenha eram queimados nas fornalhas que alimentavam os enormes caldeirões onde o caldo da cana era cristalizado. Para purgar o açúcar nas moendas, utilizava-se cinza de madeira, em muitos lugares retirada dos manguezais. O conjunto da infraestrutura estava calcado na madeira ou em materiais cuja produção requeria o uso de lenha em fornalhas – como tijolos, telhas e cal. Das árvores tropicais provinham até as caixas onde o açúcar era acondicionado para exportação.

No outro extremo da cadeia econômica, o açúcar transformava a ecologia do consumo. No mundo pré-moderno, a culinária pouco utilizava o sabor adocicado – era pontual o uso de mel, [...] de frutas etc. O açúcar foi uma revolução. Por ser fácil de armazenar e transportar, além de adoçar sem modificar muito o sabor da comida, tornou-se o adoçante quase hegemônico. [...]

Quais as consequências hoje do consumo global de mais de 160 milhões de toneladas de açúcar, contra apenas 8 milhões no início do século XX? Quais os efeitos sociais de um consumo médio anual de 23 quilos, em uma escala que vai de um mínimo de 8 quilos em Bangladesh para um máximo de 66 quilos em Israel? Como avaliar o efeito da combinação do açúcar com as bebidas energéticas (como o café) que estimulam a atividade dos corpos humanos no ritmo de vida frenética da civilização urbano-industrial? Como equacionar o cortejo de delícias gustativas que o açúcar gerou, associado ao crescimento epidêmico da diabetes, das cáries dentárias e da obesidade?

A sensação doce na boca tornou-se um dos traços culturais distintivos da globalização. Mas quem considerar todos os seus componentes históricos – incluindo os desflorestamentos, as escravidões e as chamadas 'doenças da civilização' – não poderá deixar de notar um gosto amargo, por vezes demasiadamente amargo, do império da doçura."

PÁDUA, José Augusto. O amargo avanço da doçura. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, jul. 2013. Disponível em <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-amargo-avanco-da-docura>. Acesso em 23 fev. 2016.

Compreendendo o texto

Registre as respostas em seu caderno.

1. Segundo o autor, quais foram as principais transformações ocorridas no mundo após a consolidação da indústria de produção do açúcar?

2. Quais seriam as prováveis consequências da produção açucareira para o meio ambiente local? Utilize trechos do texto para justificar sua resposta.

3. O texto aponta para algumas consequências do excesso de consumo do açúcar pela sociedade contemporânea. Em dupla, pesquisem sobre o assunto e montem um painel que contemple os seguintes aspectos: dados sobre o consumo de açúcar global e no Brasil, os efeitos do açúcar no corpo humano e as principais doenças associadas ao consumo desse produto.

Atividades

Registre as respostas em seu caderno.

Explorando o conhecimento

1. Descreva as principais características da economia e da estrutura familiar do Nordeste açucareiro.

2. Observe com atenção o mapa "Economia colonial (século XVII)", na página 48.

a) O que as manchas verdes no mapa representam? Por que elas estão concentradas na faixa litorânea?

b) Que artigos foram explorados na Amazônia no período colonial?

c) Qual foi o impacto provocado pelo desenvolvimento da pecuária e da exploração das drogas do sertão na América portuguesa?

Pensando criticamente

3. Leia o texto abaixo e identifique a alternativa correta.

> "O conde João Maurício de Nassau-Siegen, nascido em Dillenburg, atual Alemanha, cedo ingressou na carreira militar a serviço dos Países Baixos. Em 1636 a WIC (Companhia das Índias Ocidentais) lhe fez o convite para administrar as possessões no Brasil, recebendo os títulos de Governador, Almirante e Capitão-General. Acompanhado por uma frota de 4 navios e 350 soldados, chegou a Pernambuco em janeiro de 1637 [...]."

LUCIANI, Fernanda T. *Barleus*: oito anos de Nassau no Brasil. Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin *on-line*. Disponível em <www.bbm.usp.br/node/97>. Acesso em 23 fev. 2016.

Entre as características que marcaram a administração holandesa no Brasil no período de Nassau, podemos citar a

a) conciliação dos interesses dos escravos com os dos senhores de engenho, harmonia que gerou o aumento da produção.

b) concessão de empréstimos aos interessados em adquirir os engenhos abandonados e para a reconstrução dos que tinham sido destruídos.

c) obrigação dos proprietários de terras em cultivar arroz na proporção do número de pessoas que teriam de alimentar em seus engenhos.

d) instituição de uma rígida política comercial, ou seja, os proprietários teriam que comprar seus produtos de comerciantes holandeses.

e) tolerância aos cristãos católicos, uma vez que a religião protestante foi instituída como religião oficial, com perseguição apenas aos judeus.

CONECTANDO COM A QUÍMICA

4. Leia o texto a seguir para responder às questões.

> "A glicose é um importante componente da sacarose, a substância a que nos referimos quando falamos de açúcar. [...] é o arranjo espacial dos átomos da molécula de glicose (e de outros açúcares) que resulta no sabor – um doce sabor. [...] O açúcar – o desejo de sua doçura – moldou a história humana. Foram os lucros proporcionados pelo enorme mercado do açúcar que se desenvolveu na Europa que motivaram o envio de escravos africanos para o Novo Mundo."

LE COUTEUR, Penny; BURRESON, Jay. *Os botões de Napoleão:* as 17 moléculas que mudaram a história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 54-68.

a) Como se explica o sabor doce do açúcar?

b) O texto afirma que o desejo pela doçura do açúcar "moldou a história humana". Você concorda com a afirmação? Justifique.

5.

ANGELI

Charge de Angeli sobre o trabalho escravo contemporâneo publicada em 2007.

a) Qual é a crítica presente na imagem? É possível relacionar a charge à escravidão africana na América portuguesa? Justifique.

b) O que poderia ser feito para combater o problema abordado na charge?

Investigando

6. Em dupla, pesquisem as comunidades de remanescentes quilombolas existentes no Brasil hoje. Com base na Constituição de 1988, montem um painel informativo sobre o tema, indicando os estados do país que possuem comunidades de remanescentes quilombolas, e quantas delas já receberam os títulos de suas terras. Depois, debatam com seus colegas a respeito da situação dessas comunidades.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

A resolução da questão selecionada implica o domínio do **Eixo cognitivo I** da matriz de referências do Enem (dominar linguagens) e também do **Eixo cognitivo II** (compreender fenômenos), pois os alunos deverão dominar alguns conceitos fundamentais sobre a colonização portuguesa na América para encontrar a resposta correta. Quanto às habilidades, pode ser associada a **H8** (analisar a ação dos Estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social) e **H18** (analisar diferentes processo de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais).

Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

(ENEM-MEC/2011)

> "O açúcar e suas técnicas de produção foram levados à Europa pelos árabes no século VIII, durante a Idade Média, mas foi principalmente a partir das Cruzadas (séculos XI e XIII) que a sua procura foi aumentando. Nessa época passou a ser importado do Oriente Médio e produzido em pequena escala no sul da Itália, mas continuou a ser um produto de luxo, extremamente caro, chegando a figurar nos dotes de princesas casadoiras!"
>
> CAMPOS, R. *Grandeza do Brasil no tempo de Antonil* (1681-1716). São Paulo: Atual, 1996.

Considerando o conceito do Antigo Sistema Colonial, o açúcar foi o produto escolhido por Portugal para dar início à colonização brasileira, em virtude de

a) o lucro obtido com o seu comércio ser muito vantajoso.

b) os árabes serem aliados históricos dos portugueses.

c) a mão de obra necessária para o cultivo ser insuficiente.

d) as feitorias africanas facilitarem a comercialização desse produto.

e) os nativos da América dominarem uma técnica de cultivo semelhante.

Analisando

A questão acima discute a economia açucareira com base em um texto historiográfico. O texto no início da questão informa que o consumo de açúcar foi incorporado à alimentação europeia durante a Idade Média. Até então, alimentos doces eram preparados com mel ou aproveitando a sacarose natural das frutas. O açúcar originário da cana era um produto de luxo, raro e muito caro, equivalente às valiosas especiarias. O açúcar era produzido em pequenas quantidades na Sicília e outras ilhas do Mediterrâneo e no norte da África.

Na época das grandes navegações, os portugueses começaram a fazer experiências, bem-sucedidas, com a plantação de cana e a instalação de engenhos nas ilhas da Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé. Nesta última, adotou-se a mão de obra escrava africana em larga escala e a ilha transformou-se, posteriormente, em importante entreposto do tráfico negreiro praticado no Atlântico a partir do século XVI.

Para responder a questão, é preciso que você considere o conceito de Antigo Sistema Colonial para escolher a alternativa que apresenta a motivação do reino português ao escolher implementar o açúcar nas suas terras na América do Sul. O conceito é utilizado pelos historiadores para designar o conjunto de relações entre as colônias americanas e suas metrópoles, especialmente as ibéricas, entre os séculos XVI e XVIII.

As principais características do Antigo Sistema Colonial eram: a complementaridade entre as economias da metrópole e de suas colônias; o monopólio metropolitano do comércio com as colônias; o trabalho escravo (ou outras formas de trabalho compulsório) era a mão de obra fundamental nas economias coloniais; a importância do tráfico de escravos na acumulação de capitais pela metrópole.

Vamos analisar cada uma das alternativas?

- Alternativa **a**: No século XVI o açúcar era um produto muito valioso. O sucesso da agromanufatura do açúcar nas ilhas do Atlântico levou o reino português a escolher essa atividade para tornar lucrativas suas terras na América do Sul, atraindo povoadores e garantindo a posse da terra.
- Alternativa **b**: A formação do reino português, entre os séculos XI e XIV, esteve associada às guerras de Reconquista, cujo objetivo era expulsar os árabes da Península Ibérica.
- Alternativa **c**: Os colonizadores da América portuguesa resolveram o problema da mão de obra na grande lavoura de exportação com a exploração do trabalho compulsório dos indígenas e africanos.
- Alternativa **d**: O açúcar produzido na América portuguesa era exportado para a Europa. As feitorias africanas eram importantes no comércio de ouro, especiarias e, principalmente, de escravos.
- Alternativa **e**: Os colonizadores portugueses adotaram a coivara, a técnica indígena de preparo do terreno para o cultivo, que consistia na queimada das matas. A pergunta proposta pelo enunciado relaciona-se com esse tema?

Agora é com você: qual alternativa completa de maneira correta a frase do enunciado?

A alternativa correta é a letra **a**.

Comentários adicionais sobre esta seção encontram-se no Suplemento para o professor.

CAPÍTULO 4

A mineração no Brasil colonial

CHRISTOPHE SIMON/AFP

Helicóptero sobrevoa o distrito de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de uma empresa mineradora no município de Mariana (MG). Foto de novembro de 2015.

O objetivo desta abertura é discutir os impactos ambientais da atividade mineradora ao longo da história. Sugerimos iniciar o trabalho pela leitura do texto, esclarecendo aos alunos que "charneca" é um tipo de vegetação caracterizada por arbustos e plantas herbáceas, que crescem em regiões incultiváveis e arenosas. A substituição das florestas por charnecas está diretamente associada ao desmatamento da vegetação nativa e ao empobrecimento do solo, resultante da atividade mineradora. É importante lembrar aos alunos que o desmatamento é um problema que persiste nos dias de hoje e está relacionado a diversas atividades econômicas além da mineração. Ao analisar a imagem, sugerimos destacar os impactos sociais e ambientais do rompimento da barragem, enfatizando as consequências dessa tragédia para as pessoas que viviam no distrito de Bento Rodrigues e para o ecossistema do Rio Doce.

Os impactos ambientais da mineração

"O efeito desse tipo de mineração foi o de substituir a floresta por charnecas esburacadas. 'Por todos os lados, tínhamos sob os olhos os vestígios aflitivos das lavagens, vastas extensões de terra revolvida e montes de cascalho', relatava o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire quando atravessou a estrada ao norte de Ouro Preto, na segunda década do século XIX [...]. Alguns anos depois, outro botânico vislumbrava um panorama similar ao longo da estrada de São João del-Rei [...] uma distância de cerca de quinze quilômetros: 'uma região escalvada e deserta, cujo terreno está todo minado pelas escavações em busca do ouro'. [...] O desnudamento das encostas provocou erosão de camadas de terra, gerando gigantescos sulcos chamados voçorocas, assoreamento de leitos de riachos e enchentes que ainda ocorrem na região mas que agora são tão generalizados e antigos que parecem características naturais da paisagem. [...] Modernos levantamentos na região sugerem que [...] o volume total de ouro obtido durante o século XVIII teria revirado 4 mil km² da região da Mata Atlântica."

DEAN, Warren. *A ferro e fogo:* a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 114-115.

Conversando sobre

1. O texto aborda um dos principais problemas associados à atividade mineradora no século XVIII e início do XIX. Que problema é esse? Quais seus impactos para o ambiente?
2. Existe alguma relação entre a imagem e o texto? Justifique.
3. Nos dias de hoje, outras atividades econômicas provocam impactos ambientais semelhantes aos causados pela mineração? Dê exemplos.

Atrás de uma bandeira

Durante a União Ibérica (1580-1640), Portugal havia perdido possessões importantes no Oriente e na África, invadidas por países hostis à Espanha. Além disso, o açúcar brasileiro enfrentava a concorrência do açúcar produzido nas Antilhas pelos holandeses. Para resolver essas dificuldades econômicas, a Coroa portuguesa estimulou a procura de metais e pedras preciosas em terras de sua colônia na América por expedições exploradoras, como as entradas e as bandeiras, que já eram organizadas desde meados do século XVI.

As **entradas** eram expedições oficiais, organizadas pelas autoridades portuguesas, que partiam do litoral com o objetivo de explorar o interior, apresar indígenas destinados à escravidão, procurar minas e defender as áreas de produção açucareira contra ataques indígenas e invasões estrangeiras.

As **bandeiras**, por sua vez, eram expedições armadas e organizadas em geral por particulares de São Paulo (vila da capitania de São Vicente) que partiam para o sertão em busca, principalmente, de índios para trabalhar nas lavouras paulistas (**bandeiras de apresamento**). Os indígenas eram capturados, sobretudo, nas missões jesuíticas, que reuniam grande número de nativos já convertidos ao cristianismo e acostumados ao trabalho sistemático. As investidas contra as missões provocaram diversos conflitos entre bandeirantes e jesuítas. Nas missões do Itatim, por exemplo, no atual estado do Mato Grosso do Sul, indígenas apoiados pelos jesuítas organizaram uma resistência armada para lutar contra os bandeirantes. Havia também bandeiras organizadas para combater indígenas hostis aos colonizadores e destruir quilombos, que eram conhecidas como **sertanismo de contrato.**

Somente na segunda metade do século XVII as **bandeiras de prospecção**, organizadas para procurar pedras e metais preciosos, intensificaram-se. Uma das expedições mais famosas partiu de São Paulo em 1674 e, durante sete anos, explorou várias regiões do centro-sul. Ela foi comandada por Fernão Dias Paes, acompanhado por Manuel de Borba Gato e outros exploradores. Esses bandeirantes abriram importantes caminhos que facilitaram expedições posteriores, como a que descobriu ouro na região de Minas Gerais, no final do século XVII. Além disso, penetrando cada vez mais no interior em busca de riquezas, os bandeirantes paulistas ultrapassaram os limites do Tratado de Tordesilhas, contribuindo para a ampliação do território português na América.

Prospecção: método empregado para localizar jazidas de pedras e metais preciosos, bem como para calcular o valor econômico das jazidas descobertas.

Fonte: VICENTINO, Cláudio. *Atlas histórico:* geral & Brasil. São Paulo: Scipione, 2011. p. 101.

Bateia de madeira do século XVIII utilizada na garimpagem do ouro. Museu da Inconfidência, Ouro Preto (MG). A bateia de madeira foi um dos equipamentos introduzidos pelos africanos escravizados na mineração.

Caminhos do ouro

Pelas suas andanças nos sertões, os paulistas descobriram, na década de 1690, ouro em abundância na região do Rio das Velhas, em terras dos atuais municípios mineiros de Sabará e Caeté. Nesse período, as bandeiras de prospecção levaram à descoberta de novas jazidas, o que deu início à ocupação do vale onde seria fundada Vila Rica, atual Ouro Preto. Nos anos seguintes, os paulistas abriram caminhos auríferos em Mato Grosso e Goiás e participaram da descoberta de diamantes no norte de Minas Gerais, na região do Serro Frio.

O ouro inicialmente descoberto pelos bandeirantes foi o **ouro de aluvião**, encontrado em depósitos de cascalho, areia e argila que se formam próximo às margens ou na foz dos rios. Eles também exploraram depósitos de cascalho nas encostas das montanhas. A notícia da descoberta atraiu para a região das minas, nas primeiras décadas do século XVIII, cerca de 30 a 50 mil pessoas. Por causa desse afluxo populacional, essa área alcançou uma densidade demográfica alta, o que provocou o primeiro surto urbano do território brasileiro.

As pessoas vinham de Portugal e de todas as partes da colônia, e muitos traziam escravos para trabalhar nas minas. A maioria desses escravos vinha da região litorânea da África, do porto da Costa da Mina, atual Gana. Os africanos trouxeram consigo muitas técnicas de mineração, pois tinham conhecimento prévio da extração e da transformação dos metais.

Os primeiros campos de garimpeiros eram improvisados e marcados pela precariedade. Um dos principais problemas era a ausência de lavouras e a escassez de alimentos, o que levou a muitas disputas por comida na região.

> “O desejo do ouro fácil se sobrepôs às necessidades mínimas de sobrevivência. Nos primeiros momentos, muitos aventureiros, mesmo trazendo consigo um saco repleto de pepitas de ouro, morreram de fome nas minas, porque não havia naquele sertão bravio nem plantações nem nenhum tipo de comércio de alimentos.”
>
> TOLEDO, Vera Vilhena de; GANCHO, Cândida Vilares. *O brilho dos metais*: mineração e metalurgia no Brasil. São Paulo: Moderna, 1997. p. 30 (Coleção Desafios)

Bravio: neste contexto, terreno não cultivado, coberto de vegetação rasteira; lugar agreste.

A Guerra dos Emboabas

A descoberta de metais preciosos nos sertões da colônia gerou conflitos entre os grupos que se dirigiram para as principais áreas de mineração no final do século XVII e início do século XVIII. Os paulistas, descobridores das primeiras jazidas, acreditavam que deveriam ter privilégios na exploração do ouro. Por isso opunham-se à presença de portugueses e colonos vindos de outras capitanias, aos quais chamavam pejorativamente de **emboabas**. Em abril de 1700, os paulistas encaminharam uma petição à Câmara da Vila de São Paulo solicitando que as lavras fossem concedidas apenas aos habitantes da capitania de São Vicente. A recusa do governo, porém, deu início a um confronto direto entre paulistas e emboabas pela posse das áreas de mineração entre 1708 e 1709.

Após alguns conflitos, os emboabas saíram vitoriosos e expulsaram os paulistas da região. Com o intuito de pacificar as áreas mineradoras e abrandar o descontentamento dos paulistas, a Coroa portuguesa criou a **capitania de São Paulo e Minas do Ouro**, em 1709, e estabeleceu regras para a concessão de terras entre paulistas e emboabas nos locais da mineração. Após os conflitos, muitos paulistas migraram para outras regiões e continuaram a buscar metais preciosos. Tal fato contribuiu para a abertura de novas frentes de colonização, especialmente no Centro-Oeste, onde foram encontradas algumas minas de ouro.

O abastecimento das áreas de mineração

Durante as primeiras décadas de exploração das minas, faltavam produtos básicos para a sobrevivência da população. O padre André João Antonil descreveu da seguinte maneira as dificuldades enfrentadas pelos primeiros mineradores:

> “Sendo a terra que dá ouro esterilíssima de tudo o que se há mister para a vida humana, e não menos estéril a maior parte dos caminhos das minas, não se pode crer o que padeceram ao princípio os mineiros por falta de mantimentos, achando-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento.”
>
> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil* (1711). São Paulo: Nacional, 1967. p. 266-267.

Com o desenvolvimento da atividade mineradora, o abastecimento da região passou a ser realizado principalmente pelos tropeiros, que enfrentavam longas viagens e caminhos tortuosos para comercializar os mais variados produtos. No entanto, a procura por artigos de primeira necessidade era maior que a oferta e os preços eram bem mais elevados do que os praticados fora da área mineradora.

Tropeiro: na América portuguesa, condutor de tropas de mulas e gados que transportavam mercadorias.

A necessidade de abastecimento originou diversas rotas comerciais em direção às minas. Do Sul partiam tropas que comercializavam principalmente gado; do Nordeste e do Rio de Janeiro vinham alimentos, armas, tecidos e produtos de origem europeia; e de São Paulo, aguardente, rapadura e outros alimentos. A atividade mineradora contribuiu, desse modo, para a formação de um mercado interno na colônia, fomentando também o desenvolvimento das áreas abastecedoras.

Além do incremento das rotas comerciais, o problema da falta de alimentos foi sanado pelo aumento do cultivo de roças e pela diversificação das atividades econômicas na área mineradora, em especial da pecuária. Os próprios moradores aprenderam a fabricar alimentos que, com o tempo, tornaram-se característicos dessa região, como o queijo.

A Coroa portuguesa, interessada no controle e na fiscalização do escoamento do ouro, transformou alguns caminhos que levavam à região das minas em estradas reais, como o Caminho Velho, que ligava a área mineradora ao porto de Paraty, e o Caminho Novo, que ia até o Rio de Janeiro.

Comércio interno (século XVIII)

- Áreas de mineração (século XVIII)
- Diamantes
- Principais portos
- Caminhos terrestres
- Caminho Geral do Sertão: aguardente, rapadura, marmelada, alimentos
- Caminho Velho: diamante, ouro, escravos, ferramentas, roupas, importados
- Caminho Novo: diamante, ouro, escravos, ferramentas, roupas, importados
- Monções
- Mulas e charque
- Tabaco, aguardente, escravos
- Arroz, carne-seca, couro, jegues, coco
- Ouro, suprimentos
- Limites atuais do Brasil

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fontes: *IstoÉ Brasil. 500 anos:* atlas histórico. São Paulo: Três, 1998. p. 28; KEATING, Vallandro; MARANHÃO, Ricardo. *Caminhos da conquista:* a formação do espaço brasileiro. São Paulo: Terceiro Nome, 2008. p. 209.

FILIPE MATOS FRAZAO/SHUTTERSTOCK

Vista do centro histórico da cidade de Ouro Preto (MG). Foto de 2015. A cidade, que carrega as marcas de seu passado colonial, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1938. Em 1981, recebeu da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) o título de patrimônio mundial.

Você vai gostar de navegar

Cidades Históricas Brasileiras

www.cidadeshistoricas.art.br

Esse *site* convida o visitante a viajar pelo passado colonial e pelo presente majestoso das vilas e cidades mineiras. Apresenta a história dos mais importantes núcleos urbanos nascidos com a mineração e várias informações e imagens sobre o patrimônio histórico reunido nas cidades mineiras.

Arraiais, vilas e cidades

As funções dos arraiais, povoados, vilas e cidades da América portuguesa variaram de acordo com as atividades econômicas de cada região. Na área açucareira, que predominou na faixa litorânea da colônia, vilas e povoados atuavam como simples pontos de contato entre a administração portuguesa e o poder local dos latifundiários.

A ocupação do interior da colônia resultou, em grande parte, da expansão da pecuária. Aldeias e povoados surgiram nos caminhos dos tropeiros. Algumas vilas tornaram-se importantes por servirem de local para a realização de feiras nas quais se negociavam animais. Entre elas destacou-se a feira da atual cidade paulista de Sorocaba, sobretudo durante o século XVIII.

Diferentemente do que ocorria no Nordeste açucareiro, em que a população estava concentrada fundamentalmente no meio rural, os núcleos de povoamento da região das minas foram essencialmente urbanos. Esses núcleos foram estabelecidos a partir de arraiais formados em torno de capelas. Em geral, ocupavam o fundo dos vales, perto dos rios e das respectivas jazidas de ouro ou pedras preciosas.

Nos arraiais não existiam autoridades oficiais; portanto, era impraticável a cobrança de impostos sobre o ouro. A solução encontrada por Portugal foi elevar os núcleos mais estáveis à condição de vilas, nas quais eram instaladas instituições governamentais, como o Senado da Câmara, e um aparelho fiscal, que facilitava a fiscalização e a cobrança de taxas e impostos.

Entre 1711 e 1718, surgiram a Vila Real do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo (atual cidade de Mariana), Vila Rica (atual Ouro Preto), Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará (atual Sabará), São João del-Rei e muitas outras.

O Tratado de Madri

Em 1750, Portugal e Espanha assinaram um tratado com o objetivo de definir as fronteiras entre os domínios das duas Coroas na América. Reconhecendo que o Tratado de Tordesilhas havia sido desrespeitado, o Tratado de Madri considerou a posse efetiva do território e os acidentes geográficos para a delimitação das novas fronteiras americanas.

Nesse período, foi comum a criação de vilas, projetadas por engenheiros militares, a fim de atender a interesses estratégicos de defesa e manutenção do território. Como exemplo, podemos citar a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade (atual cidade de mesmo nome), em 1752, no oeste da recém-criada capitania do Mato Grosso. Com a fundação dessa vila, transformada em sede da capitania, a Coroa portuguesa pretendia povoar a região fronteiriça e assegurar o controle das minas de ouro descobertas em Cuiabá.

Pelo Tratado de Madri, a Coroa portuguesa comprometeu-se a ceder à Espanha a Colônia do Sacramento; em troca, receberia dos espanhóis a região correspondente aos Sete Povos das Missões. Essa troca de territórios causou sérios conflitos nas regiões afetadas, encontrando forte resistência de jesuítas e indígenas aldeados.

O período entre 1740 e 1760 foi o auge da produção aurífera, que passou a exaurir-se entre o final da década de 1780 e o início da década de 1790. O que restou da capitania foram os sertões mineiros, ou seja, a região que não era especializada em mineração. Nela combinaram-se a pecuária, os engenhos de açúcar, a produção de farinha e de cereais e as manufaturas, numa relação econômica fora do sistema de *plantation* e sem orientação para o mercado externo.

Fiscalização real

Desde a descoberta das primeiras jazidas de ouro, a metrópole tratou de controlar e regulamentar a atividade mineradora, seja na distribuição de datas, seja no tocante à arrecadação de tributos. Em 1702 foi criada a **Intendência das Minas**, diretamente vinculada a Lisboa, que respondia pelo policiamento da área de mineração e pela cobrança de tributos, além de funcionar como tribunal de primeira e última instâncias. O superintendente era sempre alguém ligado de forma direta à mineração e defensor dos interesses da Coroa.

Em 1720 foi criada a **capitania de Minas Gerais**, desligada da capitania de São Paulo. Com essa medida, somada à criação de novas vilas, a Coroa buscava organizar um aparelho fiscal eficiente e manter a lei e a ordem na área mineradora.

As formas de arrecadação dos tributos estabelecidas pela Coroa, por sua vez, variaram no decorrer do tempo. Uma das primeiras, a cobrança do **quinto**, consistia em repassar para a Coroa 20% sobre o total minerado de ouro e prata. Em 1725, começou a funcionar a primeira **casa de fundição** em Minas Gerais. Todo o ouro extraído deveria ser levado para essa casa, onde primeiro era separado o quinto que cabia à metrópole. O restante do ouro era fundido e transformado em barras, que recebiam o selo real, podendo assim ser negociado. A proibição da comercialização do ouro em pó ou em pepitas tornava mais eficiente o processo de controle e tributação do ouro, além de facilitar seu manejo, transporte e circulação. Apesar da proibição, os mineradores criaram diversos meios e caminhos para escapar do controle fiscal, como mostram os vários registros de circulação de ouro em pó, ou seja, não tributado, em várias partes da colônia.

Além do quinto, passou a existir o **sistema de capitação**, que consistiu na cobrança de um imposto por cabeça de escravo, produtivo ou não, maior de 12 anos. Os mineradores sem escravos também pagavam o imposto por cabeça – no caso, sobre si mesmos. Em 1750, o governo revogou a capitação e estabeleceu um mínimo de 100 arrobas anuais de ouro como direito real correspondente ao quinto sobre a extração aurífera. Caso não se atingisse a meta fixada, os moradores da capitania de Minas Gerais deveriam complementar com seus próprios recursos o que faltasse para a meta exigida. Essa lei era a chamada **derrama**.

ROMULO FIALDINI/TEMPO COMPOSTO - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO.

Barras de ouro quintadas, século XVIII. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro (RJ). O ouro em forma de pó ou de pepita era transformado em barras nas casas de fundição.

Você tem ideia de como era feita a fundição de ouro?

Data: nome dado às divisões de uma jazida de ouro no período colonial.

Nas casas de fundição, o ouro em pó e as pepitas eram aquecidos até se tornarem um metal líquido; após a fusão, que ocorria a aproximadamente 1.063 °C, o ouro líquido era despejado em moldes, que, quando resfriado, voltava ao seu estado sólido, adquirindo o formato do molde (barra). As barras quintadas eram compostas de ouro puro. O ouro em seu estado puro é muito frágil, fácil de riscar e quebrar; por isso, para a confecção de joias e outros produtos, é recomendável que o ouro seja fundido com outros metais (prata, cobre etc.), formando uma liga que proporcione cor (ouro branco, ouro vermelho) e resistência aos objetos confeccionados.

MARCOS ANDRÉ/OPÇÃO BRASIL IMAGENS

Fachada do Museu do Ouro de Sabará (MG). Foto de 2015. Esse prédio, construído em 1730, abrigou a Casa da Real Intendência e Fundição do Ouro de Sabará no período colonial e, em 1946, foi transformado em museu.

ACERVO MUSEU DO DIAMANTE - IBRAM/MINC, DIAMANTINA

Conjunto para medição do peso do ouro e do diamante (século XIX). Museu do Diamante. Diamantina (MG).

Exploração de diamantes

As primeiras descobertas de diamantes ocorreram na região do arraial do Tejuco, atual cidade de Diamantina, em Minas Gerais, no ano de 1729.

Para evitar o contrabando, em 1734 o governo metropolitano demarcou a área e criou o **Distrito Diamantino**, isolando-o do restante da capitania e submetendo-o a condições muito severas. Tejuco, sede administrativa do Distrito, permaneceu um simples arraial, no qual a população não gozava dos direitos civis garantidos aos habitantes das vilas. A mineração de ouro chegou a ser proibida na região, para não desviar a mão de obra da busca dos diamantes, e os mulatos e negros livres foram expulsos da comarca.

Inicialmente, a extração das pedras ocorria de maneira semelhante à do ouro, com a concessão de datas, a taxação sobre o montante de pedras extraídas (o quinto) e o uso de mão de obra escrava. Porém, a Coroa portuguesa suspendeu a mineração na região, entre 1734 e 1737, a fim de evitar que a intensa oferta de diamantes levasse à queda dos preços no mercado europeu.

A partir de 1740, o sistema foi substituído pelos **Contratos de Monopólio**, ou seja, concedeu-se o direito de exploração, por tempo determinado, a um único contratador, que deveria pagar uma taxa anual ao erário português. O contratador tinha plena autoridade sobre a região diamantífera e sua população, ficando subordinado apenas à Intendência dos Diamantes. O sistema vigorou até 1771, quando a Coroa criou a **Real Extração** e passou a controlar diretamente a atividade mineradora. A repressão, ainda mais severa, assegurou os lucros metropolitanos, numa fase em que os diamantes já começavam a escassear. Tais medidas, no entanto, não impediram a exploração ilegal de diamantes na colônia, como mostra o texto a seguir.

Erário: conjunto dos recursos financeiros públicos. Dinheiro e bens do Estado.

> “O extravio ocorria na esfera da produção das pedras [...]. Muito comumente, os escravos empregados na exploração eram implicados nesse delito, algumas vezes chegando-se a apurar que agiam a mando dos próprios senhores. Já o garimpeiro era um indivíduo marginal à sociedade [...] que fazia do garimpo clandestino seu principal modo de vida. [...] os contrabandistas faziam as conexões entre os extraviadores e o mercado consumidor de diamantes na Europa. [...] Para tentar evitar a produção e a comercialização ilegal das pedras, os contratos previam punição para os escravos fugidos e extraviadores; proibiam a residência nos limites da Demarcação Diamantina de pessoas sem cargo ou ocupação definida; estimulavam as denúncias recompensando os denunciantes; impunham a pena de despejo aos suspeitos etc.”

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 312. v. 1.

ANDRE DIB/ PULSAR IMAGENS

Vista do centro histórico da cidade de Diamantina (MG). Foto de 2015.

Trabalhando com fontes

Modo de minerar diamantes

João da Rocha Dantas e Mendonça foi nomeado intendente da Real Extração dos Diamantes de Tejuco em 1773. No ano seguinte, recebeu das autoridades metropolitanas a tarefa de promover um levantamento a respeito dos habitantes do Distrito Diamantino. A imagem abaixo, uma pintura em aquarela de autoria desconhecida, foi incluída no ofício que o intendente enviou a Portugal, no início de 1775, apresentando as informações que lhe haviam sido solicitadas.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, LISBOA

Modo de minerar para se tirarem diamantes (c. 1775), pintura de autoria desconhecida. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

Questões **Registre as respostas em seu caderno.**

1. Identifique o tipo de documento e o contexto de sua produção.
2. Observe a imagem e responda.
   a) Que local foi representado na imagem? Quais construções e equipamentos você consegue identificar? Reflita a respeito da utilidade de cada um deles.
   b) Quem são as personagens presentes na cena? Quais ações elas executam?
   c) Que alterações ambientais é possível perceber na paisagem representada?
3. Qual a finalidade da produção desse documento? Elabore uma hipótese para responder a essa questão.

A sociedade mineira

Os povoados surgiram e cresceram em uma velocidade espantosa nas áreas de mineração. A sociedade que se formou desse crescimento acelerado possuía características muito diferentes das que existiam anteriormente na América portuguesa.

Nos núcleos urbanos, havia grande número de artesãos, profissionais liberais e funcionários da Coroa, escravos e ex-escravos, o que os tornava socialmente mais diversificados que os do Nordeste açucareiro. Além disso, a sociedade mineira caracterizou-se por uma maior mobilidade social se comparada aos demais núcleos de povoamento, sobretudo em relação à população escrava, como explicado no texto a seguir.

> "A sociedade mineira setecentista engendrou uma cultura particular no mundo moderno [...]. O ouro gerou nas Gerais uma dinâmica de intensidade desconhecida até mesmo nos demais domínios coloniais. A rapidez com que as jazidas foram descobertas e abandonadas, a concentração de riquezas nas mãos de comerciantes e a dívida generalizada coexistiam com certa mobilidade e autonomia da população escrava; ademais, as estratégias de sobrevivência adotadas por negros, pardos, cativos e forros, forjavam um contexto de fluidez e transformação. [...] Os cativos e forros buscaram, muitas vezes, formas particulares de 'ascensão', mediante alforrias, quartações, empréstimos, escritos e outros métodos aptos a simbolizar a identidade."
>
> SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto*. Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997. p. 185.

Alforria: operação pela qual um escravo tornava-se um indivíduo livre. A alforria podia ser concedida pelo senhor ou obtida por meio da compra.

Quartação: ou coartação, forma de compra da alforria, por meio de pagamento parcelado.

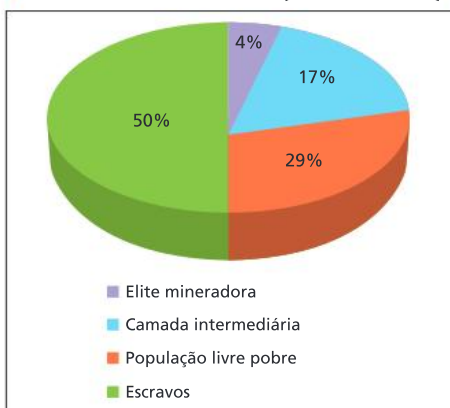
A possibilidade da conquista da alforria contribuiu para ampliar a complexidade da sociedade mineira, como veremos adiante.

Elite mineradora

Os **proprietários de grandes lavras** constituíam um grupo social privilegiado na região. Esse pequeno grupo possuía amplo poder econômico, influência política e muitos escravos, que eram contados na hora de arrematar as lavras.

Os **altos funcionários** da Coroa também participavam dessa elite. Em geral, eram portugueses enviados para ocupar cargos importantes, como o de superintendente e o de governador. Muitas vezes, os portugueses também vinham ao Brasil como **contratadores**, homens de negócio que obtinham da Coroa, por meio de leilão, o direito de cobrar as taxas reais.

Os **grandes comerciantes**, por sua vez, beneficiavam-se do monopólio comercial de alguns artigos nas regiões mineradoras. Em muitos casos, o comércio era muito mais rentável do que a exploração mineral.

A sociedade mineira (século XVIII)

Fonte: SOUZA, Laura de Mello e. *Opulência e miséria das Minas Gerais.* 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 44-74. (Coleção Tudo é história)

A camada intermediária e a população livre pobre

Na sociedade mineira, a **camada intermediária** da população era formada por um grupo heterogêneo, que reunia artesãos, alfaiates, sapateiros, carpinteiros, barbeiros, artistas, pequenos comerciantes e pequenos mineradores que sobreviviam com dificuldades.

Além disso, havia muitas **pessoas livres pobres**, que realizavam trabalhos ocasionais e de ganhos incertos, atividades que não poderiam ser realizadas pelos escravos, ou mesmo que permaneciam desocupadas, vivendo precariamente. Esse grupo era formado principalmente por escravos libertos, mestiços, indígenas aculturados e alguns brancos pobres, pessoas que, no contexto da sociedade mineira, foram consideradas "desclassificadas".

Escravos africanos

Os **escravos africanos** compunham a maior parte da sociedade das Minas Gerais. Eles eram submetidos ao árduo trabalho nas grandes lavras ou trabalhavam para um faiscador no leito dos rios. As doenças causadas pelas condições de trabalho, além dos castigos físicos e outras formas de punição, tornavam as mortes comuns. A vida útil de um escravo que trabalhava nas minas variava entre 7 e 12 anos.

Nos centros urbanos, existiam os escravos domésticos, os de ganho e os de aluguel.

Os **escravos domésticos** realizavam atividades relacionadas à manutenção das residências dos senhores, como cozinhar, lavar, cuidar das crianças, entre outras tarefas.

Os **escravos de ganho** trabalhavam em diversas funções remuneradas: transportadores de cargas e de pessoas, vendedores ambulantes, barbeiros, curandeiros, prostitutas,"negras de tabuleiros" que vendiam doces e quitutes, entre outras atividades. Parte do dinheiro obtido nesses serviços era repassada aos senhores, e o restante era guardado pelos escravos para os seus gastos com alimentação, vestuário, compra de ferramentas e, eventualmente, para a obtenção da alforria.

CARLOS JULIÃO - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Detalhe de pintura de Carlos Julião que mostra escrava de ganho vendendo frutas (século XVIII). Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

Os **escravos de aluguel**, por sua vez, eram alugados a terceiros para o desempenho das mais variadas tarefas, estando sujeitos a duros castigos e torturas.

Gritos para a liberdade

Os negros cativos não se mostraram indiferentes ou submissos à escravidão. Ao contrário, desenvolveram as mais diversas formas de resistência ao cativeiro.

A resistência negra traduziu-se em rebeliões, violência contra os senhores ou seus representantes (capatazes e feitores), pouco empenho no trabalho, formação de quilombos, práticas religiosas de origem africana, abortos, suicídios, participação em irmandades leigas, "acordos" entre cativos e senhores para a compra da liberdade e, até mesmo, relacionamentos amorosos. Todas essas práticas eram estratégias para uma vida menos penosa.

No final do livro, na seção Técnicas de trabalho, há orientações para análise de filmes.

Você vai gostar de assistir

Chico rei

Direção: Walter Lima Jr. Brasil, 1985. 115 min

O filme conta a história de Calanga, rei do Congo, que, no século XVIII, foi aprisionado e trazido ao Brasil na condição de escravo. Levado para trabalhar nas minas de ouro de Vila Rica, conseguiu comprar a alforria e tornar-se proprietário de uma mina aurífera.

Quilombos em Minas Gerais

Calcula-se que, entre 1710 e 1798, tenham existido cerca de 120 quilombos na região de Minas Gerais. Nessas comunidades, os quilombolas plantavam, teciam roupas e produziam utensílios e armas de metal. Os quilombos mineiros ficavam próximos às vilas e aos arraiais e participavam de uma complexa rede comercial clandestina, envolvendo alimentos, ferramentas e mesmo o contrabando de ouro e pedras preciosas. Escravos, forros e comerciantes da vizinhança também participavam dessa rede comercial. As alianças construídas pelos quilombolas eram vistas como uma ameaça pelas autoridades coloniais.

Para saber mais sobre os quilombos mineiros, recomendamos a leitura de GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os pântanos*: mocambos, quilombos e comunidades de fugidos no Brasil (séculos XVII-XIX). São Paulo: Editora Unesp Polis, 2005; em especial as páginas 368 a 395.

Religiosidade popular na colônia

Sincretismo: fusão de elementos de diferentes crenças.

Padroeiro: santo ao qual se tem devoção, considerado protetor ou intercessor junto a Deus.

A expulsão das ordens religiosas está diretamente relacionada às preocupações da Coroa portuguesa com a participação delas em disputas administrativas na região aurífera.

A religião e a religiosidade no Brasil colonial foram bastante diferentes daquelas que existiram na Europa. Apesar das proibições impostas pela Igreja Católica, a presença de elementos indígenas e africanos fez surgir na América portuguesa uma religiosidade muito particular, marcada pelo sincretismo. Proibidos de exercer suas crenças, esses povos passaram a associar seus ritos e suas divindades tradicionais a ritos e santos católicos. Além disso, a circulação de pessoas por diversos credos era comum: católicos procuravam as benzedeiras e os calundus para espantar o mal e curar seus doentes, assim como adeptos dos calundus rezavam para os santos católicos e respeitavam alguns sacramentos da Igreja Católica.

Uma das principais formas de manifestação do catolicismo popular foi a ação das **irmandades leigas**, associações de caráter católico e urbano que surgiram na Europa medieval e chegaram ao Brasil com a colonização. Essas irmandades assumiram um papel de destaque na sociedade de Minas Gerais, principalmente no século XVIII, quando da expulsão das ordens religiosas de todas as vilas mineiras pela Coroa portuguesa.

As irmandades organizavam festas de devoção ao santo padroeiro, financiavam e organizavam atividades religiosas e promoviam ações de assistência social, fornecendo auxílio aos associados e seus familiares. Em síntese, elas se configuraram como espaços de sociabilidade e visibilidade social.

Na colônia foram criadas irmandades de diferentes grupos sociais: das elites brancas; de negros, escravos ou libertos; dos setores médios da sociedade etc. Por meio das irmandades, as elites, por exemplo, financiaram a instalação e manutenção das Santas Casas de Misericórdia em diversas cidades da colônia. Entre os negros, por sua vez, destacou-se a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, santa padroeira dos escravos homenageada em festas e procissões nas quais se misturavam símbolos do catolicismo com tradições africanas. Essas festas, conhecidas como **congadas**, eram marcadas por músicas, danças e pela coroação simbólica de reis e rainhas da África.

As congadas possuíam significados diferentes para negros e para senhores de origem portuguesa. Para os negros, a festa remetia às lideranças africanas e seus rituais de fidelidade. Os senhores, por sua vez, associavam a cerimônia à expansão do catolicismo pelo Império Português, em especial pelo reino africano do Congo.

MARCOS AMEND/PULSAR IMAGENS

Desfile do Congado de Santa Efigênia em Ouro Preto (MG). Foto de 2015. As congadas, criadas pelos africanos no Brasil, contribuíram para a formação de laços de solidariedade entre negros libertos e escravizados. Realizadas até hoje, as congadas fazem parte da tradição cultural afro-brasileira.

O Barroco foi um dos principais estilos artísticos desenvolvidos durante o período colonial. O estudo deste tema permite a realização de um trabalho interdisciplinar com a Arte.

O Barroco mineiro

As irmandades leigas foram responsáveis pela construção, reforma e decoração de inúmeras capelas e igrejas que homenageavam os santos de devoção dos confrades. Ao contratar artistas brasileiros para esses trabalhos, as irmandades tornaram-se indiretamente responsáveis pelo desenvolvimento de estilos artísticos no Brasil, e o principal deles foi o **Barroco mineiro**.

O Barroco, movimento cultural e artístico que surgiu na Europa no final do século XVI, espalhou-se pela América com a colonização ibérica. A arte barroca, fortemente ligada ao catolicismo, priorizava as emoções e os sentidos humanos, o que deu origem a obras grandiosas, caracterizadas principalmente pelas formas curvas, expressões faciais marcadas e pela profusão de detalhes. O Barroco mineiro, no entanto, adquiriu características próprias, que o diferenciavam do Barroco europeu e do desenvolvido no Nordeste brasileiro.

Nas igrejas mineiras, decoradas com bastante requinte, os artistas criaram um ambiente de reclusão, em que o dourado, típico do Barroco europeu, misturava-se a cores vivas e alegres, produzindo pinturas alegóricas e multicoloridas. Além disso, em vez das pedras trazidas de Portugal, a pedra-sabão, abundante na região de Minas Gerais, tornou-se a matéria-prima básica das esculturas e dos medalhões das portadas (fachada principal) das igrejas.

Esse estilo atingiu o auge com as igrejas e esculturas de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e as pinturas de Manuel da Costa Ataíde, o Mestre Ataíde.

Aleijadinho produziu centenas de esculturas em madeira e pedra-sabão, além de ter projetado e executado inúmeros edifícios. Em 1796, iniciou uma de suas mais famosas criações: o conjunto de esculturas para o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas.

Mestre Ataíde, conhecido por suas pinturas no teto das igrejas, misturava o estilo Barroco com a técnica da perspectiva, criando a impressão de profundidade. Além disso, pintava figuras de anjos e santos com traços mestiços. Juntos, Aleijadinho e Mestre Ataíde produziram uma das principais obras do Barroco mineiro, a Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto.

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

Escultura de Aleijadinho representando o profeta Daniel (c. 1800). Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas (MG). Foto de 2013.Tombado pelo Iphan em 1939, esse santuário recebeu da Unesco, em 1985, o título de patrimônio da humanidade.

FABIO PARADISE/PULSAR IMAGENS

Assunção da Virgem (1801-1807), pintura de Mestre Ataíde que decora o teto da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto (MG). Foto de 2002.

Que características do Barroco podem ser percebidas nesta pintura?

CONECTANDO COM A ARTE

Como características gerais do Barroco podemos citar a temática religiosa, as expressões faciais das personagens – aludindo a sentimentos humanos –, as formas curvas e os muitos detalhes presentes na pintura. Como característica específica do Barroco mineiro, percebemos o uso de cores vivas, como o vermelho e o azul, misturadas ao dourado. Como características específicas do trabalho de Mestre Ataíde, destacam-se o uso da perspectiva, para dar profundidade à cena, e as feições mestiças das personagens.

A Conjuração Mineira e a Conjuração Baiana serão trabalhadas no capítulo 9, “A independência do Brasil e o Primeiro Reinado”.

Vassalos rebeldes

No decorrer dos séculos XVII e XVIII, a história da América portuguesa registrou muitos motins, conspirações, revoltas e rebeliões. Alguns contestavam determinados aspectos da política metropolitana, sendo classificados como movimentos regionais. Esses movimentos não tinham caráter separatista, isto é, não desejavam o rompimento definitivo com a metrópole. Outros, porém, assumiram nitidamente esse caráter, buscando a independência das respectivas regiões.

Entre os movimentos regionais contestatórios, destacaram-se a **Revolta de Beckman** (1684), a **Guerra dos Mascates** (1710-1711) e a **Revolta de Vila Rica** (1720). Já entre os movimentos de caráter separatista, cabe mencionar a **Conjuração Mineira** (1789) e a **Conjuração Baiana** (1798).

Neste capítulo, estudaremos apenas as revoltas mais antigas, que contestavam as políticas metropolitanas sem reivindicar a separação de Portugal.

Revolta de Beckman

No Estado do Maranhão e Grão-Pará, a oferta de mão de obra escrava africana era pequena, principalmente por causa da falta de recursos dos colonos para adquiri-los e da longa distância dos portos fornecedores. Por isso os colonos passaram a recorrer à escravização dos indígenas, o que provocou uma série de ataques às missões jesuíticas da região.

Para resolver o problema do abastecimento regional e acabar com os conflitos entre colonos e jesuítas, a Coroa criou a **Companhia Geral de Comércio do Maranhão**. Entre outras atribuições, a Companhia deveria fornecer cerca de 500 escravos negros por ano, abastecer a região de gêneros alimentícios, tecidos e outros artigos, e adquirir e exportar produtos locais, como açúcar, cacau, tabaco e couro.

Por possuir o monopólio do comércio, a Companhia obrigava os produtores a vender seus produtos a preços muito baixos, ao mesmo tempo que negociava as mercadorias que trazia por valores bem acima da média. A adoção dessas práticas e a falta do cumprimento do contrato estabelecido entre a Companhia e a população local acabaram provocando o início do movimento rebelde.

Em fevereiro de 1684, moradores da região de São Luís, sob a chefia dos irmãos Manuel e Tomás Beckman, tomaram os depósitos da Companhia e o governo local. Reunidos na Câmara Municipal, os revoltosos decidiram abolir o monopólio da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e compor um governo provisório.

Para resolver a situação, a Coroa anulou os privilégios da Companhia e nomeou um novo governador para o Maranhão. Em maio de 1685, quando o novo representante do rei chegou a São Luís, determinou a dissolução do governo provisório, prendeu os principais líderes e executou Manuel Beckman e Jorge Sampaio. Tomás Beckman e os demais foram condenados à prisão ou ao degredo, sendo alguns deles perdoados. Os monopólios e as taxas até então abolidos pelo governo provisório foram restabelecidos.

ANTÔNIO PARREIRAS - MUSEU ANTÔNIO PARREIRAS, NITERÓI

Beckman no sertão do Alto do Mearim (c. final do século XIX-século XX), pintura de Antônio Parreiras. Museu Antônio Parreiras, Niterói (RJ).

HENRY CHAMBERLAIN - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

O mascate com seus escravos (século XIX), gravura de Henry Chamberlain. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ). Diferentemente dos grandes comerciantes do Recife envolvidos no conflito com a elite olindense, os mascates eram responsáveis pelo pequeno comércio ambulante. Note que, em suas atividades, os mascates também utilizavam mão de obra escrava.

Guerra dos Mascates

A Guerra dos Mascates foi motivada por disputas econômicas e políticas entre as elites de Olinda e do Recife, que remontam ao século XVII.

Durante o período em que os holandeses permaneceram em Pernambuco (1630-1654), o Recife tornou-se a sede da administração holandesa, recebendo diversas melhorias e investimentos urbanos. Logo após a expulsão dos holandeses, muitos comerciantes portugueses, os mascates, estabeleceram-se no Recife. Além do comércio regional, esses comerciantes abasteciam a região das minas com tecido e gado, trazendo prosperidade ao local.

Em compensação, Olinda, a antiga sede da capitania, passou a sofrer os efeitos da queda do preço do açúcar nos mercados europeus, sobretudo por causa da concorrência com o açúcar holandês produzido nas Antilhas. Para manter a produção, os senhores de engenho olindenses foram obrigados a contrair empréstimos com os comerciantes do Recife.

A rivalidade entre as duas localidades se agravou após a elevação do Recife à categoria de vila, em 1709. Dessa forma, os moradores do Recife passariam a ter os mesmos direitos políticos dos olindenses. Tal medida desagradou aos senhores de engenho de Olinda, que, além de estarem endividados com os comerciantes do Recife, perderiam parte de seu poder. O confronto entre as duas vilas teve início em novembro de 1710, com a invasão do Recife pelos olindenses.

Em junho de 1711, porém, os comerciantes do Recife, com o apoio de autoridades de outras capitanias, retomaram o controle da vila. O conflito terminou em outubro desse mesmo ano, com a vitória dos recifenses. A metrópole ordenou a prisão de mais de cem integrantes da aristocracia olindense responsabilizados pelo conflito, e alguns líderes chegaram a ser degredados para a Índia.

Mascates

Mascate é o termo utilizado para designar o comerciante ambulante que circulava vendendo suas mercadorias. Os comerciantes do Recife envolvidos no conflito com os senhores de engenho de Olinda não eram propriamente mascates, mas grandes comerciantes, muito bem estabelecidos.

Durante o século XVIII, esse conflito ficou conhecido como "sedição" ou "alterações de Pernambuco". O nome "Guerra dos Mascates" passou a ser utilizado para referir-se ao conflito apenas no século XIX, com a publicação do romance *Guerra dos Mascates* (1871-1873), de José de Alencar.

José de Alencar: um dos principais escritores da literatura brasileira. Lembrado, atualmente, sobretudo por seus romances indigenistas, produziu também uma série de romances históricos, para os quais realizou diversas pesquisas, estudando obras de cronistas e historiadores.

Revolta de Vila Rica

As leis estabelecidas pela Coroa portuguesa para controlar a produção aurífera não eram bem recebidas na colônia, gerando, por vezes, revoltas contra o governo. Um dos principais movimentos ocorreu em 1720 e ficou conhecido como **Revolta de Vila Rica**, ou **Revolta de Filipe dos Santos**, um pequeno comerciante que vivia na região. Liderados por portugueses que sentiam a perda de seu poder político e econômico, os manifestantes tomaram uma parte de Vila Rica e elaboraram um documento no qual denunciavam os funcionários do reino que atuavam nas Minas Gerais como corruptos. Eles também protestavam contra a instauração das casas de fundição.

Para ganhar tempo e conter temporariamente as multidões revoltadas, o conde de Assumar, governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, fingiu concordar com as exigências, enquanto organizava suas tropas para combater o movimento. Refugiado em uma cidade vizinha, reuniu cerca de 1.500 homens seguiu para Vila Rica e prendeu seus integrantes. Apesar de ter desempenhado um papel de menor destaque, Filipe dos Santos foi considerado o principal líder da revolta pelo governo e, por isso, condenado à morte e ao esquartejamento. O texto a seguir, escrito pela historiadora Cláudia Damasceno Fonseca, analisa a postura do conde de Assumar diante da revolta.

> “Assumar reprimiu duramente a revolta: segundo a tradição, ele teria mandado incendiar o morro onde se situavam a casa e as minas de Pascoal da Silva Guimarães [antigo superintendente das minas de Ouro Preto e um dos principais líderes da revolta]. No entanto, a pena capital não foi aplicada contra este nem contra os outros poderosos que chefiaram a rebelião, incidindo apenas sobre Filipe dos Santos, um modesto comerciante cujo papel na rebelião tinha sido secundário. [...]
>
> Segundo Assumar, a causa das insurreições frequentes nas minas estaria ligada não apenas às origens humildes e às ambições desmedidas de todos os mineiros, mas também ao clima instável, ao relevo montanhoso [...] que favoreciam ‘a inquietação dos espíritos’.
>
> Contudo, a história iria provar que a paisagem montanhosa e nevoenta das Minas Gerais nada tinha a ver com os frequentes motins. A instalação do aparelho judiciário e militar levado a cabo pelos governadores seguintes, bem como a implementação de uma política de conciliação entre os interesses régios e o interesse dos povos, tornaram possível o apaziguamento dos ânimos dos mineiros.”
>
> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d´el rei*: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 165-166.

Após esta revolta, Vila Rica foi transformada em sede administrativa da capitania de Minas Gerais.

MUSEU ANTÔNIO PARREIRAS, NITERÓI

O julgamento de Filipe dos Santos (1923), pintura de Antônio Parreiras. Museu Antônio Parreiras, Niterói (RJ).

ISMAR INGBER/PULSAR IMAGENS

Fachada do antigo Paço dos Vice-Reis, atual Centro Cultural Paço Imperial, Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2015. Inaugurada em 1743, essa construção serviu de residência e local de despacho dos governadores da capitania. Com a transferência da capital para a cidade do Rio de Janeiro, o local tornou-se o Paço dos Vice-Reis. Posteriormente, funcionou como Paço Real (1808), Paço Imperial (1822) e hoje abriga um centro de exposições e eventos, além de uma biblioteca.

Em 1938, o Paço Imperial foi tombado pelo Iphan.

Rio de Janeiro, capital do Brasil

Durante os séculos XVI e XVII, quando a produção açucareira do Nordeste movimentava a economia na América portuguesa, a interação entre as capitanias era muito pequena. O foco da metrópole eram as áreas litorâneas do Nordeste, e a ligação entre a América portuguesa e a Europa se dava pelo porto de Salvador, local onde se estruturou a organização política e administrativa da colônia.

A exploração de ouro e diamantes na região das minas, contudo, transformou esse cenário, ampliando a comunicação entre as capitanias ao dinamizar a circulação de mercadorias entre o norte e o sul da colônia. A necessidade de abastecer as áreas mineradoras, nas quais crescia a vida urbana, estimulou a produção de artigos de subsistência e de mercadorias que, em parte, eram produzidos na região das minas e também comprados da metrópole e de outros lugares da colônia.

Os caminhos que levavam às áreas mineradoras passavam por São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse contexto, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se um polo de trocas comerciais, ligando as diversas regiões da colônia, assim como a América portuguesa e a Europa. No porto da cidade ocorriam, por exemplo, o escoamento do ouro para a Europa e o recebimento de mercadorias estrangeiras que depois eram transportadas para outras capitanias. Em 1763, a metrópole transferiu a capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, em razão da localização estratégica da cidade. Desse modo, o Rio de Janeiro tornou-se o centro urbano mais importante da colônia e assumiu definitivamente o papel de principal articulador das relações entre as capitanias.

O texto a seguir analisa a trajetória da cidade do Rio de Janeiro, desde sua fundação até se tornar capital da colônia.

> “O Rio já nasceu cidade e sede de capitania, mesmo sendo apenas um micropovoado. [...] Com o tempo, a cidade de papel se transformou em cidade real, com poder político, econômico e densidade urbana suficientes para abrigar a sede do bispado (1676). Seu porto virou escoadouro das riquezas do antigo território sul, principalmente das Minas Gerais. [...] Anos depois, o Rio tornou-se também sede do segundo Tribunal da Relação do Brasil (1752), órgão judiciário, e das forças militares responsáveis pela segurança, pelo combate aos invasores estrangeiros e defesa da costa, de Porto Seguro ao extremo sul.
>
> Daí a virar capital do Brasil foi um pulo. Por simples ato real de nomeação do vice-rei conde da Cunha, em 27 de junho de 1763, o Rio roubava de Salvador o papel que lhe coube por mais de 200 anos.”

CAVALCANTI, Nireu. Cidades aos pedaços. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, jan. 2008. Disponível em <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/cidade-aos-pedacos>. Acesso em 28 fev. 2016.

Atividades

Registre as respostas em seu caderno.

Explorando o conhecimento

1. As afirmativas a seguir referem-se ao início da atividade mineradora no Brasil. Analise-as e, em seu caderno, classifique-as como verdadeiras ou falsas.

a) As primeiras jazidas auríferas foram descobertas por bandeirantes paulistas, na década de 1690, na região do Rio das Velhas.

b) Os bandeirantes paulistas fixaram-se na região de Vila Rica, pondo fim às bandeiras de prospecção no interior da América portuguesa.

c) A descoberta de ouro atraiu milhares de pessoas para a região das minas, dando origem ao primeiro surto urbano do território brasileiro.

d) Após a Guerra dos Emboabas, os paulistas conquistaram a exclusividade das lavras de ouro. Já os portugueses e colonos de outras capitanias foram expulsos da região mineradora.

e) Os africanos escravizados foram fundamentais para o desenvolvimento da atividade mineradora, pois tinham conhecimentos prévios das técnicas de mineração e de fundição dos metais.

2. Em relação à taxação imposta pela Coroa portuguesa à atividade mineradora, defina os seguintes termos:

a) quinto;

b) capitação;

c) derrama;

d) contratos de monopólio.

3. Em linhas gerais, quais foram os impactos da descoberta de ouro na América portuguesa?

4. Seguindo este modelo, elabore em seu caderno um quadro explicativo sobre os movimentos regionais contestatórios do período colonial.

Nome do movimento	Onde e quando ocorreu	Motivação	Resultado

MODELO

Pensando criticamente

5. Analise o mapa “Bandeiras dos séculos XVII e XVIII”, na página 61, e faça o que se pede.

a) Identifique as áreas atingidas pelas bandeiras de prospecção.

b) Com base no mapa, explique a importância das bandeiras para a configuração territorial da América portuguesa.

6. Leia o texto e responda às questões.

> “O processo colonizador para Minas Gerais teve na urbanização um de seus traços característicos mais expressivos. Aliás, para o caso mineiro, esses dois elementos se tornaram indissociáveis. É impossível entender o processo de urbanização da área mineradora colonial sem a sua estreita vinculação com uma variada gama de atividades produtivas, administrativas e culturais, na medida em que a exploração aurífera por si não englobava toda a realidade.”

BOSCHI, Caio C. *O Barroco mineiro:* artes e trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 9. (Coleção Tudo é história)

a) Segundo o texto, qual a relação entre a colonização e a urbanização da região mineradora?

b) Comente a importância da fundação de vilas e cidades na região mineradora para a Coroa portuguesa.

c) Diferencie os núcleos de povoamento da região de Minas Gerais dos núcleos de povoamento do Nordeste açucareiro.

7. Analise esta tabela.

A produção aurífera na América portuguesa

Período	Produção (kg)
1700-1710	5.880
1711-1720	13.000
1721-1729	16.100
1730-1739	23.137
1740-1749	28.959
1750-1759	28.376
1760-1769	20.258
1770-1779	16.897
1780-1789	11.195
1790-1799	8.909

Fonte: PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português.* 2. ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 114.

a) Qual foi o período de maior produção aurífera na América portuguesa?

b) Quando a produção começou a diminuir?

c) Utilizando os dados da tabela, construa em seu caderno um gráfico que represente a evolução da produção aurífera ao longo do século XVIII.

8. Leia o texto e responda às questões.

"Durante todo o século XVIII, o trabalho do escravo africano foi a principal força nessa atividade [mineradora] e a compra desses escravos pelos mineiros levou em consideração seu saber técnico nos assuntos de mineração e pequena fundição, notadamente os da Costa da Mina. Saber esse que foi assimilado pelos senhores de escravos e repassado a cativos de outras regiões africanas, contribuindo para que os [escravos] Mina deixassem de ser maioria entre a escravaria a partir do ano de 1740. A ampla difusão do conhecimento escravo em complemento à experiência lusa-reinol com o aprimoramento das técnicas extrativas favoreceu o desenvolvimento da economia da capitania mineira como maior produtora de diamantes e ouro na centúria de 1700."

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Técnicas de trabalho nos serviços diamantíferos e sociabilidade na demarcação diamantina. *Anais da VI Jornada Setecentista*. Curitiba, 2005, p. 538. v. 1.

a) Segundo o texto, por que os escravos originários da Costa da Mina foram preferidos para a atividade mineradora?

b) O fato de os escravos Mina terem deixado de ser maioria a partir de 1740 significou a diminuição da utilização de mão de obra escrava na mineração? Justifique.

c) Atualmente, quem são os trabalhadores empregados na mineração? Quais são as condições de trabalho dessas pessoas?

9. Leia o texto e responda às questões.

"A camada dos desclassificados ocupou todo o 'vácuo imenso' que se abriu entre os extremos da escala social [...]. Ao contrário dos senhores e dos escravos, essa camada não possui estrutura social configurada, caracterizando-se pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico, incerto e aleatório. Ocupou as funções que o escravo não podia desempenhar, ou por ser antieconômico desviar mão de obra da produção, ou por colocar em risco a condição servil: funções de supervisão (feitor), de defesa e policiamento (capitão do mato, milícias e ordenanças), e funções complementares à produção (desmatamento, preparo do solo para o plantio)."

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro:* a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 63.

a) Segundo a autora, quais eram os extremos da escala social na América portuguesa?

b) O que caracteriza a "camada dos desclassificados"?

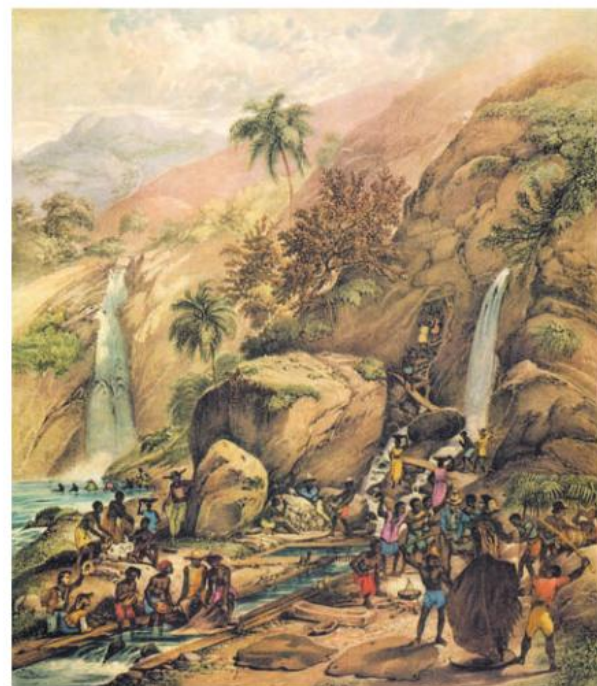
c) Valendo-se do que você estudou neste capítulo, explique por que podemos afirmar que a sociedade mineradora era caracterizada pela desigualdade social.

d) Atualmente, podemos dizer que o Brasil é um país socialmente desigual? Discuta essa questão com os colegas.

10. É possível afirmar que os cativos aceitaram passivamente a escravidão? Justifique.

11. Relacione a arte barroca à religiosidade da sociedade mineradora.

12. Observe atentamente a imagem e, em seguida, faça o que se pede.

JOHANN MORITZ RUGENDAS - BIBLIOTECA MUNICIPAL MÁRIO DE ANDRADE, SÃO PAULO

Lavagem do mineral de ouro, perto da montanha de Itacolomi (século XIX), gravura de Johann Moritz Rugendas. Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo (SP).

a) Identifique na gravura os instrumentos, a mão de obra e a técnica de extração de ouro representados.

b) Com base na observação da imagem, reflita sobre os riscos à saúde e à segurança que o trabalho nos garimpos poderia trazer aos trabalhadores daquela época.

Investigando

13. As congadas, criadas pelos negros escravizados durante o período colonial, continuam fortemente presentes em muitas comunidades e fazem parte da tradição cultural afro-brasileira. Em duplas, levantem outros exemplos de expressão da cultura afro-brasileira. Escolham uma dessas manifestações culturais e pesquisem suas origens, características e os locais onde ocorrem na atualidade. Montem um painel com o resultado da pesquisa e apresentem aos colegas.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

A questão selecionada envolve o domínio da leitura (**Eixo cognitivo I** da matriz de referência do Enem: dominar linguagens) e de conhecimentos sobre os processos culturais envolvidos no translado das populações africanas para a América do Sul, na condição de escravos (**Eixo cognitivo II**: compreender fenômenos). A questão também está associada às habilidades **H3** (associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos) e **H5** (identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades).

Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

A questão a seguir discute a formação da cultura afro-brasileira.

(ENEM-MEC/2013)

> "A recuperação da herança cultural africana deve levar em conta o que é próprio do processo cultural: seu movimento, pluralidade e complexidade. Não se trata, portanto, do resgate ingênuo do passado nem do seu cultivo nostálgico, mas de procurar perceber o próprio rosto cultural brasileiro. O que se quer é captar seu movimento para melhor compreendê-lo historicamente."
>
> MINAS GERAIS. *Cadernos do Arquivo 1*: Escravidão em Minas Gerais. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1988.

Com base no texto, a análise de manifestações culturais de origem africana, como a capoeira ou o candomblé, deve considerar que elas

a) permanecem como reprodução dos valores e costumes africanos.

b) perderam a relação com o seu passado histórico.

c) derivam da interação entre valores africanos e a experiência histórica brasileira.

d) contribuem para o distanciamento cultural entre negros e brancos no Brasil atual.

e) demonstram a maior complexidade cultural dos africanos em relação aos europeus.

Analisando

Calcula-se que mais de 4 milhões de pessoas desembarcaram no Brasil como escravos, entre os séculos XVI e XIX, originários de vastas regiões da África Ocidental e Subsaariana, do litoral do Oceano Atlântico e do Oceano Índico. Essas pessoas pertenciam a etnias diversas, falavam línguas diferentes e praticavam religiões distintas. Ao serem escravizadas, sofreram várias rupturas: com a terra natal, com os laços familiares, com o universo cultural de origem.

Chegando à América portuguesa, os cativos eram batizados, recebiam um nome cristão, tinham que aprender o português e conviver com pessoas de culturas diferentes da sua, como os portugueses e os indígenas. Mas, nesse longo e sofrido percurso, suas identidades, tanto pessoais quanto culturais, não foram apagadas. Novos laços de solidariedade foram estabelecidos, permitindo-lhes garantir a sobrevivência e minimizar as duras condições da escravidão. Como exemplo podemos citar a formação de novos grupos familiares, a prática clandestina de rituais religiosos de origem africana ou a fusão de suas crenças com elementos do catolicismo, a prática dos batuques e da capoeira.

Essas práticas de sociabilidade ajudaram a formar o que hoje denominamos "cultura afro-brasileira". Trata-se, portanto, de um processo cultural dinâmico, complexo e plural, como afirma o texto introdutório da questão.

O enunciado propõe levar em conta essas reflexões na análise de manifestações culturais como a capoeira e o candomblé.

Vamos analisar cada uma das alternativas.

- Alternativa **a**: É possível entender a capoeira ou o candomblé como manifestações culturais exclusivamente africanas, sem considerar a experiência dos africanos escravizados no Brasil?
- Alternativa **b**: O passado africano é importante para compreender essas manifestações culturais?
- Alternativa **c**: A capoeira e o candomblé são exemplos da cultura afro-brasileira, que começou a se formar durante a época colonial e resultou do convívio das diferentes etnias africanas com as culturas portuguesa e indígena.
- Alternativa **d**: As marcas africanas estão presentes em vários aspectos da cultura brasileira: na língua, na culinária, em práticas religiosas, em festas populares, na música e na dança. Estão presentes na vida cotidiana de toda a população brasileira, em maior ou menor grau, independente de sua origem étnica.
- Alternativa **e**: As ciências sociais contemporâneas não estabelecem hierarquias, de acordo com o grau de complexidade, entre as diferentes culturas.

Agora é com você!

Qual alternativa completa de maneira correta a frase do enunciado?

A alternativa correta é a letra **c**.

Comentários adicionais sobre esta seção encontram-se no Suplemento para o professor.

Questões do Enem e de vestibulares

Registre a resposta em seu caderno.

1. (ENEM-MEC/2015)

"A língua de que usam, por toda a costa, carece de três letras; convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e dessa maneira vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida."

GÂNDAVO, P. M. *A primeira história do Brasil:* história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. (Adaptado)

A observação do cronista português Pero de Magalhães Gândavo, em 1576, sobre a ausência das letras F, L e R na língua mencionada, demonstra a

a) simplicidade da organização social das tribos brasileiras.
b) dominação portuguesa imposta aos índios no início da colonização.
c) superioridade da sociedade europeia em relação à sociedade indígena.
d) incompreensão dos valores socioculturais indígenas pelos portugueses.
e) dificuldade experimentada pelos portugueses no aprendizado da língua nativa.

2. (UNICAMP/2015)

"Engenheiros, naturalistas, matemáticos e artistas, sob o mecenato de Nassau, investigaram a natureza e transformaram a paisagem nordestina. Recife tornou-se uma das cidades mais importantes da América, com modernas pontes e prédios. Além do incentivo à arte, o governo [de Nassau] promulgou leis que eram iguais para todos, impedindo injustiças contra os antigos habitantes."

RAMINELLI, Ronald. Invasões Holandesas. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 315.

As transformações durante o governo de Maurício de Nassau, em Pernambuco, são exemplos de um contexto em que

a) o mecenato e a aplicação de leis idênticas para holandeses e luso-brasileiros eram uma continuidade do modelo renascentista, representando um período de modernização da região.
b) houve dinamização da economia açucareira na região, com a reativação de engenhos e perdão de dívidas dos antigos proprietários, impulsionando a remodelação da cidade do Recife.
c) houve a aplicação de princípios mercantilistas para a obtenção de lucros e a perseguição, por parte dos holandeses calvinistas, a judeus, cristãos-novos e católicos.
d) as expedições dos artistas e cientistas tinham o propósito de retratar a paisagem e identificar potencialidades econômicas da região, pois o açúcar estava em declínio no comércio internacional.

3. (FUVEST/2015)

"Se o açúcar do Brasil o tem dado a conhecer a todos os reinos e províncias da Europa, o tabaco o tem feito muito afamado em todas as quatro partes do mundo, em as quais hoje tanto se deseja e com tantas diligências e por qualquer via se procura. Há pouco mais de cem anos que esta folha se começou a plantar e beneficiar na Bahia [...] e, desta sorte, uma folha antes desprezada e quase desconhecida tem dado e dá atualmente grandes cabedais aos moradores do Brasil e incríveis emolumentos aos erários dos príncipes."

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* São Paulo: Edusp, 2007. (Adaptado)

O texto acima, escrito por um padre italiano em 1711, revela que

a) o ciclo econômico do tabaco, que foi anterior ao do ouro, sucedeu o da cana-de-açúcar.
b) todo o rendimento do tabaco, a exemplo do que ocorria com outros produtos, era direcionado à metrópole.
c) não se pode exagerar quanto à lucratividade propiciada pela cana-de-açúcar, já que a do tabaco, desde seu início, era maior.
d) os europeus, naquele ano, já conheciam plenamente o potencial econômico de suas colônias americanas.
e) a economia colonial foi marcada pela simultaneidade de produtos, cuja lucratividade se relacionava com sua inserção em mercados internacionais.

4. (UNEAL/2015) Até as últimas décadas do século XVI, a colônia portuguesa mantinha seu território conforme determinara o Tratado de Tordesilhas em 1494. Até o começo do século XVII, o interior permanecia praticamente inexplorado. Foi então que os portugueses empreenderam a exploração do interior do território, enviando incursões. Identifique a alternativa INCORRETA.

a) As incursões enviadas pela Coroa portuguesa eram chamadas de entradas e não tiveram êxito, sendo quase todas dizimadas por doenças ou por ataque indígena.

b) A pecuária foi uma das atividades econômicas que favoreceu a exploração e a colonização do interior, quando a criação de gado foi "empurrada" para longe do litoral.

c) As "bandeiras" eram organizadas pelos paulistas que realizavam suas expedições subindo pelo Rio Tietê e explorando o interior.

d) Um dos principais objetivos das "bandeiras" era capturar indígenas e vendê-los como escravos, braços necessários para a lavoura.

e) Os jesuítas colaboraram com os bandeirantes na colonização do interior brasileiro, participando inclusive da captura de índios para escravizar.

5. (UFSC/2015)

A peso de ouro

"Mais do que um recurso natural. Mais do que um artigo de exportação. O que se descobriu em Minas Gerais depois de dois séculos de colonização foi fortuna em estado puro."

CARRARA, Angelo Alves. Dossiê Ouro. *Revista de História da Biblioteca Nacional.* Rio de Janeiro, nov. 2008.

Sobre a mineração na América portuguesa, é correto afirmar que:

01. A grande instabilidade social do início da mineração resultou em diversos conflitos armados, sendo o mais conhecido deles a chamada Guerra dos Emboabas.

02. Ao contrário da produção açucareira, a exploração das minas de ouro priorizou o trabalho livre em detrimento do uso de mão de obra escrava em função dos frequentes temores de fugas e roubos por parte dos mineradores.

04. Com o objetivo de assegurar o controle sobre a exploração do ouro, Portugal assumiu a posse das áreas mineradoras e passou a concedê-las em forma de lotes (datas).

08. A liberdade religiosa, uma das características das sociedades mineradoras, permitiu, ainda no século XVIII, a instalação de muitas igrejas e templos de diferentes religiões europeias e africanas.

16. O crescimento da produção aurífera nas últimas décadas do século XVIII fez com que o governo português reduzisse o controle sobre a cobrança de tributos, garantindo maior tranquilidade política na colônia do Brasil.

32. Os artistas setecentistas da região das minas costumavam ser agrupados como representantes de um estilo denominado cubismo mineiro, típico das Minas Gerais.

Some os números que correspondem às alternativas corretas.

6. (UFPR/2015)

"[...] a aldeia é um espaço escolhido e organizado pelo próprio índio, e 'o aldeamento é resultado de uma política feita por vontade dos europeus para concentrar comunidades indígenas'."

Aldeias que não estão no mapa. Entrevista com a Profa. Dra. Nanci Vieira de Oliveira por Maria Alice Cruz. *Jornal da Unicamp,* 197, novembro de 2002, p. 5.

A afirmação acima refere-se aos aldeamentos missionários e às transformações que eles trouxeram à vida dos indígenas no período colonial da América portuguesa. Os objetivos das missões jesuíticas eram

a) a catequese e a escravidão dos indígenas como mão de obra para a monocultura, o que implicou para os índios a mestiçagem com os escravos negros e a modificação de sistema de trabalho e organização social.

b) a aculturação, a conversão religiosa e a escravização dos indígenas para a extração do pau-brasil, o que implicou para os índios a mestiçagem com os brancos europeus e a modificação da sua organização social.

c) a catequese, o isolamento político e cultural dos jesuítas e o controle das áreas de fronteiras com as colônias espanholas, o que implicou para os índios uma grande mortalidade por conta dos confrontos com os espanhóis.

d) a aculturação e a proteção dos indígenas perante os bandeirantes, o que implicou para os índios a conversão religiosa e a formação de clérigos e de noviças para a Companhia de Jesus.

e) a catequese, a proteção dos indígenas e a assimilação dos nativos ao sistema colonial, o que implicou para os índios a modificação de hábitos, crenças religiosas, sistema de trabalho e organização habitacional.

7. (UEM/2014) Sobre a América portuguesa, identifique a(s) alternativa(s) correta(s).

01. No século XVIII, com a crise do açúcar que se seguiu à Invasão Holandesa de Pernambuco, o governo de Maurício de Nassau introduziu novas atividades econômicas naquela região, transformando-a no principal polo de produção artesanal do Brasil.

02. A criação do governo-geral, em 1548, pela Coroa de Portugal extinguiu o sistema de capitanias hereditárias e impediu que franceses e holandeses invadissem e fundassem colônias no Brasil.

04. Ao longo da colonização portuguesa no Brasil, a produção de tabaco, utilizado pelos portugueses como moeda de troca na compra de escravos na África, tornou-se uma importante atividade econômica.

08. Embora o trabalho escravo tenha predominado na produção de açúcar, nos engenhos também era utilizada a mão de obra de trabalhadores livres assalariados.

16. Os bandeirantes, ao ultrapassarem os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas na busca de riquezas e de indígenas para escravizar, contribuíram para expandir os domínios portugueses na América.

Some os números que correspondem às alternativas corretas.

8. (UFG/2014) Leia o documento a seguir.

> “Este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado: quando se avistou comigo, trouxe consigo um intérprete porque não sabe falar português nem se diferencia do mais bárbaro Tapuia. Mesmo se dizendo cristão e sendo casado, lhe assistem sete índias concubinas. E daqui se pode inferir que, tendo em vista a sua vida desde que teve o uso da razão, se é que a teve, até o presente momento, se encontra a andar metido pelos matos à caça de índios e de índias, estas para o exercício de sua torpeza sexual, aqueles para a obtenção de seus interesses econômicos.”
>
> RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos Araújo (Orgs.). *A fundação do Brasil:* testemunhos – 1500/1700. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 299. (Adaptado)

O documento apresenta a descrição feita pelo bispo de Pernambuco, D. Francisco de Lima, a respeito do chefe bandeirante Domingos Jorge Velho. Essa descrição indica um antagonismo entre religiosos católicos e bandeirantes na América portuguesa durante o século XVII. Com base na análise do documento e de seu contexto histórico, conclui-se que tal oposição associava-se ao fato de a Igreja

a) condenar o enriquecimento por meio da escravidão, contrariando os citados “interesses econômicos” dos bandeirantes, que se firmavam como fornecedores de mão de obra escrava para diversas capitanias.

b) defender a catequização dos indígenas e sua organização em missões religiosas, condenando, assim, as bandeiras de apresamento, aludidas no trecho “andar metido nas matas à caça de índios e índias”.

c) desprezar a cultura nativista constituída na capitania de São Vicente, onde foram rejeitados os costumes e a língua portuguesa, como destacado pelo bispo, ao afirmar que o bandeirante necessitou de intérprete.

d) repudiar a associação entre bandeirantes e Tapuias, implícita nos trechos em que o padre afirma que Jorge Velho não se diferenciava dessa etnia e que mantinha concubinato com tais índias.

e) considerar que os colonos eram desprovidos de raciocínio, como indicado pelo religioso, ao duvidar que o bandeirante possuía razão, por entender que esta é alcançada por meio de estudos eclesiásticos.

9. (UEPB/2014) São aspectos que marcaram o sistema de capitanias hereditárias, EXCETO:

a) O sistema de capitanias hereditárias revelou-se um fracasso. Alguns donatários nem vieram ao Brasil, e poucas prosperaram como ocorreu com Pernambuco e São Vicente.

b) O rei regulamentava a doação das capitanias, os privilégios e deveres de cada donatário por meio da Carta de Doação, editada junto com o Foral.

c) Seria montado com recursos públicos e não tinha a preocupação de garantir a soberania portuguesa sobre o território.

d) O território pertencente a Portugal, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, foi dividido em 15 lotes perpendiculares à costa, com áreas desiguais.

e) Os donatários tinham a responsabilidade de arrecadar os principais tributos destinados à Coroa, entre eles 20% sobre os lucros obtidos com o pau-brasil.